

Situação Social Brasileira

monitoramento das condições de vida 2

Organizadores

Jorge Abrahão de Castro

Herton Ellery Araújo



Situação Social Brasileira

**monitoramento das
condições de vida 2**

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta Interina

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Claudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação, Substituto

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Situação Social Brasileira

monitoramento das
condições de vida 2

Organizadores

Jorge Abrahão de Castro
Herton Ellery Araújo

ipea

Brasília, 2012

Situação social brasileira : monitoramento das condições de vida 2 / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Herton Ellery Araújo. – Brasília : Ipea, 2012.
168 p. : gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7811-143-4

1. Política Social. 2. Desigualdade Social. 3. Condições Sociais. 4. Condições de Vida. 5. Brasil. I. Castro, Jorge Abrahão. II. Araújo, Herton Ellery. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 361.610981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS MOSTRADAS PELA PNAD 2009	9
Ana Amélia Camarano Solange Kanso	
CAPÍTULO 2	
COMO VIVEM OS MIGRANTES EM SÃO PAULO? ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL ENTRE MIGRANTES DE DIFERENTES NATURALIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....	27
Herton Ellery Araújo Ana Luiza Machado de Codes	
CAPÍTULO 3	
SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E PROBLEMAS.....	39
Jorge Abrahão de Castro	
CAPÍTULO 4	
POPULAÇÃO NEGRA E EDUCAÇÃO: UM PANORAMA DA ÚLTIMA DÉCADA (1999-2009)	67
Tatiana Dias Silva	
CAPÍTULO 5	
O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2009.....	81
Felipe V. de S. Araújo Carlos Henrique Leite Corseuil Katcha Poloponsky Lauro Ramos	
CAPÍTULO 6	
SITUAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO PAÍS	93
Luana Pinheiro Natália Fontoura Cláudia Pedrosa	
CAPÍTULO 7	
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: 1995-2009	125
Sergei Soares	
CAPÍTULO 8	
CONDIÇÕES DE MORADIA, SANEAMENTO BÁSICO E MOBILIDADE URBANA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DA PNAD 2009	139
Maria da Piedade Morais Carlos Henrique Carvalho Paulo Augusto Rego	
NOTAS BIOGRÁFICAS	161

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste livro é dar continuidade à série *Situação Social Brasileira*, que é um esforço de organização de informações e análises sistemáticas sobre as principais questões sociais do país. Constitui, assim, mais um elemento fundamental para auxiliar o Ipea em sua missão de “Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”.

Os capítulos deste volume consistem, em grande medida, de desdobramentos de informações e análises veiculadas nos *Comunicados do Ipea*, documentos que tiveram ampla divulgação. Os comunicados, sem dúvida, cumpriram o papel de informar rapidamente sobre os resultados das análises. No entanto, tornou-se imprescindível incorporar detalhes com o objetivo de dar mais robustez aos textos, a partir de observações mais acuradas sobre os temas já apresentados, e acrescentar outros tópicos não menos relevantes que não haviam sido objeto dos comunicados.

Em grande parte dos casos, as análises baseiam-se em dados e informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma das maiores e mais importantes pesquisas de abrangência nacional, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é de extrema relevância para o desenvolvimento de estudos e a formulação de políticas públicas na área social, sobretudo pela quantidade de temas abordados. Embora haja uma vastidão de temas passíveis de ser explorados a partir desta pesquisa, optou-se por apresentar apenas parte deles. Desta forma, estruturou-se a publicação em sete temas, conforme explicitado a seguir.

O capítulo 1, *Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2009*, de autoria de Ana Camarano e Solange Kanso, confirma a tendência em curso no país desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento da população e mudanças expressivas em sua estrutura etária, no sentido de seu envelhecimento.

Produzido por Herton Ellery e Ana Codes, o capítulo 2, *Como vivem os migrantes em São Paulo? – estratificação social entre migrantes de diferentes naturalidades na Região Metropolitana de São Paulo*, mostra que nesta região metropolitana os migrantes nordestinos encontram as menores possibilidades de boa inserção.

O capítulo 3, *Situação da educação brasileira: avanços e problemas*, de Jorge Abrahão, aponta os avanços verificados na educação, mas adverte que, apesar disso, persistem diferenças significativas entre as grandes regiões, também expressivas quando se examina a educação levando-se em conta os quesitos renda, localização e raça ou cor.

O capítulo 4, *Educação e população negra: uma análise da última década (1999-2009)*, de Tatiana Dias Silva, atesta que na última década houve reduções nas desigualdades educacionais entre negros e brancos. Contudo, salienta o fosso ainda existente no campo educacional, com reflexo imediato nas condições de acesso ao mundo do trabalho e à renda.

No capítulo 5, *O mercado de trabalho brasileiro em 2009*, de autoria de Felipe Araujo, Carlos Corseuil, Katcha Poloponsky e Lauro Ramos, avalia-se o comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2009, procurando-se referenciá-lo no contexto de seu desempenho ao longo da década.

O capítulo 6, *Situação atual das trabalhadoras domésticas no país*, de autoria de Luana Pinheiro, Natália Fontoura e Cláudia Pedrosa, busca apresentar um panorama do perfil destas trabalhadoras, bem como analisar a evolução dos principais indicadores relativos ao trabalho doméstico na última década.

O capítulo 7, *Distribuição de renda: 1995 a 2009*, de Sergei Soares, analisa os fatores da queda da desigualdade nesse período, com ênfase no biênio 2008-2009, a continuação da queda da pobreza e o rápido crescimento de renda, por vigésimo da sua distribuição.

Os textos apresentados permitem traçar um quadro de avanços e percalços concernentes à situação social do país. Assim, poderão compor uma agenda de desafios que exigem atenção contínua das políticas públicas, tarefa indispensável na jornada por um Brasil desenvolvido.

Vanessa Petrelli Corrêa
Presidenta Interina do Ipea

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS MOSTRADAS PELA PNAD 2009

Ana Amélia Camarano*

Solange Kanso**

1 INTRODUÇÃO

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 confirmam a tendência demográfica em curso no país desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento da população e mudanças expressivas em sua estrutura etária, no sentido de seu envelhecimento.

A população brasileira registrou as mais elevadas taxas de crescimento no período 1950-1970: cerca de 3,0% ao ano.¹ Deste momento em diante, estas taxas experimentaram forte declínio, como resultado de uma redução acentuada nos níveis de fecundidade, iniciada na segunda metade dos anos 1960. Tal redução mais do que compensou a queda da mortalidade em curso, verificada no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estima-se para esta década uma taxa média de 0,9% ao ano; menos de um terço da observada para o período 1950-1970.

O envelhecimento populacional significa uma alteração na proporção da população dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, em 1940, a população idosa representava 4,1% da população total brasileira; passou a representar 11,4% em 2009. O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para cerca de 21,5 milhões no mesmo período. Em contra partida, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e relativos. Esta tendência acentuar-se-á nas próximas décadas.

O presente trabalho incorpora os dados coletados pela PNAD de 2009 nas análises previamente feitas sobre as tendências da dinâmica demográfica brasileira, especificamente no que diz respeito ao comportamento da fecundidade, e aponta

* Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea e Coordenadora de População e Cidadania da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

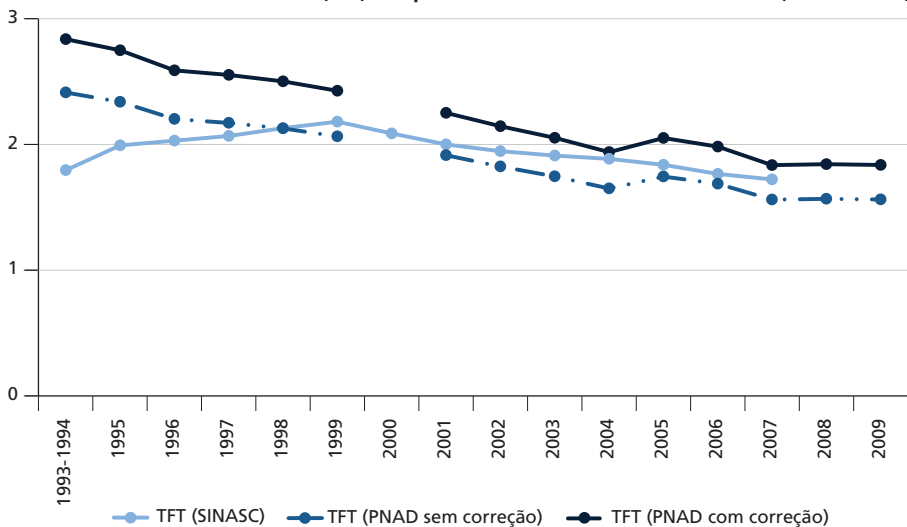
1. Isto é, considerando-se o período para o qual existem dados. Ver Camarano e Kanso (2009) e Ipea (2006).

algumas perspectivas futuras para a população brasileira.² O texto está organizado em sete seções, sendo a seção 1 esta introdução. A seção 2 apresenta o comportamento recente da dinâmica populacional e uma projeção populacional para o período 2000-2040. A seção 3 descreve as tendências recentes da fecundidade. A seção 4 descreve o comportamento da fecundidade na adolescência. Na seção 5 apresentam-se algumas mudanças nos arranjos familiares e no papel social da mulher. Na seção 6 apontam-se algumas consequências do envelhecimento populacional e, por fim, algumas considerações sobre os resultados são tecidas na sétima seção.

2 TENDÊNCIAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Os resultados da PNAD de 2009 mostram a manutenção do valor da taxa de fecundidade total nos níveis observado em 2007 e 2008, que estão bem abaixo dos de reposição: 1,8 filho por mulher (gráfico 1). Dado que a metodologia para o cálculo da taxa de fecundidade pressupõe uma correção do erro do período de referência nos dados coletados pela PNAD, correção esta que afeta os resultados obtidos, optou-se por apresentar, também no gráfico 1, os dados sem correção. A tendência mostrada é a mesma nos dois casos. Incluiu-se, também, neste gráfico, as taxas de fecundidade calculadas com os dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), do Ministério da Saúde. Estas também apresentaram a mesma tendência mostrada pelos dados das PNADs. Comparando a taxa de fecundidade total em 2007, último ano para o qual há informações do SINASC, observa-se que esta oscila entre 1,6 e 1,8.

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total (TFT) comparando dados da PNAD e do SINASC (1993 a 2009)

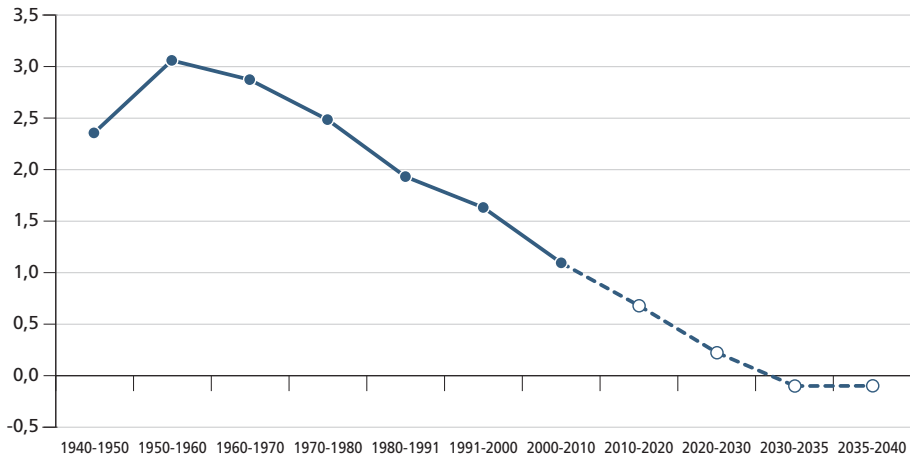


Fonte: IBGE/PNADs e Ministério da Saúde (SINASC).

2. Ver Camarano e Kanso (2009).

A queda mencionada na fecundidade iniciou-se na segunda metade dos anos 1960, tem como consequência a desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provoca importantes mudanças na sua estrutura etária. Esta poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar uma população superenvelhecida, reproduzindo a experiência de vários países da Europa Ocidental, da Rússia, do Japão etc. (gráfico 2).

GRÁFICO 2
Taxa de crescimento da população brasileira (1940 a 2040)
(Em %)

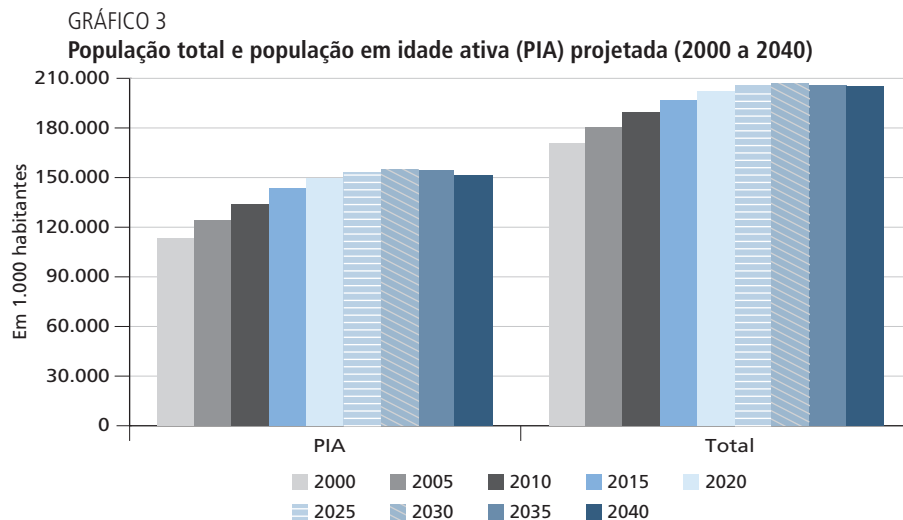


Fonte: IBGE/Censos demográficos.

Elaboração das autoras.

Com os resultados da fecundidade apontados pela PNAD, projeta-se que a população brasileira atingirá o seu pico em 2030, com um contingente de aproximadamente 206,8 milhões.³ Espera-se para 2040 um contingente menor, 204,7 milhões (gráfico 3). Este contingente é resultado, principalmente, da dinâmica da fecundidade e da mortalidade, em curso ao longo do século XX e início do XXI. Ou seja, a diminuição da mortalidade vem sendo acompanhada pela queda na fecundidade. Comparado à experiência europeia, o movimento de passagem de um estágio de taxas de mortalidade e de fecundidade elevadas a um de mortalidade e fecundidade baixas estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada.

3. Para detalhes sobre a projeção mencionada, consulte Camarano e Kanso (2009).

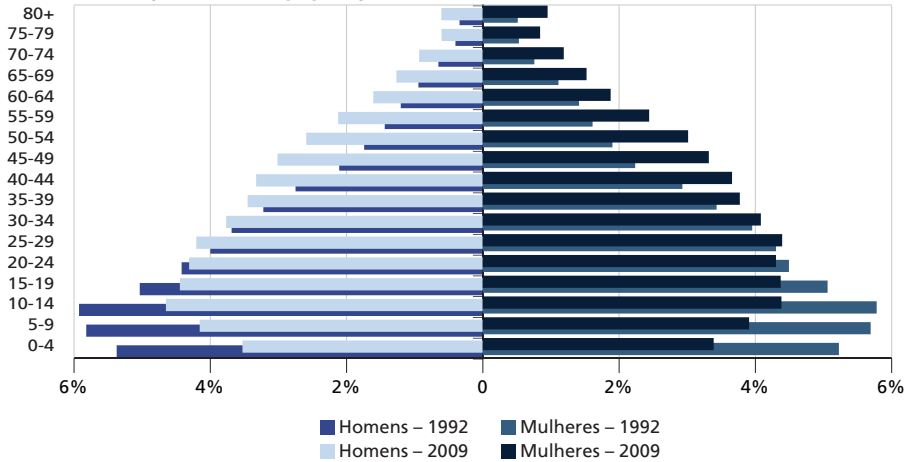


A alta velocidade da queda da fecundidade e da mortalidade acarreta mudanças rápidas no ritmo de crescimento da população e, também, na distribuição etária e na oferta de força de trabalho, entre outras. A mudança mais importante ocorrida nos últimos anos foi o envelhecimento populacional, ou seja, uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Pode-se observar no gráfico 4 que a população menor de 15 anos, que representava 33,8% da população total, em 1992, passou a 24,0%, em 2009. Por sua vez a população idosa, que era 7,9% da população brasileira, em 1992, passou a 11,4%, em 2009.⁴ A população em idade ativa também aumentou sua participação, passando de 58,3% para 64,6%. Mas, também, envelheceu.

Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto implica uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Além do envelhecimento da população total, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos ou mais, está aumentando também, alterando a composição etária no próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelheceu. A sua participação na população brasileira passou de 0,9% para 1,6%, entre 1992 e 2009. Embora o percentual seja baixo, fala-se de 2,9 milhões de pessoas com 80 anos ou mais. Isto leva a uma heterogeneidade do segmento idoso, pois este passa a incluir pessoas de 60 a mais de 100 anos de idade. Em termos de políticas públicas, pode-se esperar um aumento na demanda por cuidados de longa duração e por serviços de saúde, além da necessidade de pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais por um período mais longo de tempo.

4. Por população idosa considera-se a população de 60 anos ou mais, como estabelecido pelo Estatuto do Idoso.

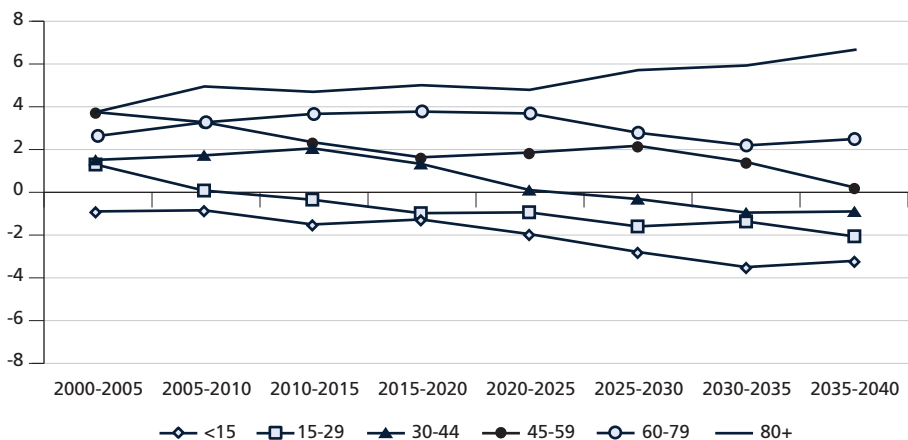
GRÁFICO 4
Distribuição etária da população (1992 e 2009)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 a 2009.

As perspectivas vislumbradas nas projeções mencionadas são de aceleração do envelhecimento populacional, como mostrado no gráfico 5. Alguns grupos populacionais já experimentam taxas negativas de crescimento – aqueles com idade abaixo de 30 anos, por exemplo – e continuarão a experimentar, e outros passarão a valer ao longo do período da projeção. A partir de 2030, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo serão os com idade superior a 45 anos (gráfico 6).

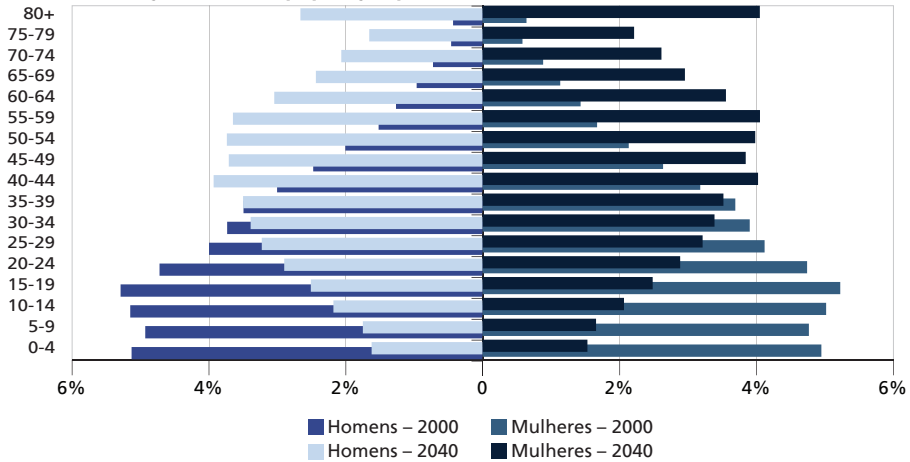
GRÁFICO 5
Taxa de crescimento por grupo etário (2000 a 2040)
(Em %)



Elaboração das autoras.

GRÁFICO 6

Distribuição etária da população por sexo (2000 a 2040)



Elaboração das autoras.

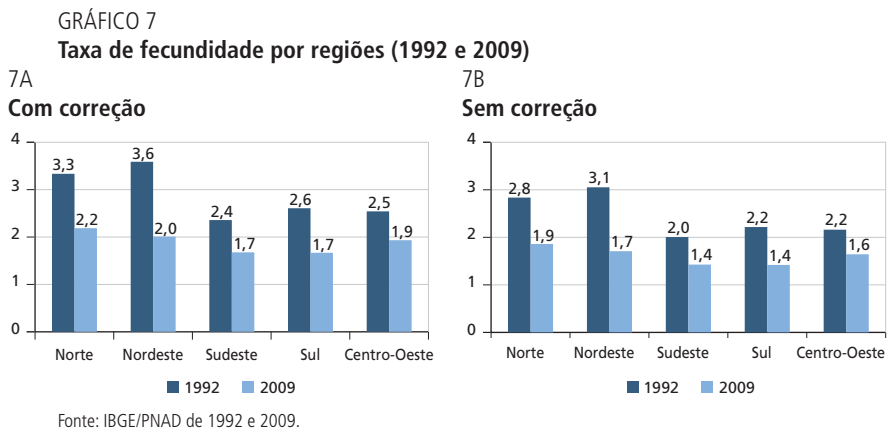
A população em idade ativa (PIA), pessoas com idade de 15 anos ou mais, como mostrado no gráfico 3, também crescerá até 2030 e, a partir daí, deverá diminuir. A participação do grupo jovem (15-29 anos) atingiu o seu máximo em 2000 e espera-se que decline substancialmente a partir de 2010. Espera-se que a participação relativa da PIA adulta (30-44 anos) permaneça aproximadamente estável até 2040, mas com acréscimo em valores absolutos. Já a PIA madura e idosa deverá experimentar um aumento tanto em valores absolutos quanto em sua participação total na PIA. Isto colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho. Os novos empregos a serem gerados deverão se concentrar na população maior de 45 anos. Esta população deverá ser responsável por aproximadamente 56,3% da futura população em idade ativa.

3 DESIGUALDADES NA FECUNDIDADE

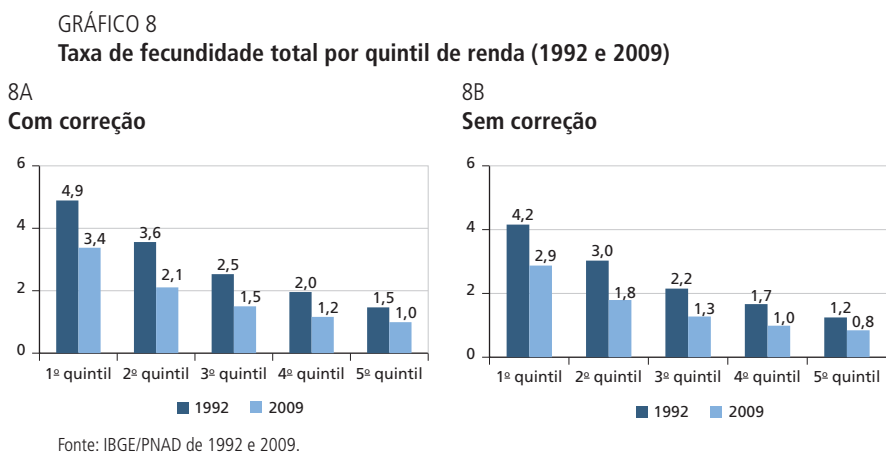
A fecundidade caiu em todas as regiões do país, em todos os grupos sociais, mas com ritmos diferenciados. O primeiro diferencial considerado foi o por regiões, como mostra o gráfico 7.⁵ Este compara a taxa de fecundidade total das cinco regiões brasileiras em 1992 e 2009. Em 1992, a mais alta taxa foi verificada na região Nordeste e, em 2009, na região Norte. No entanto, embora nesta região se verifique a taxa mais alta, ela já atingiu um valor muito próximo ao de reposição (2,2). Nos dois anos, a taxa mais baixa foi observada nas regiões Sudeste e Sul, sendo que no último ano o valor alcançado foi de 1,7 filho. Os diferenciais regionais também diminuíram no período. Em 1992, uma mulher nordestina tinha 1,2 filho a mais que uma residente na região Sudeste. Esta diferença caiu para 0,3 filho em 2009. Já o diferencial entre as mulheres nortistas e as do Sudeste

5. O gráfico 7B apresenta as mesmas taxas sem correção.

foi de 0,5. Sumarizando, pode-se dizer que a fecundidade de todas as regiões brasileiras já atingiu os níveis de reposição. Os dados sem corrigir (gráfico 7B) confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos (gráfico 7A).



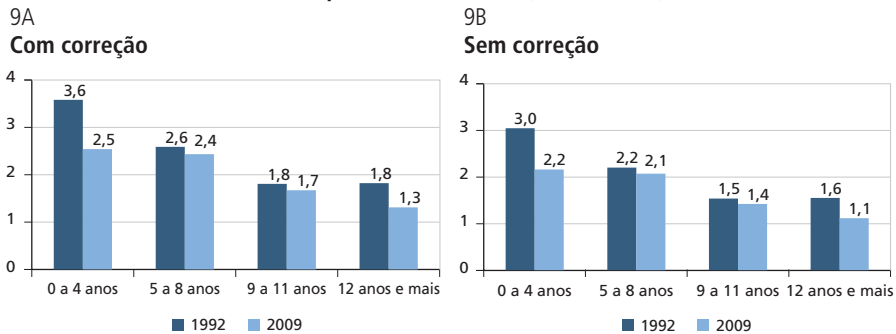
O segundo diferencial considerado foi o por nível de renda familiar, o que está mostrado no gráfico 8.⁶ Como esperado, a fecundidade é mais elevada nas camadas de renda mais baixa, mas essas diferenças também estão diminuindo ao longo do tempo. Em 1992, a diferença no número de filhos tidos entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta era de 3,4. Esta diferença foi de 2,4 em 2009. Salienta-se que as mulheres de renda mais alta estão experimentando taxas de fecundidade extremamente baixas, mais baixas que as de países como Itália, Espanha e Japão (1,0 filho por mulher). Os dados sem corrigir (gráfico 8B) confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos (gráfico 8A).



6. O gráfico 8B apresenta as mesmas taxas sem correção.

O último diferencial considerado foi por anos de estudo. Como no caso da renda, maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade mais baixa, o que está mostrado no gráfico 9A.⁷ A fecundidade também diminuiu em todos os grupos considerados. Em 1992, uma mulher com o nível de educação mais baixo tinha 1,8 filho a mais que as com escolaridade mais alta. Em 2009, essa diferença caiu para 1,3. A maior redução foi observada entre as mulheres com a mais alta e a mais baixa escolaridade. A fecundidade destas atingiu valores iguais aos das de renda mais alta: 1,0 filho por mulher. Os dados sem corrigir (gráfico 9B) confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos (gráfico 9A).

GRÁFICO 9

Taxa de fecundidade total por anos de estudo (1992 e 2009)

Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

4 A FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA

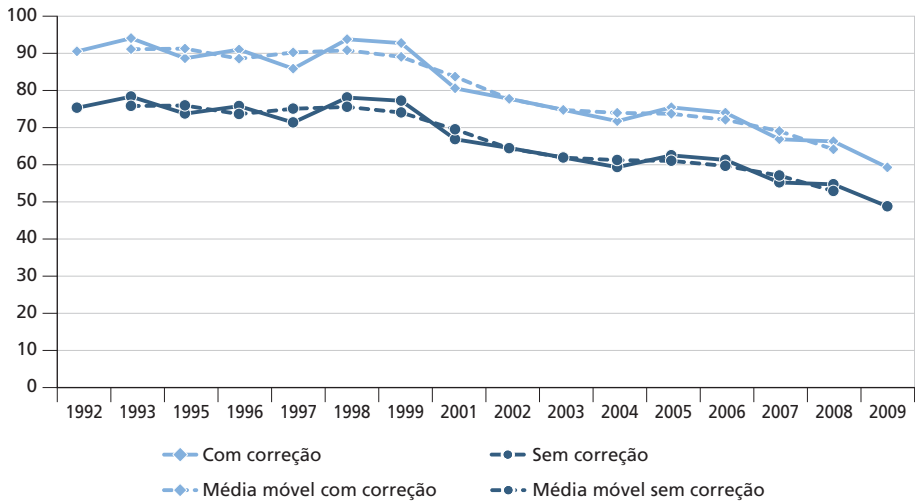
A queda mencionada da fecundidade ocorreu em todos os grupos de idade, inclusive entre as mulheres de 15 a 19 anos, ao se considerar todo o período. Observou-se um aumento da fecundidade deste grupo etário nos anos 1990. No entanto, desde 2000, este processo foi revertido. Em 1992, para cada mil mulheres de 15 a 19 anos observaram-se 91 filhos nascidos vivos. Em 2009, esta taxa se reduziu para 63 filhos nascidos vivos por mil mulheres (gráfico 10). O aumento da fecundidade na adolescência é uma das consequências das mudanças na família, que serão discutidas posteriormente: a dissociação da sexualidade do casamento.

7. O gráfico 9B apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 10

Taxas de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos (1992 a 2009)

(Nascidos vivos por mil mulheres)

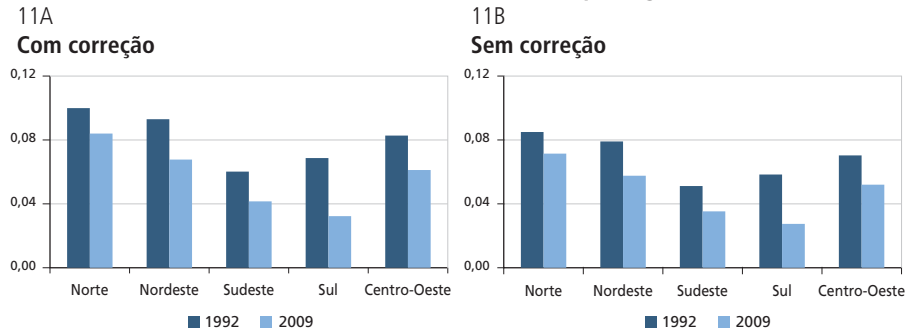


Fonte: IBGE/PNADs.

A fecundidade das adolescentes declinou em todas as regiões do país, como se pode ver no gráfico 11, que compara 1992 com 2009.⁸ Os maiores decréscimos foram observados nas regiões Sul e Nordeste. A fecundidade mais elevada foi observada na região Norte nos dois anos considerados. Em 1992, a taxa mais baixa foi observada na região Sudeste e em 2009 na Sul. O diferencial entre as regiões diminuiu no período considerado. Os dados sem corrigir (gráfico 11B) confirmam a tendência apontada pelos dados corrigidos (gráfico 11A).

GRÁFICO 11

Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos por regiões (1992 e 2009)



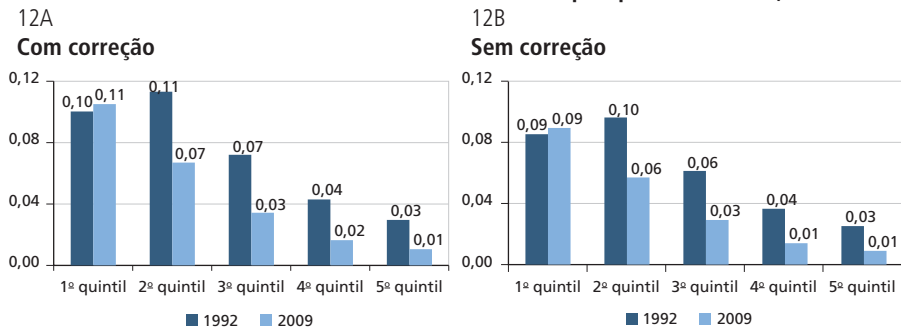
Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

8. O gráfico 11B apresenta as mesmas taxas sem correção.

Com relação aos diferenciais por renda nesse indicador, em 2009, como esperado, as taxas mais elevadas foram observadas para as jovens do quintil de renda mais baixo. O inverso se verificou para as taxas do quintil de renda mais alto. A fecundidade declinou em todos os grupos de mulheres no período considerado, com exceção das do primeiro quintil, e os diferenciais por renda se ampliaram no tempo (gráficos 12A e 12B).⁹

GRÁFICO 12

Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos por quintil de renda (1992 e 2009)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

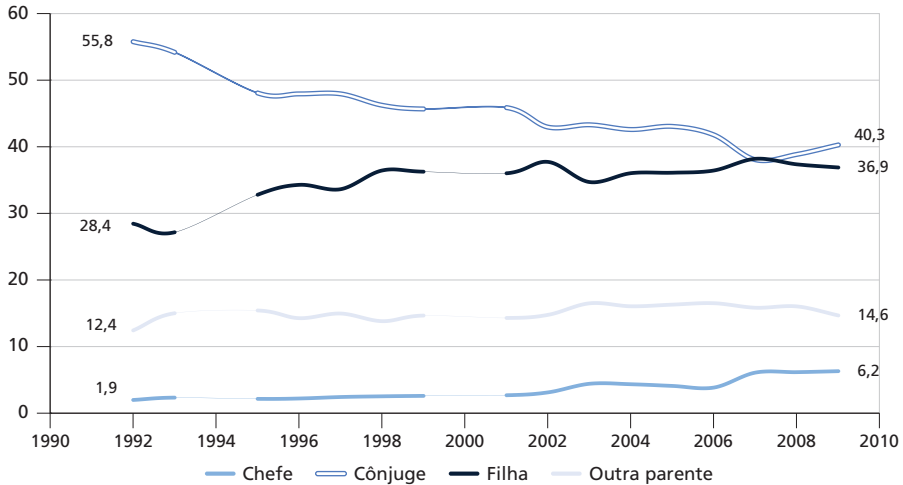
Entre as adolescentes que tiveram filhos predominaram as cônjuges, ou seja, pode-se dizer que a fecundidade ocorreu predominantemente em uma união, seja como causa ou como consequência desta. Isto significa que se trata de mulheres que já tinham constituído o seu domicílio e viviam com um companheiro. No entanto, a proporção de mães cônjuges decresceu no período, passou de 55,8% para 40,3%. Ao mesmo tempo, aumentou a proporção de mães adolescentes que estavam na condição de filhas e outros parentes – netos. Nestas duas posições, estavam 51,5% das mães adolescentes. Ou seja, 443,7 mil mulheres de 15 a 19 anos já tinham tido filhos e viviam na casa dos pais ou avós. Na verdade, a proporção de filhas é semelhante à de cônjuges em 2009. Cresceu a proporção de mães adolescentes que chefiavam famílias; atingiu 6,2% em 2009, ou seja, 53,7 mil adolescentes eram mães e chefiavam famílias (gráfico 13).

9. O gráfico 12B apresenta as mesmas taxas sem correção.

GRÁFICO 13

Proporção de mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filhos por condição no domicílio (1992 a 2009)

(Em %)



Fonte: IBGE/PNADs.

5 ESTRUTURAS FAMILIARES E O NOVO PAPEL SOCIAL DA MULHER

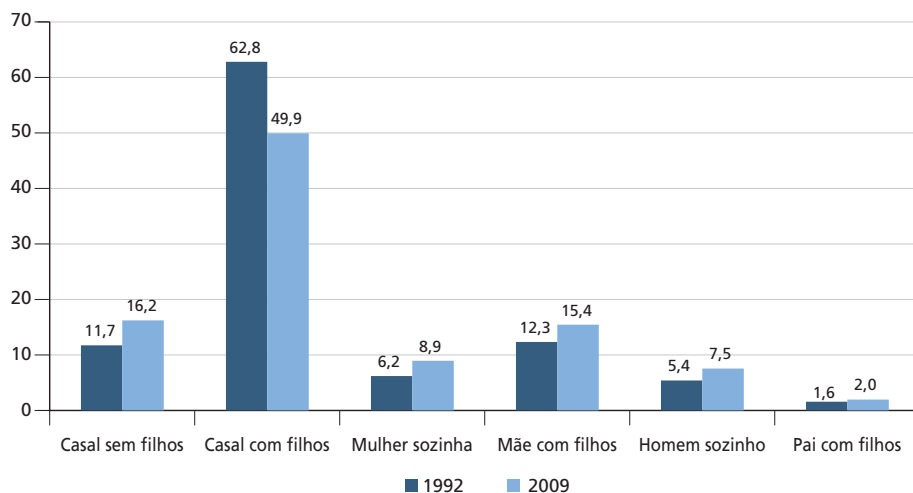
Segundo Lesthaeghe (1995), estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social: *i*) revolução contraceptiva – dissociação da sexualidade da reprodução; *ii*) revolução sexual – principalmente, para as mulheres, separação entre sexualidade e casamento; e *iii*) revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais – homem provedor e mulher cuidadora. Estas revoluções estão em curso em quase todo o mundo desenvolvido e, também, no Brasil. Discute-se a seguir, brevemente, o impacto da segunda e da terceira revoluções mencionadas nos arranjos familiares à luz dos resultados da PNAD de 2009.

O arranjo familiar predominante no Brasil é o do tipo casal com filhos, mas esta predominância vem decrescendo ao longo do tempo. Constituíam 62,8% do total de arranjos em 1992 e passaram a constituir 49,9% em 2009, conforme mostra o gráfico 14. Este tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de chefes homens. Observou-se, no entanto, nos últimos dez anos, um aumento expressivo de chefia feminina neste tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais. A proporção de arranjos do tipo casal com e sem filhos chefiados por mulher passou de 0,8% em 1992 para 9,4% em 2009. Neste ano, 4,3 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nesta categoria.

GRÁFICO 14

Distribuição dos arranjos familiares brasileiros (1992 e 2009)

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

Elaboração: Ipea.

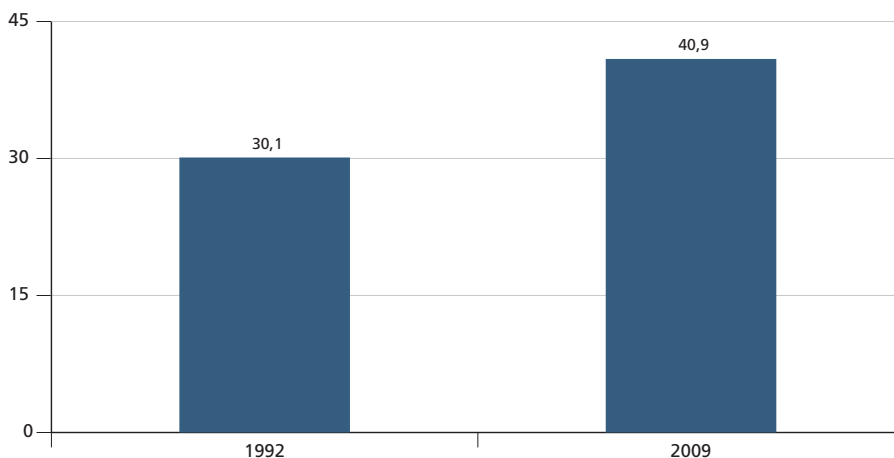
A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos, das monoparentais, principalmente, as chefiadas por mulheres, e de homens morando sozinhos. No segundo tipo de arranjo, o mais frequente era o do tipo mãe com filhos, que também cresceu no período: passou de 12,3% para 15,4%. No total de arranjos brasileiros, a proporção de homens sozinhos cresceu de 5,4% para 7,5%. Ou seja, 4,4 milhões de homens brasileiros viviam sozinhos. No entanto, os domicílios formados por mulheres sozinhas são os mais expressivos. A sua proporção passou de 6,2% em 1992 para 8,9% em 2009 e significa 5,2 milhões de mulheres vivendo sozinhas.

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esses fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros, alterando as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. Um dos indicadores dessas mudanças é dado pelo aumento da contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras. Esta passou de 30,1% para 40,9% (gráfico 15). Mais expressivo foi o aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda das suas famílias, que passou de 39,1% para 65,8% no período.

GRÁFICO 15

Contribuição do rendimento das mulheres na renda das famílias (1992 e 2009)

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

Apesar de a mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, mesmo na condição de ocupada, o que não apresentou variações expressivas no período. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2009 foi de 89,9%, e a de homens, 49,6%. Mais expressiva e foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas despendiam, em média, 21,8 horas semanais, e os homens, 9,5.

Sintetizando, a família brasileira está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isto. Ela, atualmente, está assumindo novos papéis sociais, como o de provedora, dada a sua participação no mercado de trabalho, mas ainda mantém os papéis tradicionais, como o de responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os membros dependentes.

6 ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O envelhecimento populacional, hoje, é um fenômeno mundial. Resultado das taxas elevadas de crescimento, dada a alta fecundidade prevalecente no passado, comparativamente à atual, e graças à redução da mortalidade nas idades avançadas. Isto se traduz no aumento do número absoluto e relativo de idosos, no tempo vivido por eles, no envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a população economicamente ativa (PEA), no envelhecimento das famílias – crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso – e em mudanças nos arranjos familiares.

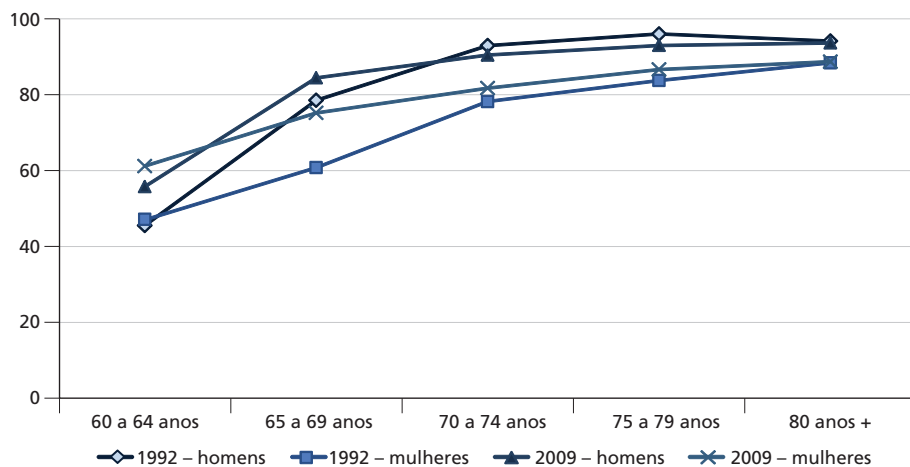
O processo de envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade etc. Altera, também, a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade. Por isso, suas consequências, em geral, têm sido vistas com preocupação, já que acarretaram pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, o mercado e as famílias.

Reconhece-se que o envelhecimento é um processo de perdas físicas, mentais, cognitivas e sociais, o que traz vulnerabilidades. Estas são diferenciadas por sexo, idade, grupo social, raças e regiões geográficas etc. É diferenciado, também, o momento – a idade – em que elas se iniciam. Assume-se que políticas públicas podem ter um papel fundamental na redução do seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade.

GRÁFICO 16

Proporção de idosos que recebem benefícios da seguridade social por idade e sexo (1992 e 2009)

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

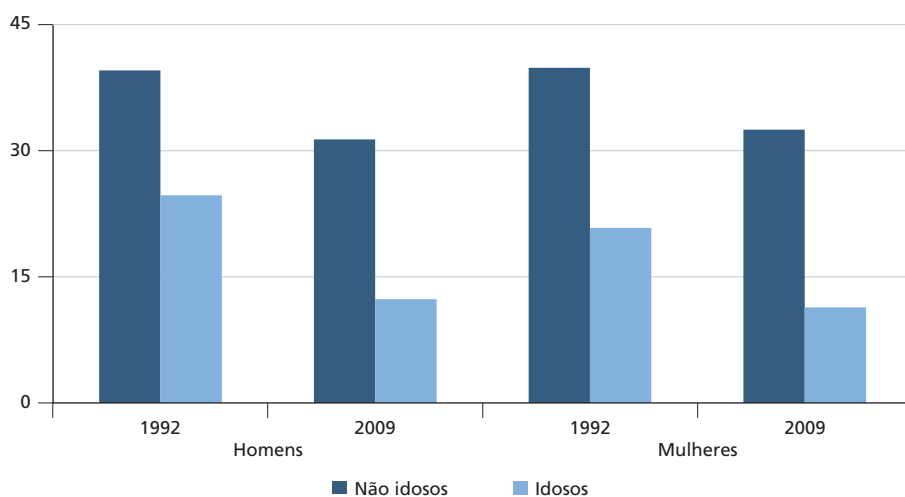
Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa – previdência e assistência social –, saúde, cuidados de longa duração e criação de um entorno favorável – habitação, infraestrutura, acessibilidade, redução de preconceitos etc. O caso brasileiro ilustra bem como as políticas de renda têm reduzido a associação apontada pela literatura entre envelhecimento e pobreza. Os benefícios da seguridade social – previdência urbana, previdência rural, assistência social e as pensões por morte – cobriam aproximadamente 77% da população idosa

em 2009, ou seja, aproximadamente 16,6 milhões de idosos.¹⁰ Este percentual era aproximadamente igual entre homens e mulheres, 78,7% e 75,8%, respectivamente. Pode-se observar, no gráfico 16, entre 1992 e 2009, um crescimento da proporção de beneficiários que ocorreu, principalmente, entre os idosos mais jovens, 60 a 70 anos.

Como o piso para o benefício social estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) é de um salário mínimo, uma das consequências da ampliação da cobertura da seguridade social é uma proporção menor de pobres¹¹ entre os idosos comparativamente aos não idosos. O percentual de idosos pobres do sexo masculino experimentou uma forte redução; passou de 24,7% em 1992 para 12,3% em 2009. A proporção comparável para as mulheres foi reduzida em aproximadamente 10 pontos percentuais, ou seja, passou de 20,8% para 11,4% (gráfico 17).

GRÁFICO 17

Proporção de idosos e não idosos por sexo que residem em domicílios com renda *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo (1992 e 2009)
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

Embora a parcela mais importante da renda dos idosos seja originária da seguridade social, cuja contribuição tem aumentado ao longo do período considerado, o trabalho aporta também uma parcela expressiva na sua renda, em especial dos homens, 32,6%. Para as mulheres a contribuição foi de 11,9%.

10. Neste contexto estão considerados apenas os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos.

11. Para esta pesquisa, foram definidas como pobres as pessoas que residiam em domicílios com renda domiciliar *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo.

O trabalho para os idosos é importante não só pela renda que aporta, mas é também um indicador de autonomia e de integração social. Em 2009, entre os homens, 42,1% trabalhavam, e entre as mulheres, 18,6%. A baixa participação feminina no mercado de trabalho reflete a sua baixa participação quando mais jovens. Isto torna as mulheres idosas mais dependentes da renda da Seguridade Social e de outros membros da família.

A perspectiva, em médio prazo, é a de um aumento na participação da população idosa nas atividades econômicas. Isto ocorrerá, em grande parte, devido ao ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, ocorrido a partir dos anos 1970. O envelhecimento da população em idade ativa aliado às pressões no sistema previdenciário levam à necessidade de se manter o trabalhador na ativa quanto mais tempo for possível. Salienta-se que isto requer uma política de saúde ocupacional para diminuir as saídas do mercado de trabalho via aposentadoria por invalidez, a redução de preconceitos com relação ao trabalho do idoso e a capacitação para que os idosos possam acompanhar as mudanças tecnológicas.

A melhora na situação da renda dos idosos bem como na de sua saúde e autonomia acarretou mudanças na sua posição na família. O aumento na proporção de idosos – principalmente, de mulheres idosas – que são chefes de família ou cônjuges e a redução na proporção de idosos vivendo na casa de filhos, genros, noras, irmãos ou outros parentes foram mudanças importantes verificada no período 1992-2009. Isto aponta para uma redução da dependência dos idosos sobre as famílias. Esta mudança foi mais acentuada entre as mulheres, pois foram elas que apresentaram, em 1992, a mais elevada proporção de residentes em casas de parentes e a mais baixa proporção de chefes de família. A chefia da família passou a ser o *status* predominante, também, das mulheres idosas (gráfico 18).

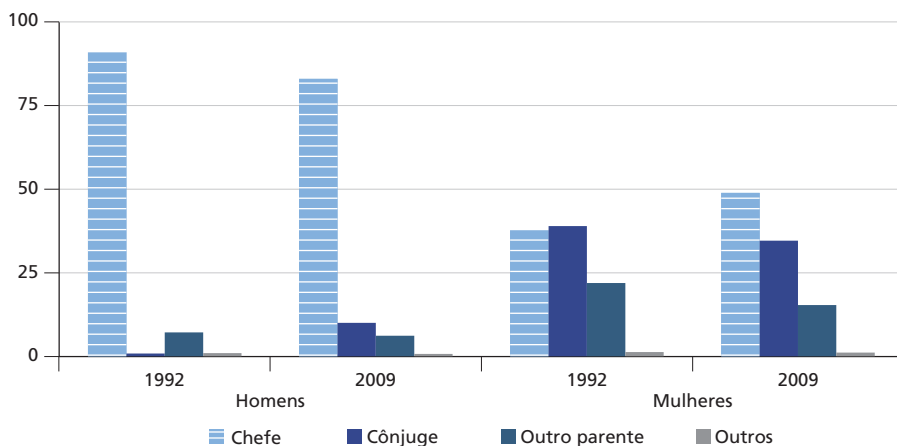
Em 2009, aproximadamente 13,8 milhões de idosos brasileiros chefiavam famílias. Destes, 57,3% eram homens. Dos 23,8% de idosos que estavam na condição de cônjuges, 81,4% eram mulheres. Em aproximadamente 6,2 milhões de famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge, encontravam-se filhos adultos¹² residindo. E em 2,3 milhões encontravam-se netos.¹³ Nas famílias em que o idoso era chefe ou cônjuge com filhos adultos, os idosos contribuíam com 54,8% da renda familiar. Ou seja, os idosos brasileiros de hoje estão invertendo a tradicional relação de dependência apontada pela literatura. A grande maioria deles tem assumido o papel de provedor, mesmo dependendo de cuidados.

12. Nesta pesquisa consideram-se como filhos adultos aqueles com 21 anos ou mais.

13. Para esta pesquisa foi definido que netos são crianças na posição do domicílio de "outros parentes" que tivessem até 14 anos de idade.

GRÁFICO 18

Proporção de idosos brasileiros por condição no domicílio e sexo (1992 e 2009)
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

No entanto, verifica-se que 1,9 milhão de idosos brasileiros moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes. Estas são pessoas que na falta de autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e/ou de renda buscam ajuda de parentes. Entre estes predominam as mulheres, 76,0%, dado, provavelmente, ao fato de viverem mais, e, portanto, ficarem viúvas e experimentarem um período maior de vulnerabilidade física e/ou mental. Nas famílias com idosas morando na casa de filhos, genros ou outros parentes elas contribuem com aproximadamente 23,1% na renda familiar. São as pessoas mais vulneráveis, potenciais vítimas de violência familiar e potenciais demandantes de uma política de cuidados – instituições de longa permanência, centros-dia, hospitais-dia e cuidado profissional domiciliar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, parece claro que, para a primeira metade deste século, o movimento da população brasileira será de rápida contração e de superenvelhecimento. Ela deverá atingir o seu ponto máximo nos próximos 20 anos, a despeito de se esperar, também, uma continuação da queda nos níveis de mortalidade. Isto só não ocorrerá se a fecundidade voltar a crescer. Esta mostrou ser uma variável muito importante na dinâmica de crescimento da população brasileira.

Por isso, dado que projeções populacionais são consideradas insumos importantes para fundamentar estudos que dimensionem demandas de serviços públicos e privados, é de grande importância a sua contínua atualização, que sempre poderá se beneficiar com os dados das PNADs.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira**: velhos e novos resultados. Rio de Janeiro: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1.426).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. *In*: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, p. 69-118, 2006.

LESTHAEGHE, R. The second demographic transition in western countries. *In*: MASON, K. O.; JENSEN, A-M. (Ed.). **Gender and family change in industrialized countries**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

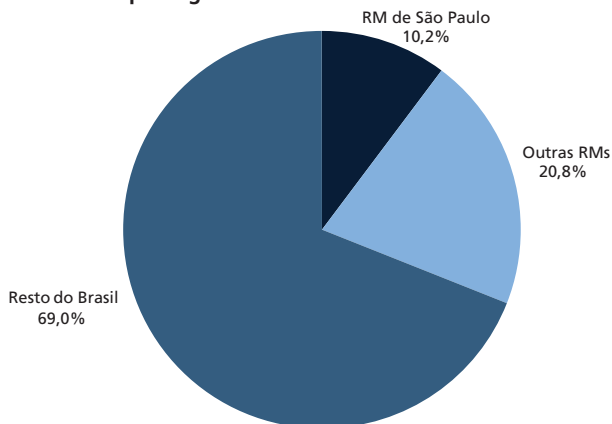
COMO VIVEM OS MIGRANTES EM SÃO PAULO? ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL ENTRE MIGRANTES DE DIFERENTES NATALIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Herton Ellery Araújo*
Ana Luiza Machado de Codes**

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro ensejou a formação de grandes centros urbanos, e estes atraíram significativos contingentes populacionais. A PNAD 2009 do IBGE aponta dez regiões metropolitanas (RM),¹ que concentram mais de 30% da população brasileira. Na maior delas, São Paulo, residem nada menos que 10% dos brasileiros.

GRÁFICO 1
População brasileira por lugar de residência



Fonte: IBGE/PNAD (2009).
Elaboração dos autores.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa e coordenador do Núcleo de Gestão de Informações Sociais (NINSOC) da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

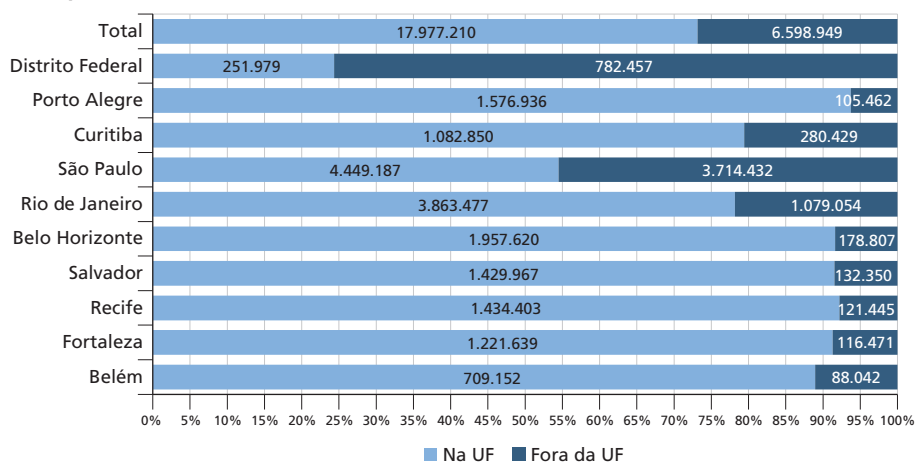
** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício no Núcleo de Gestão de Informações Sociais (NINSOC) da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

1. Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Distrito Federal.

Para analisar a inserção social desses migrantes que afluíram para os grandes centros urbanos, elegemos tratar a população de 30 a 60 anos, pois, nesta idade madura, a vida profissional das pessoas tende a estar mais definida. Considerando o local de nascimento da população de 30 a 60 anos – se em certo estado ou fora dele –, percebe-se que as RMs do Distrito Federal e de São Paulo destacam-se como os polos com maiores contingentes de migrantes. O Distrito Federal tem cerca de 75% de sua população adulta oriunda de outros estados ou países, enquanto, na Região Metropolitana de São Paulo esta proporção é de aproximadamente 45%.

GRÁFICO 2

População de 30 a 60 anos – residentes nas regiões metropolitanas, por local de nascimento



Fonte: IBGE/PNAD (2009).

Elaboração dos autores.

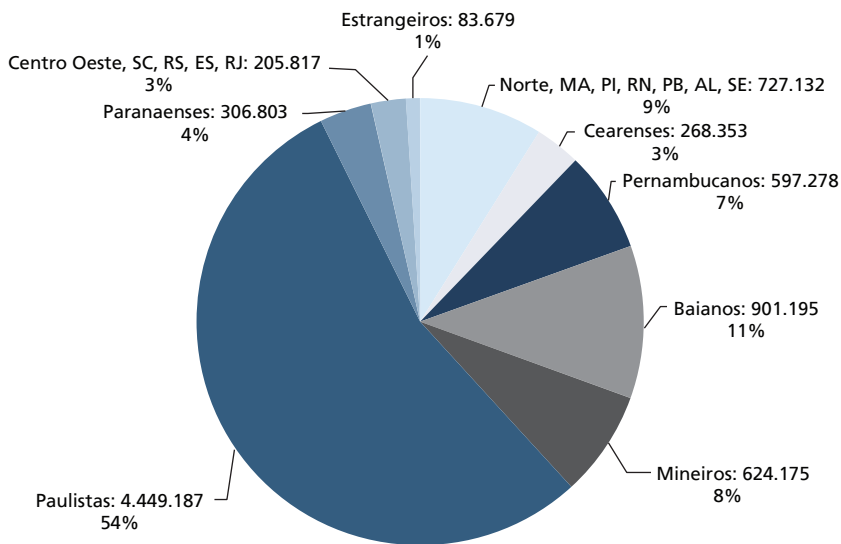
O caso do Distrito Federal é peculiar em dois sentidos: em primeiro lugar, Brasília é uma cidade nova, criada há cerca de 50 anos, para ser sede do governo federal. Por esse motivo, houve forte incentivo migratório. Em segundo lugar, o contingente de migrantes no DF está superestimado em relação aos das outras RMs, pois se trata de um distrito federal, com características tanto de município quanto de Unidade da Federação (UF); logo, quem não nasceu na cidade não nasceu no estado. Nas demais regiões metropolitanas, diversamente, os migrantes intraestado – ou seja, aqueles que nasceram fora da RM, mas dentro do estado –, não foram considerados como imigrantes, devido a limitações dos dados da PNAD.

Frente a isso, São Paulo emerge como a RM que atrai, com maior intensidade, pessoas de todas as regiões brasileiras, além de estrangeiros. O objetivo deste trabalho é, então, analisar a inserção social deste contingente de migrantes na RM de São Paulo, *vis-à-vis* a inserção dos paulistas que também moram ali.

2 ANÁLISE DOS DADOS

Para estudar as diferentes inserções na sociedade paulistana, dividimos os moradores da RM de São Paulo em grupos de nativos de diferentes estados brasileiros, além do grupo de estrangeiros, conforme mostra o gráfico 3. Os estados com maior número de nativos na RM de São Paulo foram destacados, uma vez que suas amostras sustentam bem as análises pretendidas. Os demais estados foram agrupados por proximidade de perfis.

GRÁFICO 3
Distribuição da população de 30 a 60 anos de idade, residente na Região Metropolitana de São Paulo, por naturalidade



Fonte: IBGE/PNAD (2009).
 Elaboração dos autores.

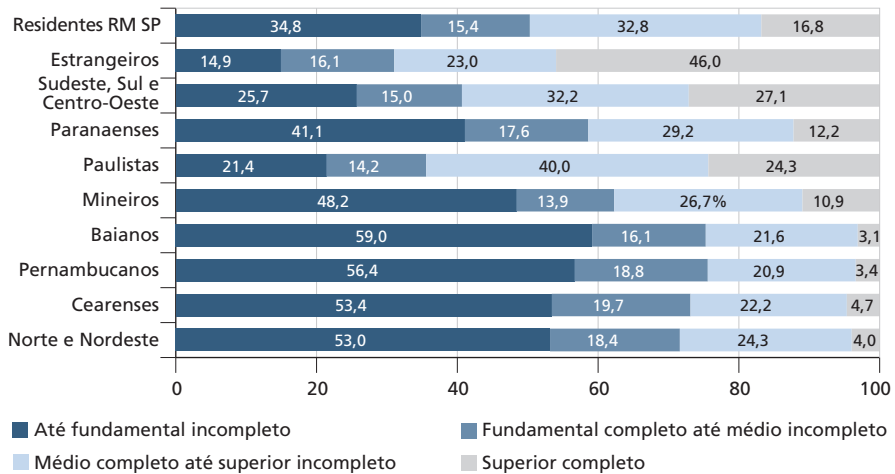
Uma diferença a se destacar é o apoio familiar entre os grupos analisados. Ao utilizar como indicador a proporção de pessoas de 30 a 60 anos que ainda estão na casa dos pais, verifica-se que os paulistas contam com o apoio familiar por mais tempo, o que pode lhes proporcionar maior possibilidade para aprimorar os estudos e uma melhor escolha no momento de entrada no mercado de trabalho. Este indicador também é relativamente alto entre os estrangeiros imigrantes; isto pode indicar um maior enraizamento no local, uma vez que uma maior proporção de pais permanecem residindo na cidade. Mas, os cearenses, por sua vez, são os que apresentam o menor nível deste indicador, dando corpo ao ditado “todo cearense volta para morrer em casa”.

Uma das características determinantes para a inserção no mundo do trabalho é o nível de escolaridade do indivíduo. O gráfico 4 mostra a distribuição das populações segundo esta variável.

GRÁFICO 4

Escolaridade adquirida – população de 30 a 60 anos

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD (2009).

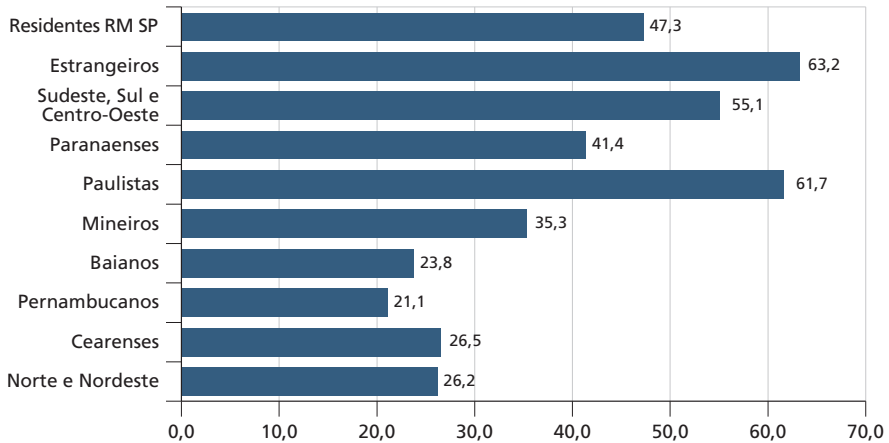
Elaboração dos autores.

Os migrantes do Nordeste, em geral, são os que apresentam menor escolaridade, notadamente os baianos, dos quais 59% não concluíram o ensino fundamental. Os estrangeiros superam os paulistas em termos de escolaridade, apresentando formação superior de 46%, contra a cifra de apenas 24,3% dos nascidos no estado de São Paulo. Outro grupo de migrantes ultrapassa os “anfitriões”, aquele composto por Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro e estados do Centro-Oeste, em que 27,1% possuem nível superior completo.

A PNAD 2009 perguntou também aos entrevistados sobre o uso da internet nos últimos três meses. Os resultados são reveladores das diferenças de inserção dos distintos grupos. Os estrangeiros continuam se destacando, por seu desempenho acima dos paulistas e de todos os outros grupos de migrantes. Os nordestinos, por seu turno, ficam muito aquém dos demais.

GRÁFICO 5

Proporção da população de 30 a 60 anos que utilizou a internet nos últimos três meses
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD (2009).

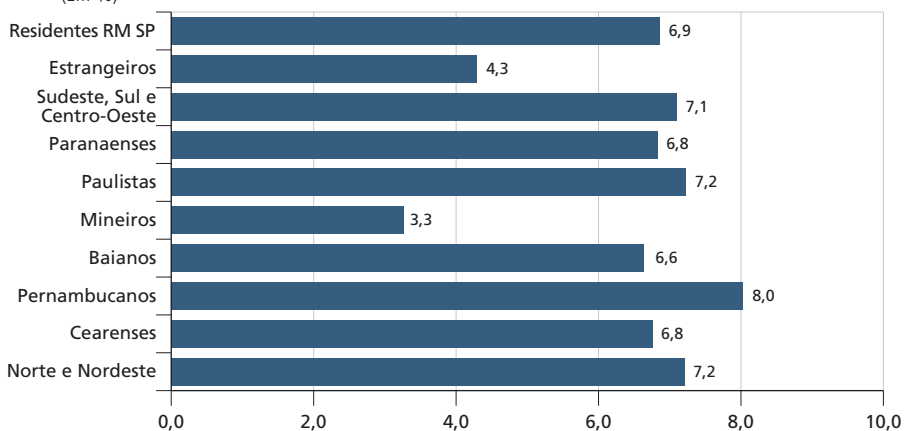
Elaboração dos autores.

Passando a analisar a inserção no mundo do trabalho, selecionaram-se quatro indicadores: taxa de desemprego, posição na ocupação, horas trabalhadas e rendimento do trabalho.

Com relação à taxa de desemprego aberto, os diferentes grupos de migrantes e os paulistas apresentaram valores próximos da média da RM, 6,9%. Exceção feita para os estrangeiros e os mineiros, que apresentaram taxas bem mais modestas, e para os pernambucanos, com taxa de aproximadamente 8,0%.

GRÁFICO 6

Taxa de desemprego aberto
(Em %)



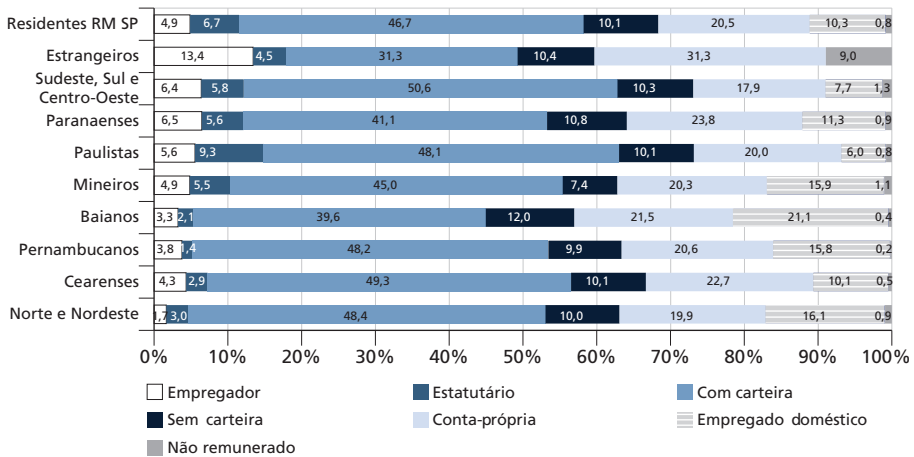
Fonte: IBGE/PNAD (2009).

Elaboração dos autores.

A posição na ocupação, por sua vez, pode revelar situações bastante peculiares com relação ao tipo de inserção social dos indivíduos, nos grupos em análise. O gráfico 7 mostra o perfil de cada grupo, em termos da distribuição percentual dos trabalhadores nas diferentes classes de ocupação.

GRÁFICO 7

Posição na ocupação do trabalho principal na semana de referência
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD (2009).

Elaboração dos autores.

Em linhas gerais, os ocupados podem ser divididos entre os empregados; os não empregados (empregador ou conta-própria); e os sem remuneração. Com esta divisão, a população ocupada tende a se distribuir na proporção de três empregados para um não empregado, ficando os não remunerados quase sem representatividade. As médias para o total dos residentes na RM são 73,7% de empregados; 25,4% de não empregados; e 0,8% de não remunerados. Os estrangeiros, os paranaenses e, em menor escala, os cearenses chamam atenção. Nestes grupos, as proporções de não empregados são maiores que a média geral.

Há duas possibilidades analíticas para isso: a primeira atribui o fato de os indivíduos terem que se ocupar por conta-própria às suas baixas capacidades de inserção na condição de empregados. A segunda é que esses grupos têm maior capacidade empreendedora que os demais, preferindo desenvolver o próprio negócio. Esta hipótese parece mais adequada para descrever os casos dos paranaenses e dos cearenses. Os paranaenses têm boa escolaridade e taxa de desemprego abaixo da média, portanto não há porque pressupor baixa capacidade de inserção como empregados. Da mesma forma, comparando os cearenses com seus vizinhos de região, principalmente pernambucanos e baianos, percebe-se também uma esco-

laridade mais elevada e desemprego relativamente baixo. Logo, por esses atributos objetivos, pode-se deduzir que os cearenses dispõem de boa capacidade de inserção. No entanto, o que se faz notar é o seu caráter empreendedor, revelado pelas maiores proporções tanto de empregadores quanto de conta-própria.

No que se refere aos estrangeiros, é possível que dificuldades ligadas a restrições de cidadania influenciem na obtenção de empregos formais. Isto pode estar associado à elevada proporção de conta-própria e de não remunerados entre estes migrantes. Ainda assim, seu caráter empreendedor evidencia-se no fato de que, na categoria de empregador, os estrangeiros se destacam como primeiro grupo. Nada menos que 13,4% deles se encontram nessa posição, contra 6,5% dos paranaenses, o segundo colocado no *ranking*. Os paulistas apresentam 5,6% dos ocupados como empregadores.

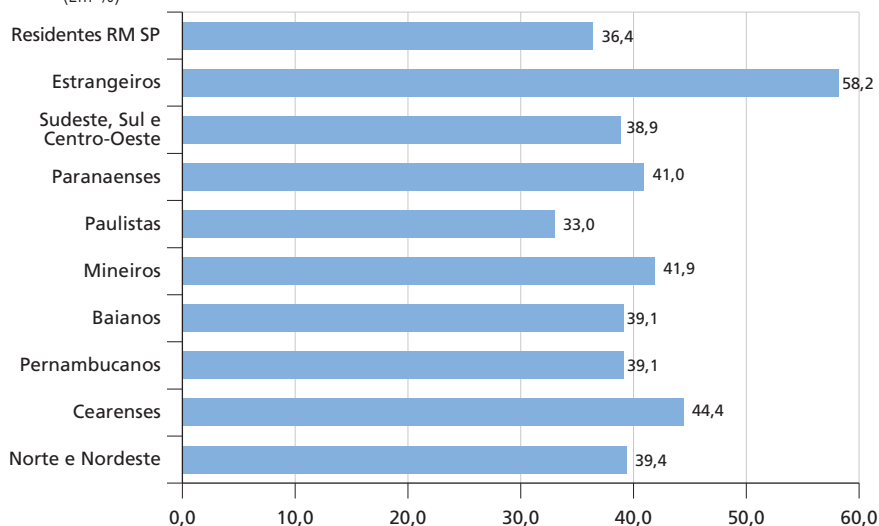
Do lado dos empregados, por sua vez, os paulistas apresentam a maior concentração de estatutários, 9,3%. Entre os migrantes, o vínculo estatutário é mais fraco entre os nordestinos, que ficam muito aquém dos não nordestinos, inclusive dos estrangeiros. Estes resultados podem estar ligados ao desnível de escolaridade entre grupos, já que este tipo de inserção pressupõe aprovação em concurso público.

Os baianos apresentam a maior proporção de empregados domésticos, 21,1%, enquanto os cearenses se destacam por sua baixa inserção sob esta condição, 10,1%.

Ao se analisar a inserção no mundo do trabalho, é importante considerar a qualidade do posto ocupado, que costuma ser abordada por meio da jornada de trabalho, além de outros aspectos. Frente a isso, decidiu-se usar como indicador o percentual de trabalhadores cuja jornada supera 45 horas semanais. Os resultados estão no gráfico 8. Os estrangeiros são os que mais trabalham; nada menos que 58,2% deles têm jornada maior que 45 horas semanais. Este resultado pode estar associado ao grande número de estrangeiros empregadores e/ou conta-própria. Quando se é dono do próprio negócio, não se medem esforços para aumentar o faturamento! Dentre os brasileiros são os cearenses os mais trabalhadores em São Paulo: 44,4% têm jornada estendida. Os paulistas estão em situação mais confortável - seu indicador ficou em 33%.

GRÁFICO 8

Proporção de ocupados de 30 a 60 anos com 45 horas ou mais de jornada semanal (Em %)



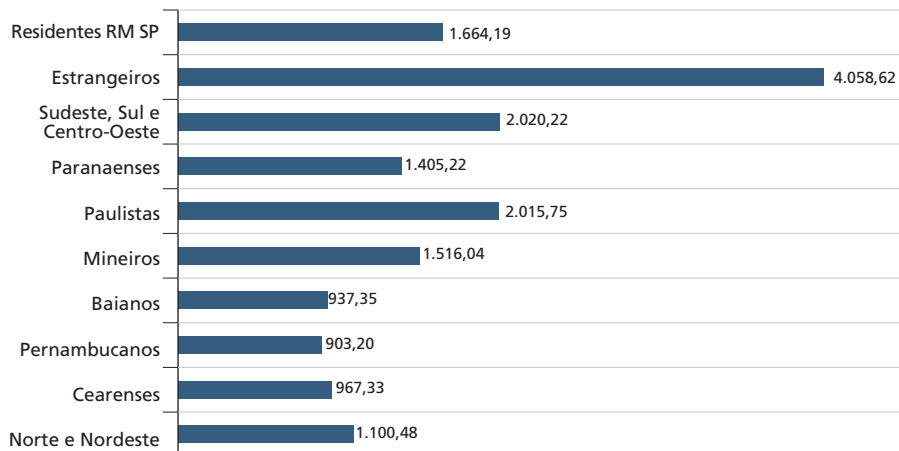
Fonte: IBGE/PNAD (2009).

Elaboração dos autores.

Outro indicador da qualidade do posto de trabalho é a remuneração nele obtida. Olhando para o rendimento médio mensal do trabalho, percebe-se claramente uma estratificação, por lugar de origem, no mercado da região metropolitana mais atrativa do país.

GRÁFICO 9

Rendimento mensal médio do trabalho



Fonte: IBGE/PNAD (2009).

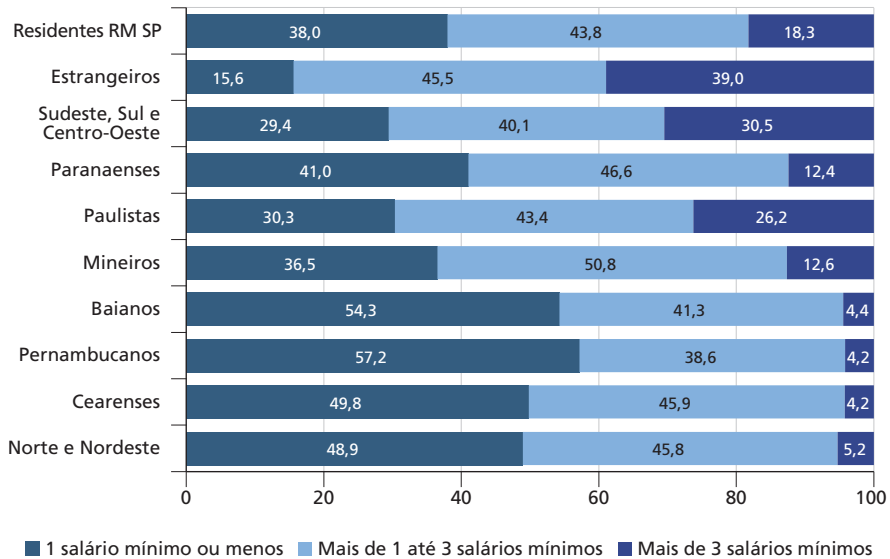
Elaboração dos autores.

Desconsiderando os estrangeiros, cuja renda do trabalho é muito superior, podem-se distinguir três classes de trabalhadores: *i) a classe mais baixa*, formada por nordestinos e nortistas, cujo rendimento médio gira em torno de R\$ 1.000,00; *ii) uma classe intermediária*, formada por mineiros e paranaenses, com rendimentos em torno de R\$ 1.500,00; e *iii) uma classe mais alta*, a “elite”, formada pelos paulistas e pelo grupo de migrantes dos outros estados do Sudeste, Centro-Oeste e Sul, cujos rendimentos giram em torno de R\$ 2.000,00.

GRÁFICO 10

Proporção da população de 30 a 60 anos por classe de renda

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD (2009).

Elaboração dos autores.

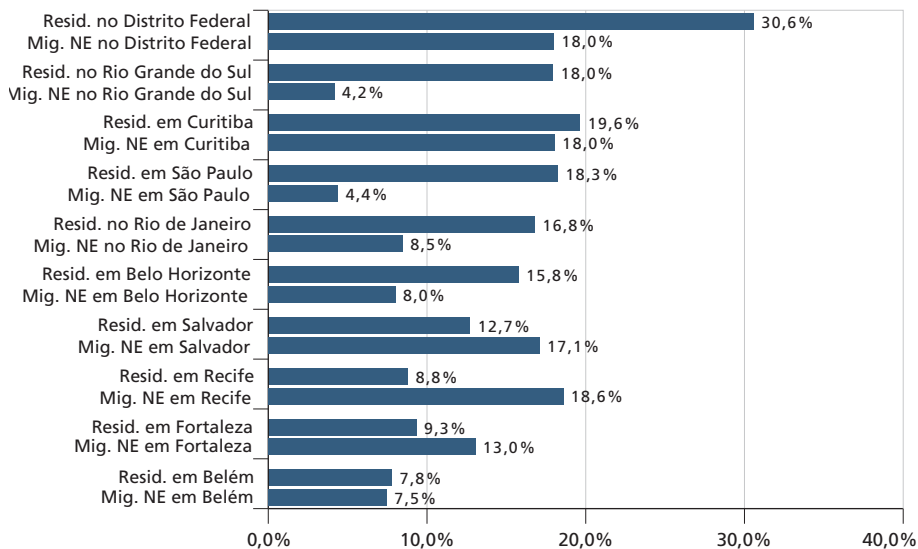
Como resultado dessa inserção diferenciada no mundo do trabalho, mas não somente por causa dela, há também uma presença desigual dos grupos de migrantes nas diferentes classes sociais. Para facilitar a visualização, optou-se por separar a população em três classes sociais, levando em consideração a renda domiciliar *per capita* de cada indivíduo: a “classe baixa” os indivíduos que moram em domicílios com até um salário mínimo de renda domiciliar *per capita*; a “classe média” aqueles com mais de um até três salários mínimos; e a “classe alta” os com mais de três. A probabilidade de um nordestino ou nortista frequentar a classe mais alta gira em torno de 5%, enquanto entre os paulistas nada menos que 26% estão nesta classe de renda. Cerca de 40% dos estrangeiros, portanto bem mais que os paulistas, compõem esta classe mais rica.

No caso dos migrantes nordestinos, a comparação entre sua inserção em São Paulo e nas demais regiões metropolitanas é elucidativa. Para tanto, o gráfico 11 demonstra as probabilidades de os migrantes nordestinos pertencerem à “elite”, *vis-à-vis* a média da população residente na mesma região metropolitana.

GRÁFICO 11

Probabilidade de um migrante nordestino de 30 a 60 anos pertencer à classe de mais de três salários mínimos de renda domiciliar *per capita*

(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD (2009).

Elaboração dos autores.

O resultado é claro: nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre os migrantes nordestinos encontram menores possibilidades de boa inserção. Enquanto a probabilidade média de um morador gira em torno de 18%, apenas 4,4% dos nordestinos conseguem se posicionar na “elite”.

Como contraponto, tem-se Curitiba, cidade situada entre São Paulo e Porto Alegre. Ali, os nordestinos têm inserção quase tão boa na classe mais alta quanto os demais moradores do local.

Nas metrópoles do Nordeste, os migrantes regionais têm melhores desempenhos do que as médias dos próprios residentes, sendo Recife a mais acolhedora entre elas.

3 CONCLUSÕES

“São Paulo é como o mundo todo”, diz a música de um baiano que morou na cidade. De fato, São Paulo é o principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América Latina. É a cidade mais populosa do Brasil, do continente americano e de todo o Hemisfério Sul. São Paulo é também a cidade brasileira mais influente no cenário global. É a sexta maior cidade do planeta e sua região metropolitana, com 19 milhões de habitantes, é a quarta maior aglomeração urbana do mundo. Seu lema, presente no brasão oficial, é constituído pela frase em latim *Non ducor, duco*, cujo significado em português é: não sou conduzido, conduzo.

Nas entranhas da estrutura social desta “grande Babel nacional”, no entanto, subjazem formas não tão civilizatórias de convivência quanto sugere o seu propalado cosmopolitismo.

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E PROBLEMAS

Jorge Abrahão de Castro*

1 INTRODUÇÃO

A educação, tendo como uma de suas formas de atuação mais importantes a escolarização, é capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades, ao permitir o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como disposto no Artigo 205 da Constituição de 1988. Quando possui boa qualidade e é disseminada de forma universal, constitui um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país. É também fundamental para o progresso de uma coletividade e o desenvolvimento econômico e social de um país. Torna-se ainda mais importante em situações de alta desigualdade, em que ganham maior relevo as responsabilidades do poder público.

No Brasil, assim como nos países mais desenvolvidos, a educação é parte integrante das políticas sociais e do núcleo do sistema de promoção social, graças à sua capacidade de ampliar as oportunidades e os resultados para os indivíduos e as famílias, além de ser um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Por isso, absorve grande quantidade de recursos públicos. No Brasil, recentemente, ocorreram avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, chegando-se à universalização do acesso ao ensino fundamental. No entanto, ainda é um grave problema a baixa escolaridade média da população e a desigualdade reinante, o que mantém na pauta das discussões políticas e econômicas a necessidade da universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área.

* Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Portanto, é de grande importância identificar os avanços e os problemas existentes nas condições educacionais dos brasileiros. Este trabalho procura delinear, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a evolução educacional da população brasileira de 1992 a 2009, de modo a oferecer subsídios à discussão e à formulação de políticas públicas.

Para esse fim, primeiro analisa-se, considerando-se alguns recortes selecionados, a evolução e o atual patamar da média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade. Este é um dos indicadores utilizados internacionalmente para verificar a situação educacional de determinado país ou região. Em segundo lugar apresenta-se um novo indicador denominado hiato educacional, este mede a quantidade de anos de estudo que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação. Em seguida, dimensiona-se e analisa-se a situação do analfabetismo. Por último, procura-se qualificar o acesso à escolarização no período, permitindo-se, em todos os níveis e modalidades de ensino, ter um perfil tanto dos sucessos, quanto dos fracassos verificados no sistema. Os indicadores são analisados segundo recortes de renda, localização (urbana ou rural), macrorregião, cor ou raça, e sexo.

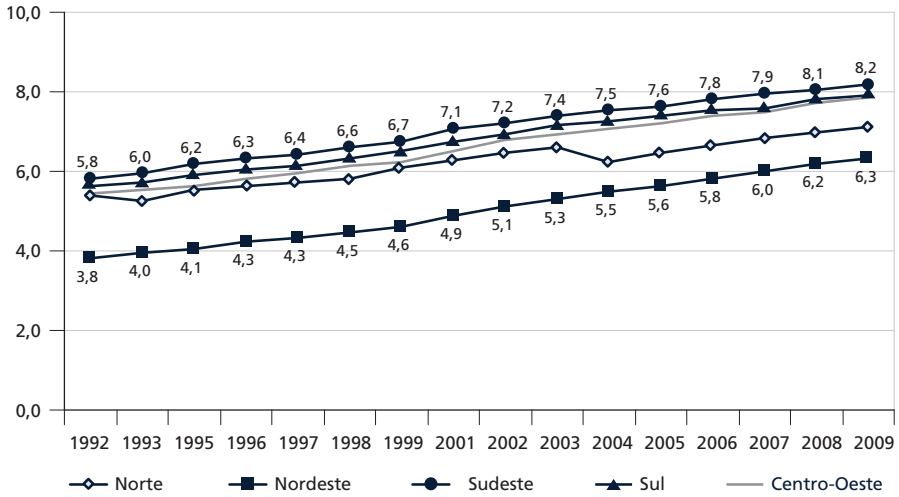
2 MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A população brasileira com mais de 15 anos de idade atingiu, em 2009, cerca de 7,5 anos médios de estudo.¹ Conforme apresentado na tabela 1A, no apêndice, de 1992 a 2009 o número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais cresceu cerca de 0,14 ano por ano. Com isso, o Brasil levou 18 anos para ampliar em 2,3 anos a média de anos de estudo da população. Considerando-se esta velocidade anual de crescimento da taxa, serão necessários cerca de 5 anos para se atingir, em média, a escolaridade prevista para o ensino fundamental.

No entanto, essa taxa de crescimento não é a mesma quando se consideram as macrorregiões brasileiras (gráfico 1). Por exemplo, na região Centro-Oeste, a média de anos de estudo cresceu cerca de 0,19 ponto percentual (p.p.) ao ano, enquanto na região Norte esta taxa se elevou apenas 0,10 p.p. ao ano. Com isso, em 2009, os extremos são as regiões Sudeste (8,2 anos) e Nordeste (6,3 anos). A diferença entre as regiões (cerca de 2 anos) vem-se mantendo idêntico desde o início da série. Desse modo, apenas a primeira região ultrapassou, pelo menos em termos médios, a escolarização mínima (8 anos de estudo) estabelecida como obrigatória pela Constituição Federal de 1988.

1. A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em razão da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando-se a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. As pessoas que não declararam a série e o grau e as que apresentaram informações incompletas ou inclassificáveis foram reunidas no grupo de anos de estudo "não determinados ou sem declaração".

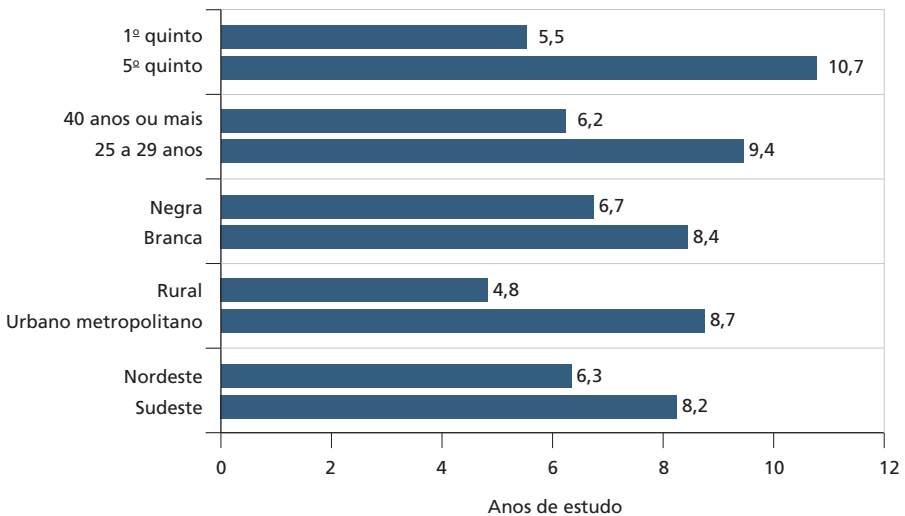
GRÁFICO 1
Evolução da média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade, por região (1992-2009)



Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

GRÁFICO 2
Média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade, por categorias selecionadas (2009)



Fonte: IBGE (2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Existem diferenças bastante expressivas, também, quando se observa esse indicador levando-se em consideração algumas características selecionadas (gráfico 2). Na categoria localização, a diferença é de 3,9 anos de estudo para a população urbana metropolitana em comparação com a população rural. A população urbana é a que se encontra em melhor situação, já tendo atingido 8,7 anos de estudo. No quesito cor/raça, observa-se que a população negra tem menos 1,7 ano de estudo, em média, em comparação com a branca.

Sabe-se que o número médio de anos de estudo ainda se encontra em um patamar bastante insatisfatório devido à elevada proporção de analfabetos entre adultos e idosos e à baixa escolarização destas coortes. Observa-se, no gráfico 2, que a população com mais de 40 anos tem a menor média de anos de estudo, 6,2 anos, enquanto a população de 25 a 29 anos chega a 9,4 anos de estudo, ou seja, 3,2 anos de estudo a mais.

Outra forma de verificar a existência ou não de desigualdades na educação é comparar o acúmulo de escolarização entre ricos e pobres. Para tanto, um dos procedimentos mais simples e usuais é perfilar a população na faixa etária em foco do mais pobre para o mais rico, de forma crescente, de acordo com a renda. Em seguida, divide-se a população em partes iguais – utiliza-se neste trabalho a divisão em cinco partes iguais (quintos), que podem ser comparadas. O primeiro quinto é o mais pobre, e o último quinto, o mais rico. Vejam-se os resultados na tabela 2A do apêndice.

A tabela 2A mostra como as diferenças de renda impactam o estoque de escolarização da população. Por exemplo, como mostra o gráfico 2, os mais pobres, no primeiro quinto, têm em média 5,5 anos de estudo, e os mais ricos, no último quinto, possuem 10,7 anos – ou seja, estão 5,2 anos na frente dos mais pobres.

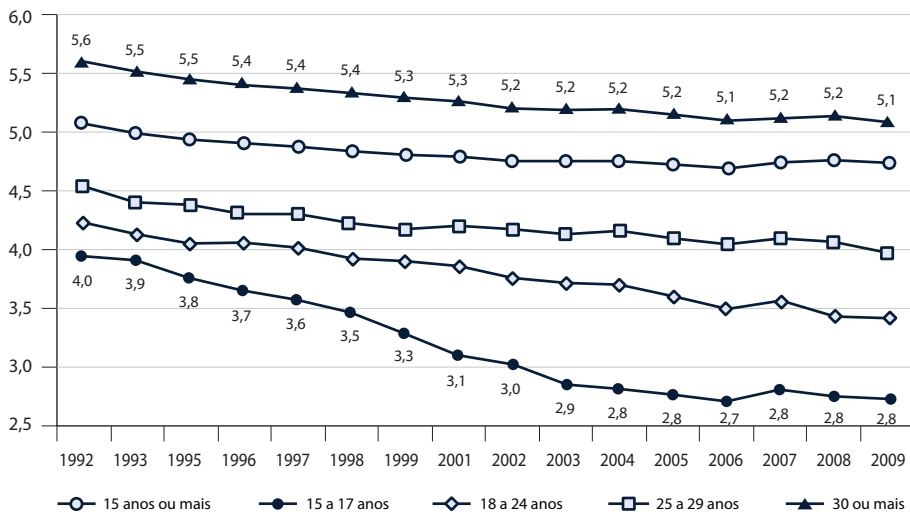
A renda é determinante para todas as categorias. Indiferentemente da categoria selecionada, existe convergência para os mais ricos sempre estarem em melhor situação que os pobres. Apenas na área rural este indicador para os mais ricos caiu abaixo da escolarização obrigatória. Enquanto isso, os mais pobres em nenhuma situação conseguem chegar perto desta marca. No caso da localização, observa-se, ainda, forte diferenciação, com os mais ricos urbanos tendo cerca de 3,9 anos de estudo a mais que os mais ricos do meio rural. Para os mais pobres, a diferença é de 1,8 ano de estudo.

2.1. O hiato educacional

Outra forma de medir a situação da educação dos brasileiros é o indicador denominado hiato educacional. Este indicador mede a quantidade de anos de estudo que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo do nível obrigatório de educação (8 anos de estudo) para atingi-lo, por faixa etária.

O gráfico 3 mostra que, embora o hiato seja muito grande, houve avanços em todas as faixas etárias, com velocidades diferentes. Observa-se que, quanto mais velha é a idade selecionada, menor é a queda do hiato. Por exemplo, para a população com mais de 30 anos, o hiato declinou de 5,6 anos para 5,1 anos. Este valor indica que esta parcela da população não atingiu nem metade da meta e teve uma queda pouco relevante de seu hiato no período. Na população de 15 a 17 anos, o hiato, apesar de ainda ser bastante expressivo, caiu de 4 anos (metade da meta) para 2,8 anos de estudo, quadro que se mantém desde 2004. Este número revela as dificuldades dos alunos em concluir no tempo adequado seu período de estudo, o que remete aos problemas da repetência e da evasão escolar.

GRÁFICO 3
Hiato educacional por idade (1992-2009)
 (Em anos de estudo)



Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Portanto, ampliar o acesso a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos aos segmentos populacionais de maior idade implicará a aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira. No entanto, assegurar a conclusão do ensino fundamental a todos os brasileiros, na idade adequada – meta que integra o compromisso do governo brasileiro com os Objetivos do Milênio –, não apenas concorrerá para ampliar o nível médio de escolaridade da população brasileira, mas também favorecerá a progressiva obrigatoriedade do ensino médio, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse sentido, a elevação do número médio de anos de estudo da população

brasileira a um patamar minimamente aceitável dependerá, em grande medida, dos avanços que forem logrados no âmbito da educação de jovens e adultos e em relação à universalização da conclusão do ensino fundamental.

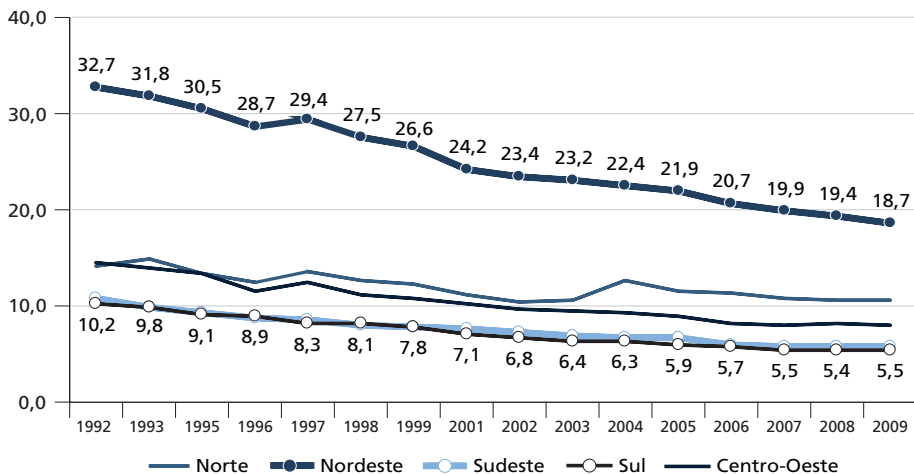
3 O ANALFABETISMO

No Brasil, o analfabetismo é ainda um dos grandes problemas sociais a serem enfrentados para a construção da cidadania plena. Segundo definição internacional, o grau de analfabetismo de uma população é medido pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Para verificar em que estágio se encontra este problema social, é necessário conhecer, além da taxa de analfabetismo, os analfabetos – quem são, quantos são e onde estão.

Para tanto, foram construídos alguns indicadores cujos resultados são apresentados na tabela 3A, no apêndice. Os números revelam que a população brasileira apresenta uma elevada taxa de analfabetismo, se comparada à de outros países do continente sul-americano, como Equador, Chile e Argentina. No entanto, também se percebe uma redução sistemática da taxa de analfabetismo. A queda no valor da taxa tem sido permanente desde o começo da década de 1990, fazendo este índice recuar para 9,7%, em 2009. Como se pode constatar na tabela 3A, nos últimos 18 anos, a taxa de analfabetismo foi reduzida em 7,5 p.p., com redução média de 0,45 p.p. ao ano. Porém, o número total de analfabetos no Brasil continua praticamente o mesmo nos últimos anos, em torno de 14 milhões de pessoas.

Analisando-se do ponto de vista regional (gráfico 4), observa-se que coube à região Nordeste a maior redução – de 32,7%, em 1992, para 18,7%, em 2008, um decréscimo médio de 0,83 p.p. ao ano, bem superior ao verificado nas demais regiões. Apesar deste movimento mais rápido de mudança, o índice de analfabetismo nesta região é quase o dobro da média brasileira e está bem acima das taxas no Sul e no Sudeste, que não ultrapassam 6%. Isto se deve ao fato de aquela região concentrar 53% do total de analfabetos brasileiros nesta faixa etária. Tanto no Nordeste, quanto no Brasil como um todo, cerca de 90% dos analfabetos estão na faixa etária de 25 anos ou mais. A maior concentração, em números absolutos e relativos, é na população acima de 40 anos (16,5%).

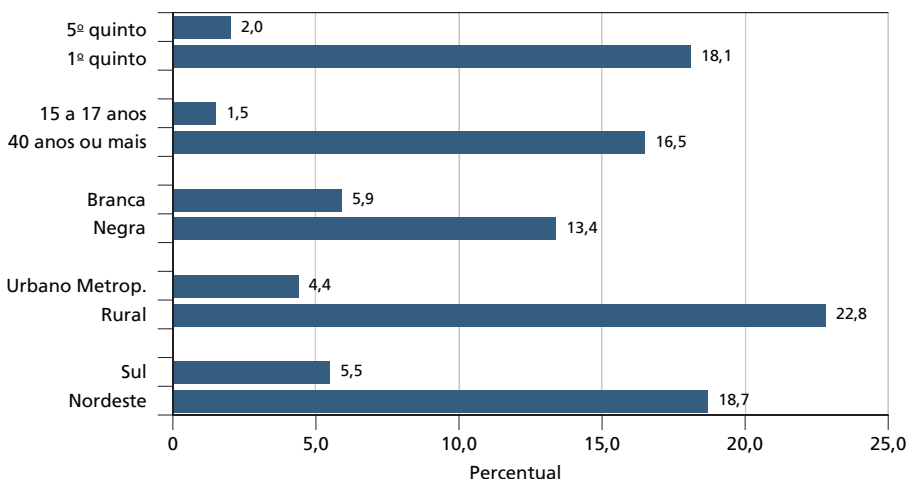
GRÁFICO 4
Evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, por região (1992-2009)
 (Em %)



Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

GRÁFICO 5
Analfabetismo na população de 15 ou mais anos de idade, por categorias selecionadas (2009)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

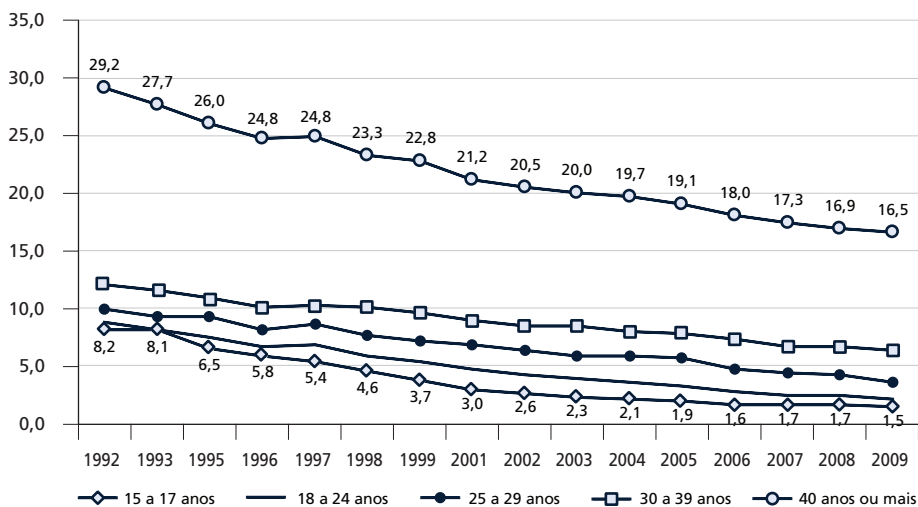
Além das diferenças regionais, observam-se números bastante expressivos quando se levam em consideração outras categorias de análise. Para a categoria localização, observa-se que quase 22,8% da população rural é analfabeta; para a população urbana metropolitana, este índice é de 4,4%. A população negra tem mais analfabetos (13,4%) que a população branca (5,9%); entretanto, a velocidade da redução da taxa tem sido maior para os negros (em média, 0,76 p.p. ao ano) que para os brancos (0,27 p.p. ao ano).

A análise do analfabetismo por faixa etária (tabela 3A, no apêndice, e gráfico 6) mostra uma redução substancial deste índice na faixa de 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,5%, em 2009) e na faixa de 18 a 24 anos (8,8% para 2,1%), o que reflete a evolução do sistema educacional em incorporar e alfabetizar crianças e jovens. Apesar de a maior redução ter ocorrido na faixa de 40 anos ou mais (0,77 p.p. ao ano), os dados alertam para o grande contingente de analfabetos nesta faixa etária (16,5%).

Comparar o analfabetismo entre os mais ricos e os mais pobres, a partir da distribuição da renda, é outra forma de verificar as desigualdades. Com o mesmo procedimento utilizado anteriormente, verificou-se que a renda é um elemento determinante no analfabetismo. Observa-se que aqueles que se encontram no primeiro quinto, os mais pobres, têm uma taxa de analfabetismo de 18,1%, enquanto os que se encontram no último quinto, os mais ricos, apresentam uma taxa de apenas 2,0%. Ou seja, o analfabetismo entre os mais pobres é nove vezes superior àquele verificado entre os mais ricos.

Além disso, observa-se pelos dados apresentados na tabela 4A, no apêndice, que indiferentemente da categoria selecionada existe convergência para os mais ricos sempre estarem em melhor situação que os mais pobres. Os mais pobres, em quase todas as situações, não conseguem chegar perto da taxa nacional, que foi, em 2009, de 9,7%. Esta medida tampouco é a mesma quando se consideram as regiões: a taxa para os mais ricos do Sudeste é de 1,6%, enquanto no Nordeste é de 3,8%. No caso da localização, observa-se também forte diferenciação, com os mais ricos urbanos com 1,6% e os do meio rural chegando a 9,9%.

GRÁFICO 6
Evolução do analfabetismo por faixa etária (1992-2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/lpea.

Na discussão do analfabetismo, as seguintes características, observadas para 2008, ainda valem para 2009: *i*) o analfabetismo é bem mais acentuado na população negra; *ii*) as regiões menos desenvolvidas, municípios de pequeno porte e as zonas rurais são as que apresentam piores índices; *iii*) o analfabetismo está fortemente concentrado na população de baixa renda; *iv*) a porcentagem e a quantidade de analfabetos se ampliam quanto mais velha for a população; e *v*) apesar de em pequeno número, existem ainda analfabetos entre os jovens, o que significa que o sistema educacional ainda está produzindo analfabetos. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível às mudanças com o passar dos anos. Ou seja, cada geração permanece alheia à melhora do sistema educacional, e a queda do analfabetismo se processa mais pelo efeito demográfico do que pelas iniciativas do governo ou da sociedade civil. Portanto, a queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional, com a morte dos idosos analfabetos.

A constatação de que o analfabetismo para as coortes muda, mas pouco, demonstra a baixa eficácia dos programas de alfabetização de adultos. Algumas causas podem ser aventadas. Entre elas, primeiramente, está a baixa cobertura, pois, entre os atuais analfabetos, apenas pequena parte está frequentando cursos de alfabetização de adultos. Isto se deve em grande medida a problemas de

oferta, mas também ao desinteresse dos analfabetos em procurar os programas, bem como a erros no foco e nas estratégias pedagógicas. Em segundo lugar, está a baixa eficácia em alfabetizar os indivíduos que estão matriculados em escolas, visto que parcela expressiva do público potencial de programas de alfabetização já frequentou a escola e apresentou um histórico de fracasso escolar. Isto sugere que este público possui sérias dificuldades de aprendizagem.

Assim, a taxa de analfabetismo ainda bastante elevada na população de 15 anos ou mais evidencia problemas de acesso à escola que grande parte da população brasileira mais velha teve quando estava no período adequado para frequentar a escola, assim como problemas que enfrentaram posteriormente, como a baixa cobertura e a pouca eficácia dos programas de alfabetização de adultos e idosos.

4 A ESCOLARIZAÇÃO BRASILEIRA

Para complementar a análise aqui pretendida, procura-se, a seguir, verificar como se processou o acesso da população ao sistema educacional, bem como sua permanência nele, considerando-se as faixas etárias, os níveis de ensino e as modalidades educacionais oferecidas, de forma a se ter um perfil dos sucessos e dos fracassos do sistema. Neste sentido, serão observados os índices de acesso à educação e os de conclusão de etapas escolares. Também é importante observar o que ocorreu com os indicadores educacionais segundo recortes de região, localização, raça ou cor, renda, e sexo.

Para medir o acesso, um dos indicadores tradicionais é a taxa de frequência escolar por faixa etária.² Os resultados para este indicador, apresentados na tabela 1 e no gráfico 7, revelam avanços em todo o período analisado. Inicia-se a análise com a primeira etapa da educação básica, a educação infantil, a qual se destina às crianças em idade anterior ao ensino obrigatório e é formada pela creche e a pré-escola. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.274, que diminuiu a idade de entrada no ensino fundamental obrigatório de 7 para 6 anos de idade e aumentou a duração deste nível de ensino para nove anos. Assim, a partir de 2007, a educação infantil passou a ter como público o grupo etário de 0 a 5 anos, sendo oferecida na modalidade creche para as crianças de até 3 anos e na modalidade pré-escola para as de 4 a 5 anos.

O acesso das crianças de 0 a 3 anos de idade à escola é muito pequeno no Brasil. A taxa de frequência, em 2009, era de apenas 18,4%. Esta porcentagem é considerada baixa, principalmente se for levada em conta a previsão no Plano Nacional de Educação (PNE) de que em 2006 esta taxa deveria ser de 30%. Não obstante, esta faixa etária da população, no período analisado, apresentou

2. *Taxa de frequência à escola por faixa etária*: fornece a porcentagem da população por faixa etária que frequenta escola, independentemente do grau de ensino em que está matriculada.

uma das maiores taxas de incremento anuais (0,81 p.p. ao ano desde 1995). Além de baixo, como pode ser observado na tabela 1, o acesso às creches é desigual entre as crianças das diferentes regiões; entre as da zona urbana e as da zona rural; entre as brancas e as pretas ou pardas; e entre as de famílias mais pobres e as de famílias mais ricas, como pode ser constatado na tabela 5A, no apêndice.

TABELA 1
Taxa de frequência a escola, segundo as faixas etárias (1992-2008)
 (Em %)

Faixa etária	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
0 a 3 anos	-	-	7,6	7,4	8,1	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,4	17,1	18,1	18,4
4 a 6 anos	54,1	57,8	53,5	53,8	56,3	57,9	60,2	65,6	67,0	68,5	70,6	72,0	76,1	77,6	79,8	81,3
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,0	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,6	97,6	97,9	98,0
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,3	76,5	78,5	81,1	81,5	82,3	81,9	81,7	82,1	82,1	84,1	85,2
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,4	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9	30,5	30,3
25 a 29 anos	5,8	6,4	7,0	7,6	8,5	9,4	10,4	12,3	12,5	12,9	12,5	12,5	13,0	12,4	12,3	12,2

Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

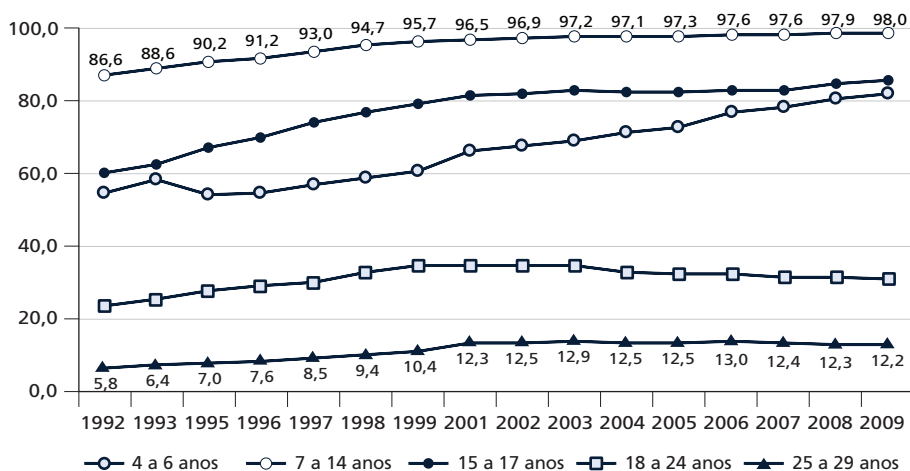
Obs.: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

2. Raça negra é composta de pretos e pardos.

3. A partir de 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

4. Nas PNADs de 1992 e 1993, a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.

GRÁFICO 7
Evolução da frequência bruta à escola por faixa etária (1992-2009)
 (Em %)



Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

As maiores desigualdades são verificadas quando as crianças de 0 a 3 anos são comparadas segundo a localização de seus domicílios ou de acordo com a renda de suas famílias, como mostra o gráfico 8. Das crianças da zona urbana, 20,2% frequenta a creche em 2009; porém, na zona rural, esta taxa é de 8,8%. Apenas 11,8% das crianças do quinto de renda mais baixo (ou seja, nos 20% mais pobres) frequentaram a creche, enquanto no quinto de renda mais elevado esta taxa é de 34,9%. A diferença de acesso também é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sul e o Norte. Na primeira, 24,1% das crianças frequentam creche, e na segunda, apenas 8,2%. Há, também, desigualdade, embora em um grau muito menor, no acesso à creche entre as crianças brancas e as pretas ou pardas: 19,9% das crianças brancas frequentam creche, taxa que na população preta ou parda é de 16,6%. Além disso, observa-se que estas desigualdades vêm se mantendo nestes patamares ao longo do tempo.

A situação do acesso à educação das crianças com idade de 4 a 6 anos é bem melhor, embora ainda se verifiquem desigualdades, segundo as características analisadas. Conforme a tabela 1, cerca de 81,3% das crianças desta faixa etária frequentavam a escola, grande parte na pré-escola. Além disso, nesta faixa se observou, no período analisado, a maior taxa de incremento, cerca de 1,7 p.p. ao ano, o que fez a taxa crescer cerca de 27,2 p.p. em 18 anos.

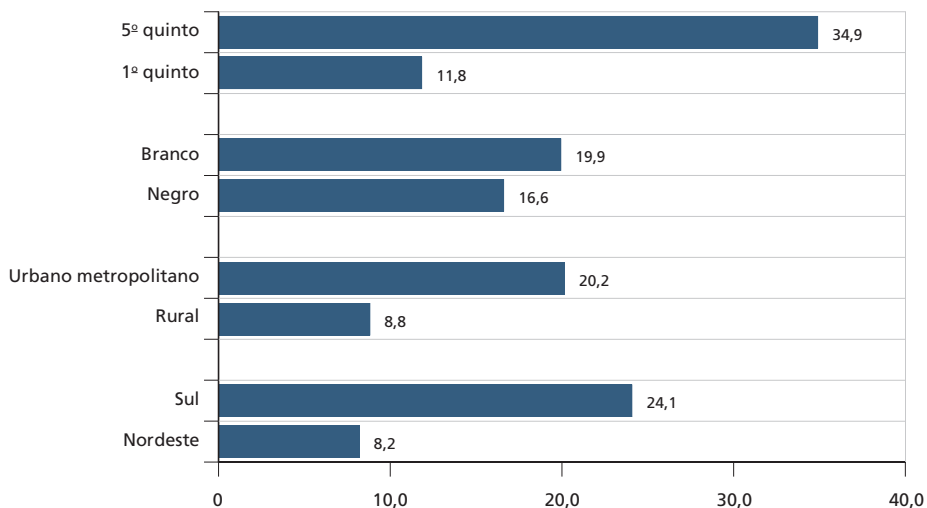
Apesar desse avanço, observam-se desigualdades no acesso, principalmente quando se considera a renda (tabela 5A, no apêndice, e gráfico 8B). No quinto de renda mais elevado, a frequência é de 93,6%, e no quinto de renda mais pobre é de 75,2%; ou seja, uma diferença de 18,4 p.p. separa estes dois grupos de crianças. Esta desigualdade pode ser considerada ainda mais perversa quando se levam em conta os resultados de estudos que mostram que as crianças que mais se beneficiam da experiência pré-escolar são justamente as crianças mais pobres.

A diferença regional, também pronunciada, é inversa à situação das creches: na região Nordeste, 85,8% das crianças de 4 e 6 anos estão na escola, enquanto no Sul a taxa é de 71,0%. Esta situação é em parte resultado de políticas e programas federais que priorizaram o Nordeste na expansão de vagas. A desigualdade entre habitantes da zona urbana e rural é um pouco menor, embora ainda considerável: 83,1% para a zona urbana e 73,1% para a rural. Também se observa o acesso mais restrito das crianças pretas ou pardas (80,1%) que o das brancas (82,6%).

GRÁFICO 8
Taxa de frequência bruta à educação infantil segundo categorias selecionadas (2009)
 (Em %)

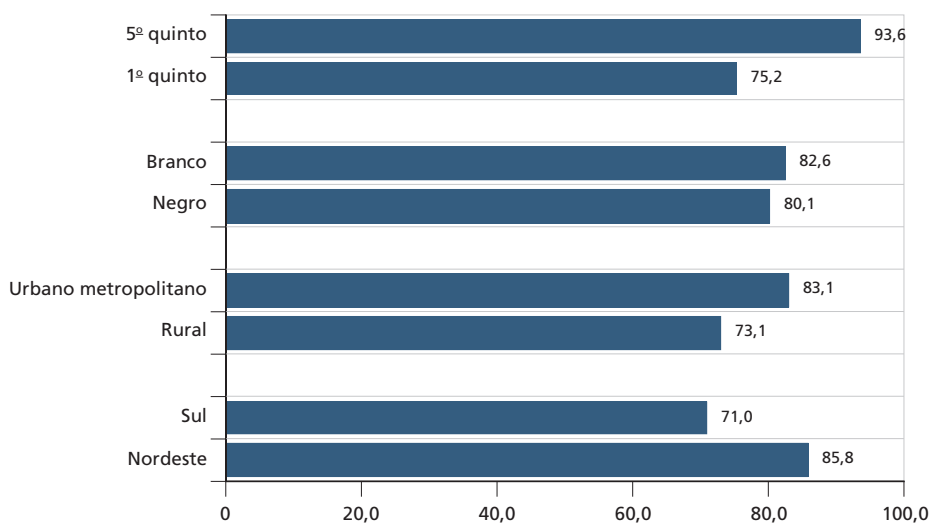
8A

0 a 3 anos de idade



8B

4 a 6 anos de idade



Fonte: IBGE (2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Para a população de 7 a 14 anos – faixa etária correspondente ao ensino fundamental, em um fluxo escolar regular –, a universalização do acesso à escola é um dos grandes avanços sociais pós-Constituição Federal de 1988. Como pode ser constatado na tabela 1 e no gráfico 7, a taxa de frequência bruta, que era de 86,6%, em 1992, passou a 98,0%, em 2009. Os indicadores de frequência ao ensino fundamental não revelam grandes disparidades quando comparados segundo região, localização, gênero, raça ou cor, e renda; por isso, não serão apresentados. Deve-se mencionar que a manutenção da taxa de frequência nos últimos anos expressa o fim do ciclo expansionista do ensino fundamental, relacionado a dois fatores mutuamente articulados: de um lado, a relativa estabilização do fluxo escolar nesta etapa da educação básica, de outro, a diminuição da população nesta faixa etária.

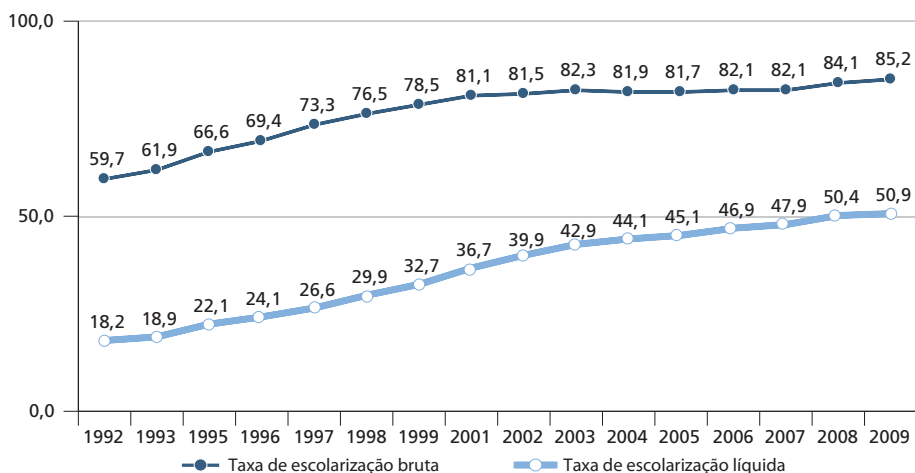
Apesar do progresso alcançado na oferta de vagas, persistem vários desafios. Além de ainda haver uma porcentagem residual de crianças e jovens fora da escola, entre os matriculados há os que não aprendem ou que progridem lentamente, repetem o ano e acabam abandonando os estudos. Os fatores que contribuem para estas dificuldades estão relacionados à qualidade do ensino, à gestão das escolas e dos sistemas de ensino, às condições de acesso e permanência, e à situação social dos alunos e seus familiares.

Para a população compreendida entre os 15 e 17 anos, faixa etária considerada adequada para o ensino médio, observa-se no gráfico 9 que a taxa de escolarização teve crescimento contínuo até 2003 e, após um período em que se manteve constante, aumentou novamente em 2008. Parte de um índice de 59,7%, em 1992, e chega a 85,2%, em 2009, com crescimento de 1,53 p.p. ao ano. Por sua vez, a taxa de frequência líquida, nesta faixa etária, tem apresentado crescimento ininterrupto, ao longo do mesmo período, conforme também mostra o gráfico 9 e a tabela 5A, no apêndice.

GRÁFICO 9

Evolução da taxa de frequência líquida à escola para a faixa etária de 15 a 17 anos (1992-2009)

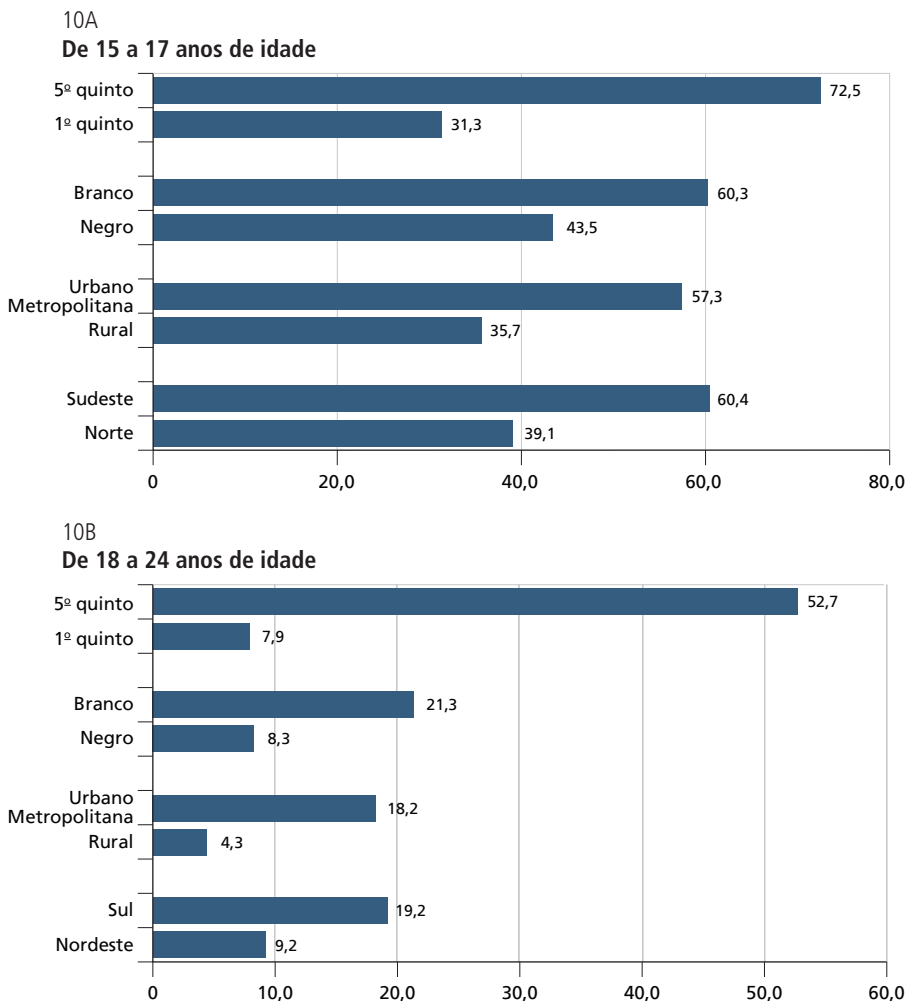
(Em %)



Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

GRÁFICO 10
Taxa de frequência líquida segundo categorias selecionadas (2009)
 (Em %)



Fonte: IBGE (2009).
 Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados apresentados evidenciam alguns dos problemas educacionais desta população, quando mostram que a frequência líquida ao ensino médio é de apenas 50,9%, ou seja, apenas metade da população desta faixa etária está no nível de ensino adequado. Isto se deve aos entraves observados no fluxo escolar do nível de ensino compulsório, o ensino fundamental, que tem elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como foi visto anteriormente, o que compromete o acesso ao ensino médio.

As maiores desigualdades são verificadas quando a população dessa faixa etária é comparada segundo algumas características selecionadas (gráfico 10, nesta seção, e tabela 6A, no apêndice).

A diferença de acesso é pronunciada entre as regiões, especialmente entre a região Sudeste e a Norte. Na primeira, 60,5% desta população frequentam o ensino médio, e na segunda, apenas 39,1%. Esta diferença é, em parte, devida à maior concentração de população rural na região Nordeste. Da população de 15 a 17 anos da zona urbana metropolitana, 57,3% frequentam o ensino médio. Porém, na zona rural, esta taxa é de 35,7%, ou seja, quase 22% menor. Há também desigualdade, embora em um grau menor, no acesso ao ensino médio entre brancos e negros: 60,3% dos adolescentes brancos frequentam escola, taxa que na população negra é de 43,5%.

As desigualdades no acesso são pronunciadas, especialmente quando considerada a renda das famílias desses alunos (tabela 7A, no apêndice): no primeiro quinto, 31,3% dos jovens de 15 a 17 anos cursam o ensino médio, proporção que para os mais ricos (último quinto) é de 72,5%, ou seja, a oportunidade de acesso ao ensino médio dos adolescentes mais ricos é mais de duas vezes maior que a dos mais pobres. Os aspectos regionais também mostram diferenças. A situação é ainda pior entre os jovens pobres residentes da zona rural, entre os quais apenas 28,2% estão incluídos no ensino médio. Jovens de cor negra, sejam do primeiro ou do último quinto, estão em desvantagem em relação aos brancos.

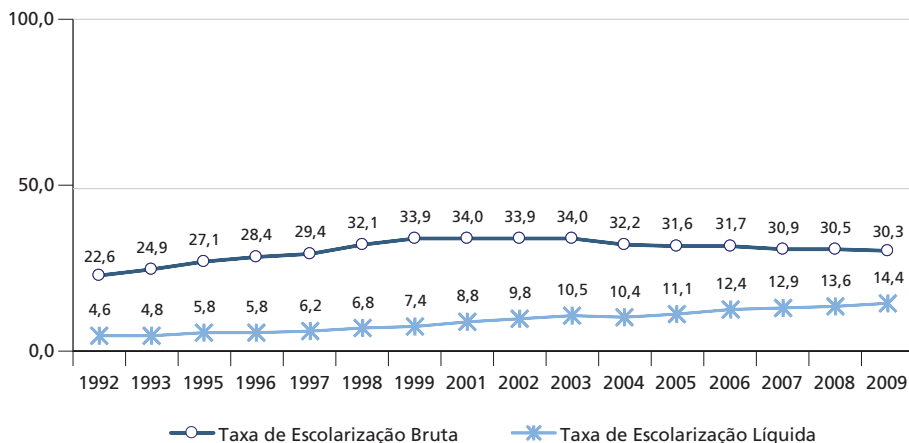
Além disso, para os jovens dessa faixa etária, que estão cursando o ensino médio, repetem-se os problemas de fluxo escolar, o que acarreta taxas médias esperadas de conclusão também inadequadas, como demonstram os dados apresentados na tabela 8A, no apêndice. A estimativa é de que apenas 66,6% dos alunos que ingressam no ensino médio o concluem. A maior desigualdade observada entre regiões, neste indicador, é entre o Centro-Oeste (com 65,3%) e o Sudeste (69,3%).

Cabe ainda mencionar algumas características que não foram apresentadas, mas que são importantes, tais como: *i*) parte expressiva do atendimento escolar a essa faixa ocorre no período noturno; *ii*) ainda existem dificuldades de acesso para parcela da população de 15 e 17 anos, que está fora da escola; *iii*) o acesso é um problema grave para a categoria educação de jovens e adultos (EJA), pois metade dos municípios brasileiros não a oferece; e *iv*) alunos com idade mais avançada que a prevista para o ciclo têm resultados piores.

Para os jovens que se encontram na faixa etária entre 18 e 24 anos – população com a idade prevista para a educação superior –, observa-se na tabela 1 e no gráfico 11 que a taxa de escolarização teve crescimento contínuo até 1999 e manteve-se constante até 2003, quando começou a cair. Iniciou a década de 1990 em 22,6% e alcançou 30,3% em 2009, com crescimento de apenas 0,49 p.p. ao ano para o período em análise. Por sua vez, a taxa de frequência líquida, nesta faixa etária, tem

apresentado crescimento quase ininterrupto ao longo do período, conforme mostra a tabela 6A, no apêndice.

GRÁFICO 11
Evolução da taxa de frequência líquida à escola para a faixa etária de 18 a 24 anos (1992-2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados apresentados no gráfico 11 evidenciam problemas de escolarização também para essa faixa etária. Entre os indivíduos de 18 a 24 anos de idade, apenas pequena parcela (14,4%) está na educação superior. Este fato deve-se aos entraves observados no fluxo escolar do ensino fundamental e do ensino médio, que têm elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como visto anteriormente.

É provável que o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos seja um dos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior encampada pelo Ministério da Educação, a qual vem sendo estruturada por três linhas de ação: *i*) ampliação das vagas nas instituições federais de ensino; *ii*) ampliação do Financiamento Estudantil (Fies); e *iii*) instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni). Estas iniciativas deram novo fôlego à expansão da educação superior.

As maiores desigualdades são verificadas (tabela 6A, no apêndice, e gráfico 10B) quando a população dessa faixa etária é comparada segundo as regiões e de acordo com a localização de seus domicílios. A diferença de acesso é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sul e o Nordeste. Na primeira, 19,2% desta população frequentam o ensino superior, e no Nordeste, apenas 9,2%. Da população de 18 a 24 anos da zona urbana metropolitana, 18,2% frequentam

o ensino superior, porém na zona rural esta taxa é de apenas 4,3%. Há também desigualdade no acesso ao ensino superior entre brancos e negros: 21,3% dos jovens brancos frequentam a educação superior, enquanto a taxa para a população negra é de 8,3%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e as informações apresentadas quanto ao acúmulo de escolarização revelaram ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. No entanto, persistem as fortes diferenças regionais, e também disparidades expressivas quando se observam os quesitos renda, localização e raça/cor. O hiato educacional mostrou-se muito elevado, o que, em grande medida, expõe as dificuldades dos alunos em concluir seus estudos no período adequado, devido aos problemas da repetência e evasão escolar.

No que diz respeito ao analfabetismo, mostrou-se que ele é bem mais acentuado na população negra, nas regiões menos desenvolvidas e nas zonas rurais. Ele está fortemente concentrado na população de baixa renda, e a porcentagem e a quantidade de analfabetos se ampliam quanto mais velha for a população. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos. A queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional, com a morte dos idosos analfabetos.

A taxa de escolarização bruta teve incremento para as faixas etárias de 0 a 17 anos. Nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, começaram a ocorrer decréscimos a partir de 2007. No entanto, as taxas de frequência líquida foram crescentes em todos os níveis de ensino.

A análise na perspectiva dos níveis de ensino mostrou que na educação infantil a equidade permanece um alvo ainda distante quando se trata do direito das crianças pequenas à educação. No ensino fundamental, o maior desafio é a melhoria da qualidade do ensino, assim como nos demais níveis e modalidades da educação básica. Além disso, salientou-se que a regularização do fluxo escolar constitui importante tarefa, ou seja, é preciso atingir a universalização na conclusão do ensino fundamental e não apenas no seu acesso. No ensino médio, os dados mostraram que o país ainda não universalizou o acesso a este nível de ensino, tampouco está preparado para que isto ocorra, visto que, se houver a correção de fluxo do ensino fundamental e a ampliação do acesso ao ensino médio, a capacidade instalada atual para oferta de ensino médio pode ser insuficiente para incorporar, imediatamente, o contingente de jovens de 15 a 17 anos que deveriam frequentar este nível de ensino. Portanto, são necessárias melhorias e expansão de capacidade física instalada para garantir o acesso e a permanência.

Na educação superior, as dificuldades são ainda maiores, principalmente devido à baixa frequência e às disparidades existentes.

Quanto às políticas de alfabetização, é preciso repensar os atuais programas de alfabetização de adultos para torná-los mais efetivos e, em seguida, realizar a ampliação de sua cobertura. Outro desafio é acelerar o acúmulo de escolarização da população, o que implica a ampliação do acesso e da permanência da população nas escolas, em todos os níveis e modalidades. Na educação infantil e no ensino médio, os dados mostraram que o país está longe de universalizar estes níveis de ensino. Por último, um dos maiores desafios é a melhoria da qualidade do ensino para todos os níveis e modalidades da educação brasileira, prestando atenção redobrada às novas necessidades de conhecimentos e habilidades requeridas no processo de desenvolvimento econômico e social atual.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 1992.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 1993.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 1995.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 1996.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 1997.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 1998.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 1999.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2001.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2002.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2005.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2007.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, A. M. F. **Relatório de identificação dos principais avanços e obstáculos à promoção da equidade na educação básica e profissional no Brasil**. Brasília, 2007. (Mimeografado).

CASTRO, J. A. **Situação educacional brasileira: alguns resultados da PNAD 2007**. Brasília: Ipea, 2009.

_____. **Evolução e desigualdade na educação brasileira**. Brasília:Ipea, 2010.

CDES – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Observatório da equidade. **Relatório de Observação**, n. 1, Brasília, 2006.

_____. Observatório da equidade. **Relatório de Observação**, n. 3, Brasília, 2008.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, mar. 2006. (Edição especial, n.13).

APÊNDICE

TABELA 1A

**Média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade,
por categorias selecionadas (1992-2009)**

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	5,2	5,3	5,5	5,7	5,7	5,9	6,1	6,3	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3	7,4	7,5
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,5	6,7	6,8	7,0	7,1
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3
Sudeste	5,8	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,7	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	7,9	8,1	8,2
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,1	6,3	6,5	6,7	6,9	7,2	7,3	7,4	7,5	7,6	7,8	7,9
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5	7,7	7,9
Localização																
Urbana metropo- litana	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,6	8,7
Urbana não metropolitana	5,4	5,4	5,6	5,8	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5	7,6
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1	4,3	4,5	4,6	4,8
Sexo																
Masculino	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,8	5,9	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1	7,2	7,4
Feminino	5,2	5,4	5,6	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3	7,4	7,6	7,7
Raça/cor																
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,1	8,3	8,4
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3	6,5	6,7
Faixa etária																
15 a 24 anos	5,8	5,9	6,2	6,3	6,5	6,8	7,0	7,4	7,7	7,9	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7	8,8
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,4	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9	9,2	9,4
30 a 39 anos	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	6,8	7,0	7,2	7,3	7,5	7,5	7,8	7,9	8,1	8,2
40 anos ou mais	3,8	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6	4,7	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,7	5,9	6,0	6,2

Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

2. Raça negra é composta de pretos e pardos.

3. A partir de 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 2A

Média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* (2008-2009)

	2008					2009				
	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)					Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)				
	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto
Brasil	5,0	6,0	6,4	7,8	10,4	5,5	6,4	6,7	8,2	10,7
Norte	5,2	6,1	6,8	8,0	10,3	5,6	6,7	6,8	8,4	10,3
Nordeste	4,6	5,6	5,8	7,9	10,7	5,0	5,8	6,0	8,3	10,6
Sudeste	5,7	6,4	6,7	7,9	10,4	6,2	6,7	7,0	8,2	10,7
Sul		6,1	6,3	7,7	10,1	5,8	6,5	6,6	8,0	10,6
Centro-Oeste	5,6	6,1	6,3	7,8	10,6	6,1	6,5	6,7	8,2	11,0
Localização										
Urbana	5,6	6,4	6,7	8,1	10,6	6,0	6,7	7,0	8,4	10,9
Rural	4,0	4,5	4,4	5,6	6,9	4,3	4,7	4,4	5,8	7,0
Raça/cor										
Branca	5,5	6,4	6,6	8,1	10,7	6,1	6,8	7,0	8,4	11,1
Preta ou parda	4,9	5,8	6,2	7,5	9,6	5,3	6,1	6,3	7,8	9,8
Sexo										
Homens	4,7	5,7	6,2	7,7	10,4	5,1	6,1	6,5	8,1	10,6
Mulheres	5,4	6,3	6,5	8,0	10,4	5,9	6,6	6,8	8,3	10,7

Fonte: IBGE (2008; 2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

TABELA 3A
**Taxa de analfabetismo na população de 15 ou mais anos de idade,
 segundo categorias selecionadas (1992-2009)**

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,9	11,6	11,5	11,2	10,5	10,1	10,0	9,7
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	12,7	11,6	11,3	10,9	10,7	10,6
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,2	23,4	23,2	22,4	21,9	20,7	19,9	19,4	18,7
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,6	7,2	6,9	6,7	6,6	6,0	5,8	5,8	5,7
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,8	6,4	6,3	5,9	5,7	5,5	5,4	5,5
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,7	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1	8,1	8,0
Localização																
Urbana metro-politana	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,7	5,5	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4	4,3	4,4
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,8	27,7	27,3	25,9	25,1	24,3	23,5	23,5	22,8
Raça/cor																
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,6	6,2	6,2	5,9
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,3	16,9	16,3	15,5	14,7	14,2	13,6	13,4
Faixa etária																
15 a 17 anos	8,2	8,1	6,5	5,8	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7	1,7	1,5
18 a 24 anos	8,8	8,2	7,4	6,7	6,8	5,8	5,4	4,8	4,2	3,8	3,6	3,3	2,8	2,4	2,4	2,1
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,4	5,9	5,9	5,8	4,8	4,4	4,2	3,6
30 a 39 anos	12,0	11,6	10,9	10,1	10,2	10,1	9,6	9,0	8,4	8,4	8,0	7,8	7,3	6,7	6,6	6,4
40 anos ou mais	29,2	27,7	26,0	24,8	24,8	23,3	22,8	21,2	20,5	20,0	19,7	19,1	18,0	17,3	16,9	16,5

Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

2. Raça negra é composta de pretos e pardos.

3. A partir de 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 4A

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* (2008-2009)

	2008					2009				
	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)					Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)				
	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto
Brasil	19,0	14,0	13,5	6,2	1,9	18,1	13,4	12,8	6,7	2,0
Norte	14,8	12,9	12,0	7,7	2,6	15,1	10,8	13,4	7,1	3,1
Nordeste	24,7	20,8	23,3	11,0	4,2	23,4	20,2	22,7	11,2	3,8
Sudeste	11,3	8,8	9,4	5,0	1,5	9,9	8,8	9,0	5,0	1,6
Sul	9,4	9,1	9,1	4,6	1,6	11,0	8,5	7,1	5,9	1,8
Centro-Oeste	13,0	11,2	12,4	7,1	1,8	12,8	10,2	9,1	9,9	2,0
Localização										
Urbana	15,2	11,2	11,0	5,1	1,6	14,4	11,0	10,2	5,6	1,6
Rural	26,4	24,7	27,2	16,7	9,0	25,7	22,9	27,2	16,4	9,9
Raça/cor										
Branca	14,9	10,7	10,6	4,6	1,3	13,4	10,1	9,2	5,1	1,4
Preta ou parda	20,5	15,8	15,9	8,2	3,4	19,9	15,2	15,7	8,7	3,6
Sexo										
Homens	22,0	14,8	13,1	5,6	1,6	20,9	14,1	12,6	6,0	1,5
Mulheres	16,4	13,2	13,9	6,8	2,3	15,7	12,9	13,0	7,4	2,5

Fonte: IBGE (2008; 2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

TABELA 5A

Taxa de frequência bruta à educação infantil, por categorias selecionadas e segundo grupos de idade (1995-2009, anos selecionados)

	De 0 a 3 anos de idade							De 4 a 6 anos de idade						
	1995	2001	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009	1995	2001	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009
Brasil	7,5	10,5	12,9	15,3	16,9	18,1	18,2	53,4	65,5	72,0	76,0	77,6	79,7	81,3
Norte	5,7	7,2	5,7	8,0	7,7	8,4	8,2	55,1	60,1	60,2	64,4	68,5	72,5	73,4
Nordeste	7,1	10,6	11,6	13,3	14,1	14,9	15,5	56,1	70,6	77,6	80,4	82,7	84,8	85,8
Sudeste	8,1	11,3	15,5	19,1	21,7	22,0	22,4	55,1	68,0	75,8	80,9	81,5	82,9	84,9
Sul	8,6	11,8	15,9	18,3	21,3	24,6	24,1	44,9	55,4	62,0	66,3	67,9	69,1	71,0
Centro-Oeste	5,4	6,6	10,0	11,4	13,2	15,3	14,7	47,8	54,4	62,9	66,9	65,9	71,6	73,7
Raça/cor														
Branca	8,7	11,3	14,3	16,9	19,1	20,6	19,9	56,2	67,8	74,1	78,4	79,6	81,8	82,6
Preta ou parda	6,2	9,6	11,5	13,8	14,8	15,5	16,6	50,5	63,3	70,1	74,0	75,9	78,2	80,1
	Situação do domicílio													
Urbano	9,1	11,8	12,9	17,5	19,3	20,5	20,2	59,2	69,0	75,7	79,4	80,3	82,2	83,1
Rural	2,7	4,6	15,0	6,7	6,4	7,2	8,8	35,8	50,8	57,2	62,5	66,2	69,6	73,1
	Quintos do rendimento familiar <i>per capita</i> (%)													
Primeiro quinto	5,0	6,3	8,7	10,1	10,8	11,9	11,8	41,2	53,7	61,1	66,3	68,9	70,3	75,2
Segundo quinto	5,5	8,1	10,4	12,8	14,1	16,2	14,8	50,5	60,8	70,7	74,3	76,2	78,9	80,2
Terceiro quinto	6,8	10,3	13,9	16,3	18,2	18,4	21,9	55,8	69,5	75,6	80,8	81,8	84,4	83,1
Quarto quinto	8,5	14,1	16,0	20,4	22,8	24,0	24,7	61,2	77,9	83,3	86,3	85,9	88,9	88,4
Último quinto	15,8	25,4	27,5	31,8	33,5	35,0	34,9	71,0	90,1	91,2	92,9	93,1	94,8	93,6

Fonte: IBGE (1995; 2001; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009).

Nota: ¹ Inclusive a população rural da região Norte.

TABELA 6A
Taxa de frequência líquida ao ensino médio e ao ensino superior,
segundo as faixas etárias (1992-2009)

Categories	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Ensino médio (15 a 17 anos)																
Brasil	18,2	18,9	22,1	24,1	26,6	29,9	32,7	36,7	39,9	42,9	44,1	45,1	46,9	47,9	50,4	50,9
Norte	11,7	13,5	16,7	15,9	17,6	20,8	24,3	26,4	29,0	31,6	27,6	30,8	34,9	36,3	39,6	39,1
Nordeste	9,5	10,2	11,4	12,8	13,4	14,9	16,7	20,5	22,8	25,4	27,8	30,0	33,1	34,5	36,4	39,2
Sudeste	24,3	24,9	29,0	31,6	34,8	39,7	42,4	47,7	52,3	55,3	57,8	57,2	57,6	58,6	61,8	60,5
Sul	23,1	24,4	29,3	32,5	35,6	38,9	44,7	47,7	50,8	52,5	53,3	53,6	54,9	55,0	56,5	57,4
Centro-Oeste	17,5	18,2	21,1	23,5	27,3	29,3	32,2	36,6	40,0	44,2	44,7	45,8	48,1	49,5	52,0	54,7
Localização																
Urbano metropolitano	25,9	25,8	30,3	32,4	34,5	38,6	41,4	46,7	49,5	52,0	54,2	54,3	55,3	56,8	59,0	57,3
Urbano não metropolitano	20,0	20,9	23,7	25,9	28,6	32,4	35,6	37,9	41,9	45,0	46,7	48,0	49,9	49,6	52,0	52,9
Rural	5,3	6,3	7,7	8,8	11,1	12,2	15,2	17,0	18,5	21,6	21,9	24,5	26,7	30,7	33,3	35,7
Sexo																
Masculino	15,1	15,3	18,4	19,9	22,0	24,8	28,3	32,2	35,5	37,9	39,1	40,4	41,8	42,3	44,4	45,3
Feminino	21,3	22,5	25,9	28,5	31,2	35,1	37,2	41,2	44,4	48,0	49,3	49,9	52,0	53,7	56,8	56,7
Raça ou cor																
Branca	27,1	27,7	32,3	34,0	38,1	41,0	44,2	49,5	52,3	54,8	56,1	56,5	58,3	58,6	61,0	60,3
Negra	9,2	10,2	11,9	13,4	14,7	18,6	21,2	24,4	28,2	31,8	33,5	35,5	37,4	39,3	42,2	43,5
Ensino superior (18 a 24 anos)																
Brasil	4,6	4,8	5,8	5,8	6,2	6,8	7,4	8,8	9,8	10,5	10,4	11,1	12,4	12,9	13,6	14,4
Norte	3,0	2,3	3,3	3,3	3,3	3,5	3,8	5,2	6,7	6,0	5,6	7,0	7,7	9,0	9,9	11,0
Nordeste	2,4	2,5	2,9	3,1	3,0	3,2	3,7	5,0	5,1	5,7	5,8	6,0	7,0	7,5	8,2	9,2
Sudeste	6,1	6,3	7,7	7,3	8,1	8,8	9,4	10,7	11,9	12,6	12,9	13,6	15,4	16,3	16,4	16,8
Sul	4,9	6,0	7,5	7,7	8,1	9,6	10,4	12,5	13,7	15,8	15,2	16,1	17,0	16,6	18,6	19,2
Centro-Oeste	4,3	4,8	5,1	6,5	6,3	6,8	7,7	9,7	11,9	12,3	12,1	13,8	14,8	15,5	16,2	17,9
Localização																
Urbano metropolitano	7,3	7,9	9,3	9,1	9,6	10,4	10,7	12,1	13,4	14,2	14,2	15,0	16,7	17,5	18,0	18,2
Urbano não metropolitano	4,5	4,6	5,6	5,7	6,1	6,7	7,6	8,9	9,9	10,8	10,9	11,6	12,9	13,3	14,1	15,1
Rural	0,5	0,8	1,1	1,1	0,8	0,9	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	2,1	2,4	3,1	3,4	4,3
Sexo																
Masculino	4,2	4,1	5,0	5,0	5,7	5,9	6,3	7,7	8,3	9,1	9,0	9,6	10,5	11,1	11,7	12,2
Feminino	4,9	5,5	6,6	6,6	6,8	7,8	8,5	9,9	11,2	11,9	11,7	12,6	14,2	14,8	15,6	16,6
Raça ou cor																
Branca	7,3	7,8	9,3	9,4	10,1	11,1	11,9	14,1	15,5	16,6	16,0	17,2	19,1	19,8	20,5	21,3
Negra	1,5	1,5	2,0	1,8	2,0	2,1	2,5	3,2	3,8	4,4	4,9	5,5	6,3	6,9	7,7	8,3

Fonte: IBGE (vários anos).

Elaboração: Disoc/lpea.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

2. Raça negra é composta de pretos e pardos.

3. A partir de 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 7A

Taxa de escolarização líquida das pessoas de 15 a 17 e de 18 a 24 anos, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* (2009)

	Quintos de renda				
	Primeiro quinto	Segundo quinto	Terceiro quinto	Quarto quinto	Último quinto
Ensino médio (15 a 17 anos)					
Brasil	31,3	41,6	50,6	59,9	72,5
Norte	26,8	35,6	44,6	57,9	67,7
Nordeste	29,2	38,3	45,1	59,8	71,0
Sudeste	38,2	46,4	54,2	62,1	74,5
Sul	30,0	43,0	50,5	57,8	71,3
Centro-Oeste	39,4	45,1	51,9	53,8	69,5
Localização					
Urbana	32,9	43,5	52,2	60,3	73,0
Rural	28,2	34,5	40,0	54,9	62,4
Raça/cor					
Branca	36,6	46,2	53,9	63,1	74,7
Preta ou parda	29,2	39,1	47,9	55,1	66,9
Sexo					
Homens	26,1	35,6	45,0	54,2	70,1
Mulheres	36,4	47,4	56,6	66,3	75,0
Ensino superior (18 a 24 anos)					
Brasil	7,9	9,4	13,8	23,8	52,7
Norte	7,3	10,4	12,4	26,0	54,1
Nordeste	6,6	9,0	13,9	25,0	56,8
Sudeste	9,8	9,4	13,9	22,9	52,1
Sul	11,1	8,7	12,9	24,6	49,6
Centro-Oeste	11,6	11,6	16,1	23,4	56,3
Localização					
Urbana	8,6	9,7	14,4	24,4	53,4
Rural	6,2	8,4	9,6	17,1	34,1
Raça/cor					
Branca	10,6	10,8	16,7	28,5	56,8
Preta ou parda	6,6	8,7	11,5	18,2	42,7
Sexo					
Homens	7,0	8,3	11,3	18,3	45,9
Mulheres	8,5	10,6	16,5	30,1	60,0

Fonte: IBGE (2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

TABELA 8A

Taxa média esperada de conclusão no ensino fundamental (quarta e oitava séries) e ensino médio (terceiro ano), segundo região (2005-2006)

	Ensino fundamental		Ensino médio
	Quarta série	Oitava série	Terceiro ano
Brasil	87,6	53,8	66,6
Norte	81,0	40,5	62,7
Nordeste	79,4	38,7	67,7
Sudeste	94,5	66,6	69,3
Sul	95,0	69,1	69,0
Centro-Oeste	88,9	54,2	65,3

Fonte: Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Elaboração: Disoc/Ipea.

POPULAÇÃO NEGRA E EDUCAÇÃO: UM PANORAMA DA ÚLTIMA DÉCADA (1999-2009)*

Tatiana Dias Silva**

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar, ainda que de forma breve e não exaustiva, avanços e limites da situação educacional da população negra no Brasil na última década. Para tanto, serão utilizados basicamente dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

De forma geral, são inegáveis os avanços conquistados pela população brasileira no campo educacional. Corbucci *et al.* (2009), analisando a educação a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), constatam que, naquele ano, apenas 5% da população de 18 a 24 anos tinha acesso ao ensino superior e que “quase um quinto da população de 15 anos ou mais era constituída de analfabetos” (p. 19). Decorridas duas décadas, em 2009, cerca de 14,5% dos jovens nessa faixa etária estavam no ensino superior e o analfabetismo havia caído para 9,7% da população com idade acima de 15 anos.

Parte desse cenário é derivado de avanços consolidados na CF/1988, cuja elaboração foi permeada por um processo de muitas expectativas, devido à redemocratização e às possibilidades de alterar o cenário educacional no país, em busca de um novo modelo de desenvolvimento. Parcela significativa das mudanças demandadas pela sociedade é materializada tanto na Constituição como, posteriormente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (CORBUCCI *et al.*, 2009).

Nesses termos, a educação é vista como direito de todos, fundada nos princípios da igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade do ensino público, valorização

* A autora agradece as sugestões do colega Herton Ellery Araújo, do Ipea.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

dos profissionais da educação, gestão democrática e garantia da qualidade.¹ A garantia de acesso ao ensino fundamental – inclusive no período noturno –, a material didático, transporte e alimentação colabora para viabilizar as condições necessárias à ampliação do usufruto do direito à educação.

Parte dessas conquistas, contudo, ainda não se traduziu plenamente em ganhos reais para a população. Ademais, este progresso no campo educacional não foi distribuído de forma igualitária, como afinal acontece com todos os outros bens públicos. Desigualdades raciais, regionais e de gênero persistem em todos os níveis de ensino. No entanto, em que pese o reconhecimento do impacto destas variáveis e os efeitos da interseccionalidade,² para fins de análise, este estudo priorizará o recorte racial.

2 SITUAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Os negros no Brasil, considerando aqueles que se autodeclararam pardos e pretos, correspondem a 96,7 milhões de indivíduos – 50,74% dos residentes. Estes dados, do Censo 2010, consolidam a tendência de aumento da população negra, verificada pela PNAD. Nos dados da PNAD 2006, o contingente populacional negro ultrapassou o branco, e, em 2008, passou a representar a maioria da população. Este aumento progressivo, conforme analisa Soares (2008), deve-se sobretudo à ampliação do número de indivíduos que se reconhecem como pretos ou pardos; considerando-se o impacto da diferença das taxas de fecundidade, a população negra somente seria maioria em 2020.

O aumento da participação da população negra se deu em todas as unidades federativas e foi maior que a variação nacional em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Santa Catarina. Pará, Bahia e Maranhão figuram como os estados com maior participação da população negra – acima de 76% da população total. Por sua vez, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram 45% da população negra do Brasil.

Os dados desagregados por cor ou raça permitem analisar a situação da população em vários campos da vida social. Nesse sentido, como ilustra a tabela 1, verifica-se que, em diferentes dimensões, a população negra, apesar dos avanços dos últimos anos, permanece em situação muito mais vulnerável. Enquanto os negros enfrentam mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho, uma vez ocupados usufruem de condições diferenciadas, sendo maioria em posições mais

1. CF/1988, Artigo 206.

2. Segundo Crenshaw (2002), entende-se por interseccionalidade “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

precárias, auferindo remuneração inferior – em média pouco mais da metade da população branca. Conseqüentemente, a mesma desvantagem é verificada no acesso à proteção social.

TABELA 1
Indicadores sociais por cor ou raça (2009)

Indicadores	Negros	Branco	População total	Negros/brancos
Taxa de desemprego aberto (%)	9,10	7,10	8,20	1,28
Rendimentos médios reais recebidos no mês pelo trabalho principal (R\$)	465,10	802,98	621,22	0,58
Pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> menor que meio salário mínimo (%)	44,69	25,35	35,26	1,76
Taxa de homicídio (em 100 mil)	34,23	16,06	26,82	2,13
Cobertura direta e indireta da previdência pública básica na população em idade ativa (%)	49,07	63,09	55,88	0,78

Fonte: IBGE (2009); Sistema de Informações sobre Mortalidade. Ministério da Saúde (SIM/MS).

Elaboração da autora.

Nesse contexto, cabe destacar que a intersecção das variáveis de gênero e raça confere situação ainda mais desfavorável para a mulher negra, que permanece, em geral, isolada na base da hierarquia social. Em 2009, enquanto mulheres brancas tinham rendimentos, em média, correspondentes a 55% da renda média dos homens brancos, para os homens negros esta porcentagem era de 53%. No caso das mulheres negras, equivalia a pouco mais de 30%.

Há que se salientar, no entanto, que as desigualdades evidenciadas para a população negra são influenciadas pelos desequilíbrios regionais, uma vez que verifica-se alta participação da população negra nos estados com indicadores sociais mais baixos e na zonal rural (IPEA, 2009).

Todavia, parte das assimetrias entre brancos e negros permanecem expressivas, ainda que isolados diversos fatores intercorrentes. Nesse sentido, podem-se citar, por exemplo, estudos que buscam controlar diferentes variáveis explicativas influentes no êxito no mundo do trabalho – escolaridade, idade, sexo, região e setor de atividade econômica –, e ainda assim constata-se desigualdade significativa entre grupos distinguidos pela cor ou raça.³

Desse modo, há que se considerar que parte das desigualdades raciais verificadas pode decorrer da interferência de outras variáveis, mas que, ainda assim,

3. Foi denominada de “termo de discriminação” a diferença entre a “renda contrafactual” (como mulheres e negros perceberiam se fossem remunerados da mesma forma que um homem branco com as mesmas características de escolaridade, idade e inserção no mercado de trabalho) e a renda efetivamente observada. Esta diferença não poderia, assim, ser atribuída aos fatores mencionados. Em Ipea (2005), verifica-se que, para os negros, o termo de discriminação corresponderia, com dados de 2003, à metade da desigualdade de renda verificada na comparação com a média de rendimentos de homens brancos.

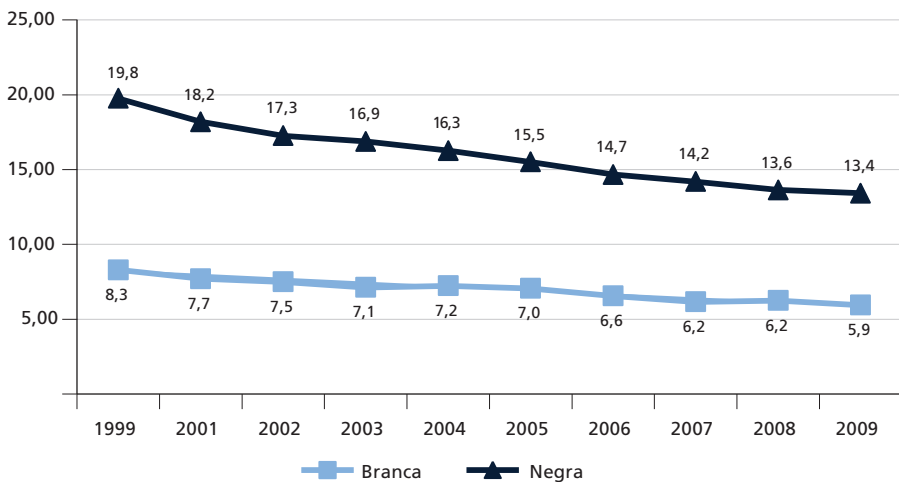
o elemento “termo de discriminação” poderá ser identificado em análises mais detalhadas de cada uma dessas dimensões.

3 CONDIÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO NEGRA

3.1 Analfabetismo e média de anos de estudos

No início da década de 1990, o analfabetismo atingia cerca 17% da população com 15 anos ou mais. Com a proximidade da universalização do ensino fundamental e o melhor acesso à educação em todos os níveis, este indicador tem caído progressivamente. No entanto, sua erradicação permanece como um importante desafio, especialmente quando são considerados recortes regionais, por sexo, localização do domicílio e por cor ou raça. Em 2009, segundo Ipea (2010), enquanto a taxa de analfabetismo dos estados da região Nordeste era praticamente o dobro da média nacional, os estados do Sul apresentavam índices próximos à metade deste indicador. A taxa de analfabetismo em Alagoas, por exemplo, era cinco vezes superior à do Rio Grande do Sul. Na zona rural, por seu turno, além da histórica disparidade educacional, a queda do analfabetismo se deu em ritmo inferior ao verificado nas cidades – assim, “entre residentes de áreas rurais, a taxa aproximava-se de 23%, em 2009, enquanto a de moradores das cidades situava-se pouco acima de 7%” (IPEA, 2010, p. 10).

GRÁFICO 1
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
por cor ou raça (1999-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

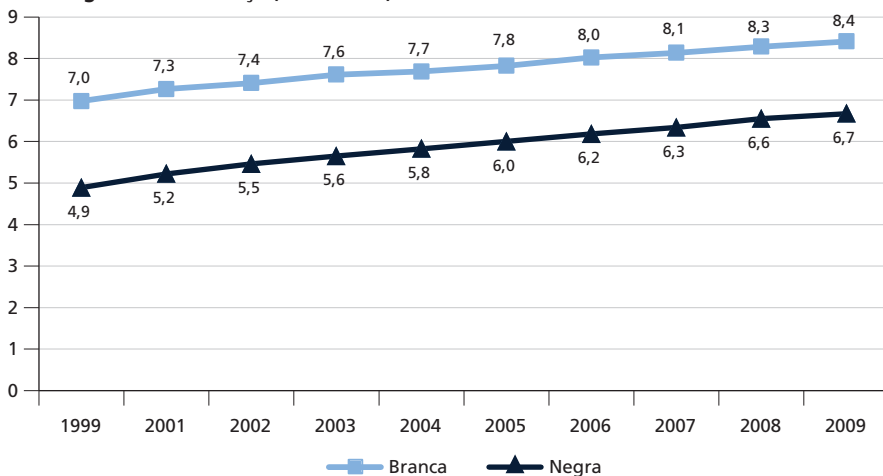
Elaboração: Disoc/Ipea.

Para a população negra, é possível verificar relevante redução do analfabetismo na última década, um pouco superior à registrada para a população branca (gráfico 1). No entanto, se em 1999 a taxa de analfabetismo entre os negros equivalia a 2,38 vezes a taxa da população branca, em dez anos esta diferença experimentou pouco decréscimo (2,27). De fato, a taxa relativa à população negra em 2009 era superior àquela correspondente à população branca no início da década de 1990 (10,6% em 1992).

Em 2008, com 10% da população (15 anos ou mais) analfabeta, o país encontrava-se em situação mais favorável que determinados países asiáticos e africanos (Paquistão, 46,3%; Nigéria, 39,9%), mas muito inferior a vizinhos latino-americanos, como o Chile (1,4%) e a Argentina (2,3%) (IPEA, 2010).

O gráfico 2 apresenta o aumento da escolaridade da população na última década. Nessa dimensão, ainda que persistam as assimetrias, o superior crescimento do indicador para a população negra permitiu reduzir as desigualdades raciais, com uma diminuição da razão de desigualdade de nove pontos percentuais (p.p.) na década. Se em 1999 a média de anos de estudos da população negra correspondia a 70% da escolaridade da população branca, em 2009 passa a corresponder a 79%.

GRÁFICO 2
Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, segundo cor ou raça (1999-2009)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

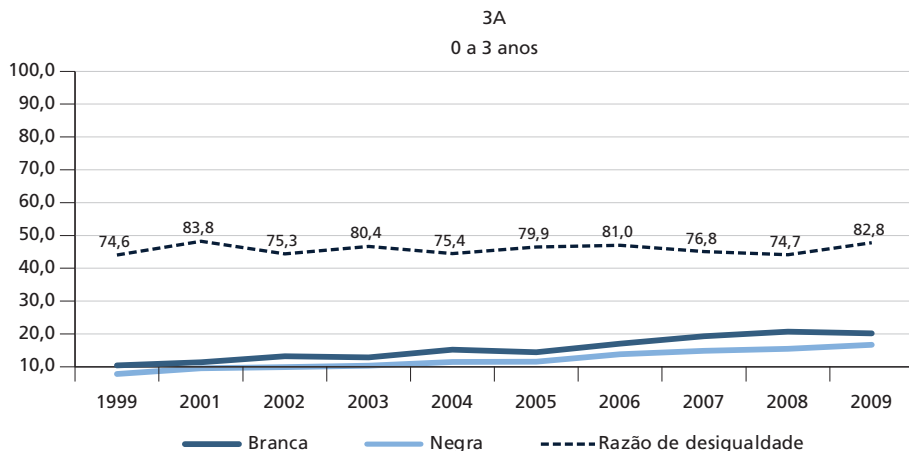
3.1 Cobertura escolar

O indicador de cobertura escolar demonstra a porcentagem de indivíduos de uma determinada faixa etária que frequenta o sistema de ensino. O gráfico 3 apresenta a cobertura escolar em diferentes fases do ciclo de vida. Nas primeiras etapas, correspondendo à educação infantil, a cobertura escolar é, como se sabe, bastante reduzida. A oferta pública de serviços de creche e pré-escola é insuficiente. Ademais, as famílias, especialmente com crianças na faixa de 0 a 3 anos, muitas vezes optam por estratégias de cuidado circunscritas ao ambiente doméstico, que variam desde a recorrência ao apoio de parentes e amigos ou a contratação de empregados domésticos até o compartilhamento do cuidado com crianças maiores. Assim, a qualidade, a segurança e a disponibilidade destas estratégias também são muito díspares, condicionadas, em geral, à situação financeira e à estabilidade dos núcleos familiares.

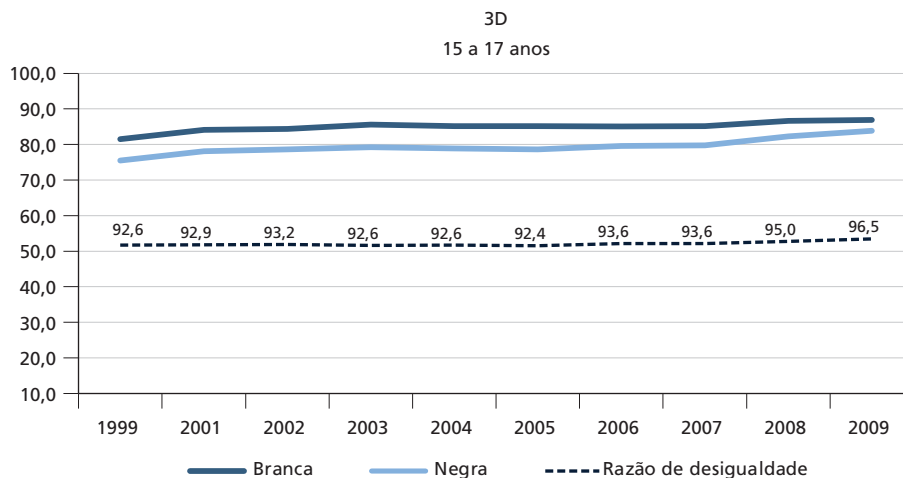
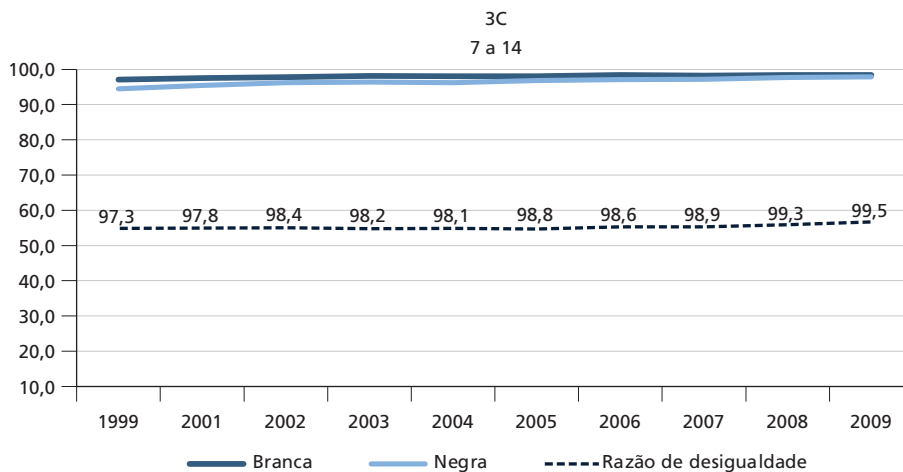
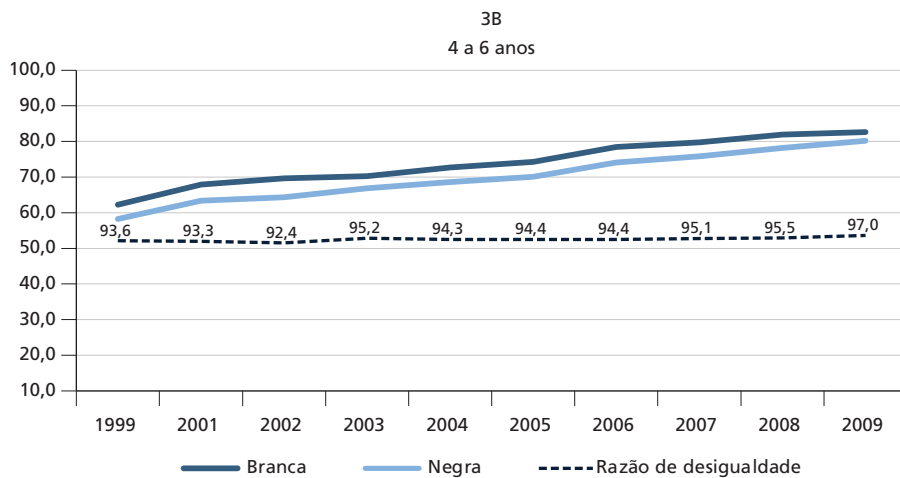
Ainda assim, constata-se a ampliação da cobertura escolar nessas primeiras faixas etárias – também impulsionada por mudanças nos arranjos familiares e na maior participação da mulher na renda domiciliar e no trabalho. Neste, como em todos os demais indicadores e recortes utilizados, podem-se verificar desníveis entre brancos e negros, ilustrados, neste estudo, por meio da razão de desigualdade,⁴ o coeficiente entre as taxas de negros e brancos.

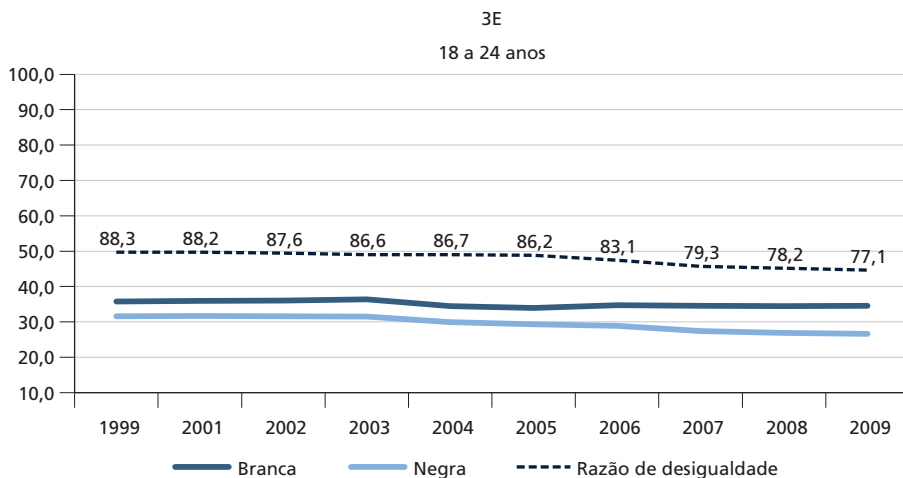
Nos gráficos a seguir, a cobertura escolar das crianças negras de 0 a 3 anos corresponde, em 2009, a cerca de 83% da taxa das crianças brancas nesta faixa etária. Na faixa de 4 a 6 anos, a diferença no acesso é bem menor, com tendência a taxas iguais à medida que a oferta nesta etapa se amplia. Em ambos os casos, a desigualdade racial tem diminuído.

GRÁFICO 3
Cobertura escolar de crianças e jovens, segundo cor ou raça (1999- 2009)
(Em %)



4. Nos gráficos a seguir, a linha pontilhada com rótulo de dados corresponde à razão de desigualdade, razão entre as taxas de negros e brancos.





Fonte: PNAD/IBGE.

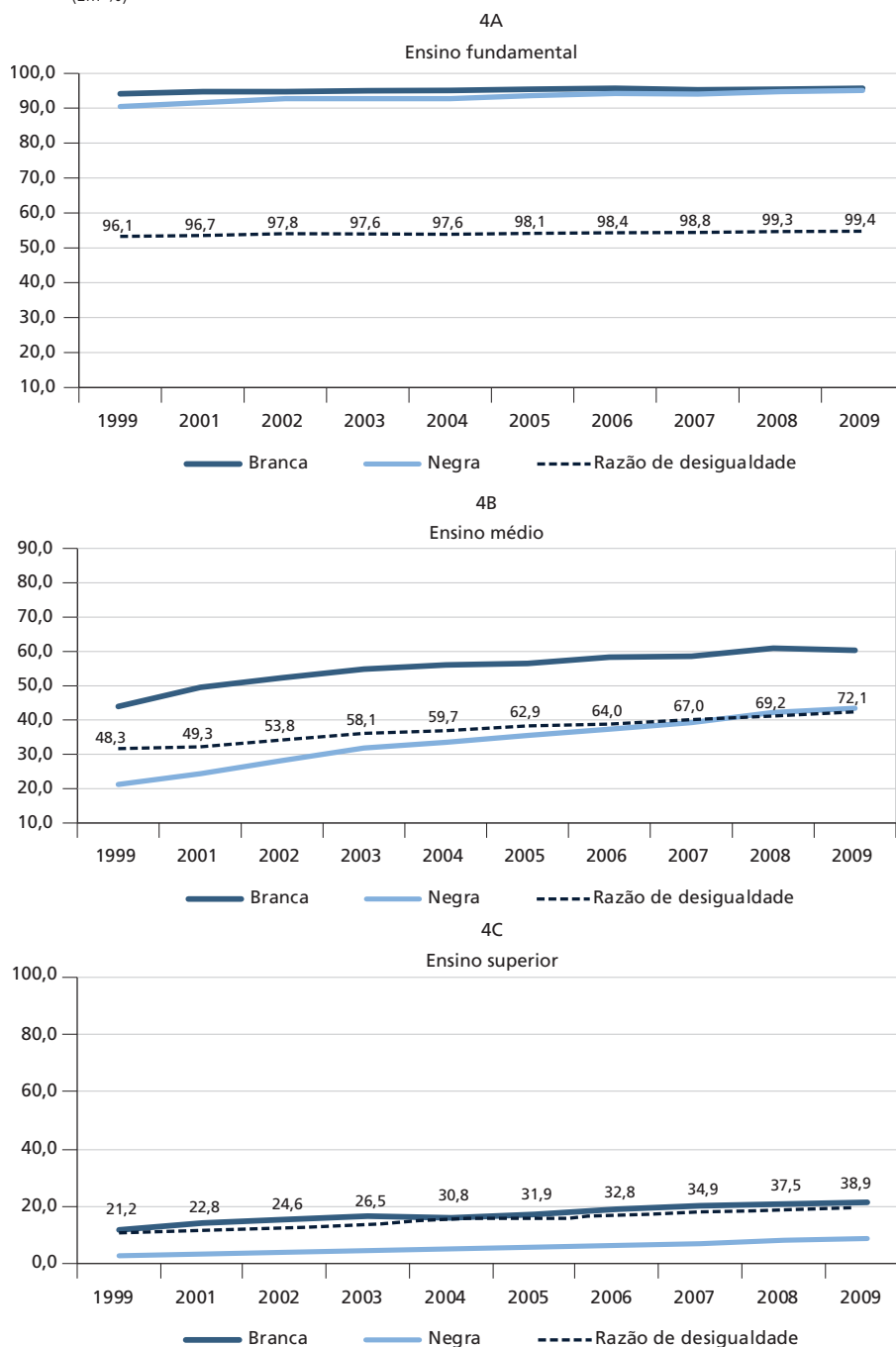
Elaboração da autora.

A análise da cobertura escolar dos 7 aos 14 anos evidencia uma situação de universalização no acesso ao ensino, especialmente ao fundamental, ainda que permeada de desigualdades, como será discutido adiante. Na faixa dos 15 a 17 anos, o acesso é um pouco inferior aos 90%. Cabe destacar que, notadamente nestas faixas, há um grande número de jovens com expressiva distorção entre o nível frequentado e aquele considerado adequado. Desse modo, um elevado acesso pode esconder altas taxas de distorção. Por fim, reduz-se significativamente o número de jovens que permanece estudando após os 18 anos, incluindo entre estes os que ainda estão cursando o ensino médio ou fundamental. As distorções entre o nível frequentado e a idade adequada poderão ser observadas na seção seguinte.

3.2 Taxa de escolarização líquida

A frequência líquida aponta a porcentagem de indivíduos cursando uma determinada etapa do ciclo educacional na idade considerada adequada. Este indicador reflete os efeitos tanto da defasagem escolar como da evasão ou mesmo exclusão do ambiente escolar, contingências que podem comprometer toda a trajetória educacional.

GRÁFICO 4
Frequência líquida de crianças e jovens, segundo cor ou raça (1999-2009)
 (Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração da autora.

No ensino fundamental, os números da frequência líquida são muito parecidos com os de cobertura escolar. No entanto, importa ressaltar que, neste ciclo, escondem-se importantes distorções, já que se tem uma faixa muito ampla de análise. Parte delas ficará mais visível na análise a ser realizada apenas considerando os jovens, na seção 3.3.

Por sua vez, no ensino médio, as taxas de frequência líquida são bem inferiores; o crescimento para ambos os grupos, mais acentuado na última década; e as desigualdades raciais, mais pronunciadas do que na fase anterior. Na comparação com os dados de cobertura para a mesma faixa etária, é possível identificar que quase metade dos jovens negros de 15 a 17 anos que estudam encontram-se fora do nível de ensino esperado.

A variação da taxa de frequência líquida (população total) no ensino médio nesse período foi de 56%, enquanto, no ensino superior, este indicador praticamente dobrou.

Com efeito, políticas recentes para inclusão da população negra no ensino superior têm promovido alterações no perfil dos estudantes. Além dos programas de ação afirmativa para negros, implementados de forma autônoma por 51 instituições de ensino superior,⁵ o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁶ dispõe de reserva de vagas na concessão de bolsas de estudo. Junto com a expansão de vagas, estas iniciativas são importantes para as mudanças verificadas.

Em todas as fases, a desigualdade racial diminuiu, ainda que permaneça em patamares expressivos, especialmente à medida que se avança no nível educacional.⁷

3.3 Juventude negra e acesso à educação

Nesta seção, será apenas analisada a situação educacional dos jovens. Para tanto, serão adotadas as faixas etárias utilizadas nas políticas federais voltadas à juventude – de 15 a 29 anos. O recorte reflete, de forma mais direta, os avanços da educação, uma vez que não incorpora o “passivo educacional” herdado pelas gerações anteriores. Ademais, pode-se analisar que desigualdades e deficiências, a despeito das melhorias, ainda são marcantes neste grupo, podendo tal análise contribuir para a reflexão sobre meios de superá-las.

5. Segundo INCT-IESP (2011), em 2011, 123 instituições públicas de ensino superior, com presença em 536 cidades, haviam adotado ações afirmativas, sendo estas direcionadas para negros (51); egressos de escolas públicas (101); indígenas (69); residentes de regiões específicas (33); pessoas com deficiência (32); estudantes de baixa renda (17); e quilombolas (7). Esse grupo é composto por 46 universidades federais, 32 universidades estaduais, 30 institutos federais e outras 15 instituições, entre faculdades e centros estaduais e municipais (INCTI, 2011).

6. De 2005 a setembro de 2011, 440.160 estudantes pretos e pardos foram beneficiados com bolsas de estudo, correspondendo a 48% dos atendidos pelo programa (MEC, 2011). O ProUni, instituído pela Lei n.º 11.096/2005, disciplina que o percentual de bolsas destinado a indígenas e negros deve ser igual à participação desses grupos na respectiva Unidade Federativa, de acordo com os dados do último censo demográfico.

7. A partir do ensino fundamental.

Pela tabela 2, é possível identificar que, mesmo com maior cobertura e melhor distribuição dos serviços educacionais, as desigualdades raciais continuam sendo reproduzidas no sistema de educação. Por sua vez, é perceptível também, por este recorte, a melhoria das condições educacionais: enquanto os jovens negros de 25 a 29 anos ainda apresentam taxa de analfabetismo superior a 5%, para os adolescentes negros a taxa é bem menor, sinalizando melhores condições de escolaridade para esta população.

TABELA 2
Situação educacional dos jovens – brancos e negros (2009)
 (Em %)

Categorias		Faixa etária					
		15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos	
		Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
	Analfabetos	1,86	0,93	2,95	1,20	5,13	1,93
Não analfabetos	Frequentam o ensino fundamental ¹	38,95	24,85	4,78	2,11	2,01	0,82
	Frequentam o ensino médio ²	43,79	60,78	13,13	10,51	2,81	1,83
	Frequentam o ensino superior ³	0,31	0,97	8,35	21,60	5,83	10,57
	Frequentam a educação de jovens e adultos	0,12	0,04	0,11	0,10	0,11	0,08
	Estão fora da escola	14,97	12,43	70,68	64,47	84,09	84,78
	Sem instrução	0,58	0,30	1,13	0,56	1,49	0,89
	Ensino fundamental incompleto	9,98	5,95	19,60	10,09	25,48	14,62
	Ensino fundamental completo	1,99	2,72	8,49	6,81	8,82	7,66
	Ensino médio incompleto	1,53	1,52	7,84	6,44	6,61	5,15
	Ensino médio completo	0,87	1,93	31,41	34,12	34,51	35,82
Ensino superior incompleto	0,02	0,00	0,79	1,93	1,47	3,09	
Ensino superior completo	-	-	1,43	4,53	5,72	17,55	
População jovem (valor absoluto)		5.819.417	4.525.929	12.179.425	10.707.184	8.592.059	7.749.554

Fonte: IBGE (2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Esse quadro oferece várias possibilidades de análise. Serão destacados nesta seção apenas alguns aspectos. Como salientado anteriormente, nessa tabela pode-se analisar tanto a frequência líquida como o nível de distorção⁸ de cada faixa etária e cada segmento populacional. Conquanto a cobertura escolar da população de 15 a 17 anos seja elevada (acima de 80%), quase 40% dos jovens negros nesta idade ainda estão cursando o ensino fundamental, enquanto 10% estão fora da escola, sem ao menos completar esta etapa.

8. A rigor, para fins de defasagem escolar, deve-se observar uma margem de um a dois anos de diferença em relação à idade considerada adequada.

Entre os jovens negros de 18 a 24 anos, 37% não concluíram o ensino médio – dos quais 20% nem o ensino fundamental – e, em ambos os casos, estão fora da escola. Para os jovens negros de 25 a 29 anos, 47,5% conseguiram concluir, no mínimo, o ensino médio. No entanto, esta porcentagem é de 67% para jovens brancos na mesma faixa etária (IBGE, 2009).

Cabe destacar que, em relação ao desempenho e ao acesso escolar, os homens negros encontram-se em maior vulnerabilidade. A taxa de analfabetismo, por exemplo, de jovens negros do sexo masculino de 25 a 29 anos é cerca de 4,5 vezes maior do que para jovens mulheres brancas na mesma faixa etária.

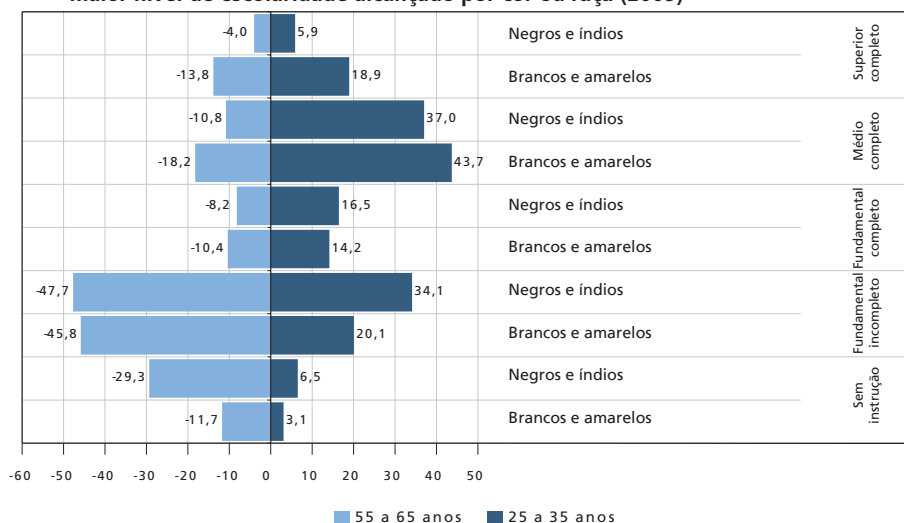
4 COMPARANDO DUAS GERAÇÕES

Por fim, as mudanças vivenciadas nos últimos anos podem ser demonstradas por meio do gráfico 5, em que se retrata, com dados da PNAD 2009, a situação educacional de duas gerações diferentes – indivíduos de 25 a 35 anos e 55 a 65 anos.

Os grupos estão agregados por cor ou raça – brancos e amarelos, e negros e índios. Dada a pequena participação de amarelos e indígenas em cada segmento, não há prejuízo em analisar suas trajetórias predominantemente como de brancos e negros.⁹

GRÁFICO 5

Distribuição percentual da população de 25 a 35 anos e 55 a 65 anos, segundo maior nível de escolaridade alcançado por cor ou raça (2009)



Fonte: IBGE (2009).

Elaboração da autora.

9. Indígenas e amarelos correspondem, respectivamente, a 0,22% e 0,46% da população total (IBGE, 2009).

A “pirâmide” educacional, entre as duas gerações selecionadas, com intervalo médio de 30 anos, segue reduzindo a base e ampliando os estratos superiores de escolaridade. A porcentagem de indivíduos sem instrução foi reduzida em mais de 70% para ambos os grupos raciais. A diminuição também pode ser percebida entre aqueles que não tinham concluído o ensino fundamental. Neste caso, a redução para a população branca foi bastante superior. Pode-se inferir que, embora aos mais jovens tenham sido oferecidas mais oportunidade de acesso à educação formal, uma parcela significativa deles, especialmente dos negros, não reuniu condições para terminar seus estudos. Desse modo, políticas que visem promover condições de permanência e de conciliação entre trabalho e estudo são fundamentais para enfrentar este quadro.

A partir do ensino médio a pirâmide sofre uma reversão – os brancos passam a figurar em porcentagem maior que a população negra. Tanto no ensino médio como no fundamental o crescimento da participação entre as duas gerações se deu a taxas maiores para a população negra – o que, entretanto, ainda não foi suficiente para superar as desigualdades. Por fim, ainda que a participação dos negros no ensino superior experimentasse acréscimo, se esta correspondia a 29% da taxa da população branca, para a primeira geração, pouco se alterou para a segunda (31%).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo apresentar as principais alterações na condição educacional da população negra na última década. Para tanto, foram considerados indicadores de acesso, frequência líquida, além de escolaridade e analfabetismo. De forma geral, houve melhorias significativas em todas as áreas analisadas para os negros, inclusive com redução das desigualdades raciais.

Nesse período, a população negra experimentou aumento da escolaridade, redução do analfabetismo e acréscimo das taxas líquidas de frequência. Esta mudança pode ser visualizada quando se contrapõem as duas gerações muito próximas. Parte-se de uma base educacional muito limitada, experimentando-se uma reversão na participação dos negros especialmente na base da pirâmide educacional.

Em relação às desigualdades raciais, avalia-se que a última década testemunhou reduções relevantes – a taxa líquida de frequência no ensino médio para os negros passa de 48% da taxa da população branca para 72%, e o mesmo indicador para o ensino superior evolui de 21% em 1999 para 39% em 2009. Contudo, os dados são eloquentes ao retratar que persistem oportunidades e resultados desiguais para negros e brancos no campo educacional, com reflexo imediato nas condições de acesso ao mundo do trabalho e na renda. Para a ruptura mais acentuada deste círculo vicioso, medidas de universalização e melhoria da educação precisam ser combinadas

com políticas expressivas de ação afirmativa e com uma gestão do sistema educacional atenta a dados desagregados de acesso, permanência e desempenho, para que, em breve, a sociedade brasileira possa reconhecer-se em uma pirâmide educacional mais equilibrada entre brancos e negros e com uma base cada vez menor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos – Bolsistas por raça**. SISPROUNI, 21 set. 2011. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_raca.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CORBUCCI, P. R. *et al.* Vinte anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira. **Políticas sociais, acompanhamento e análise**, v. 2, n. 17, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/04_capt01_17d.pdf>.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2009.

INCT-IESP – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. **Mapa das ações afirmativas no Brasil**. Brasília, dez. 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. ago. 2005. n. 11.

_____. **PNAD 2008: Primeiras análises – juventude e desigualdade racial**. Brasília: Ipea, 2009. (Comunicado do Ipea, n. 36).

_____. **Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil: período 2004-2009**. Brasília: Ipea, 2010. (Comunicado do Ipea, n. 70).

SOARES, S. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. *In*: THEODORO, M. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2009*

Felipe V. de S. Araujo***

Carlos Henrique Leite Corseuil**

Katcha Poloponsky***

Lauro Ramos**

Este texto tem por objetivo a avaliação do comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2009, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) referentes a este ano, e procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho ao longo da década.¹ Cabe esclarecer que, ao privilegiar as formas de inserção mais concretas no mercado, as definições de ocupação e desocupação são ligeiramente diferentes das adotadas pelo IBGE.²

A análise dos resultados obtidos para o ano de 2009 deve ser contextualizada a partir do cenário macroeconômico na iminência de uma recuperação após a crise financeira internacional de 2008-2009.³ Tomando-se o conjunto de indicadores analisados, alguns mantiveram a trajetória de crescimento positiva, como o rendimento médio de todos os trabalhos e o nível de emprego formal. No entanto, a taxa de desemprego aumentou e o crescimento do número total de ocupados foi o mais baixo da década, inclusive sendo negativo em alguns setores,

* Os autores agradecem a contribuição de Marcelo Pessoa da Silva.

** Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Pesquisadores do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

1. Para possibilitar a comparação das PNADs ao longo do tempo, foi preciso harmonizá-las. Para tanto, retirou-se a região rural do Norte do país, a partir de 2004.

2. *Ocupação*: são classificados como ocupados, na semana de referência, os indivíduos que nela exerceram trabalho remunerado, ou os que exercem trabalho não remunerado nessa semana durante pelo menos quinze horas, e ainda os que possuem trabalho remunerado do qual estão temporariamente afastados. Não são considerados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência.

Desocupação: são classificados como desocupados, na semana de referência, os indivíduos que não trabalharam, mas procuraram trabalho. Também foram considerados os indivíduos que exerceram trabalho não remunerado na semana de referência e trabalharam menos de 15 horas, mas procuraram trabalho na mesma semana. E os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram trabalho na mesma.

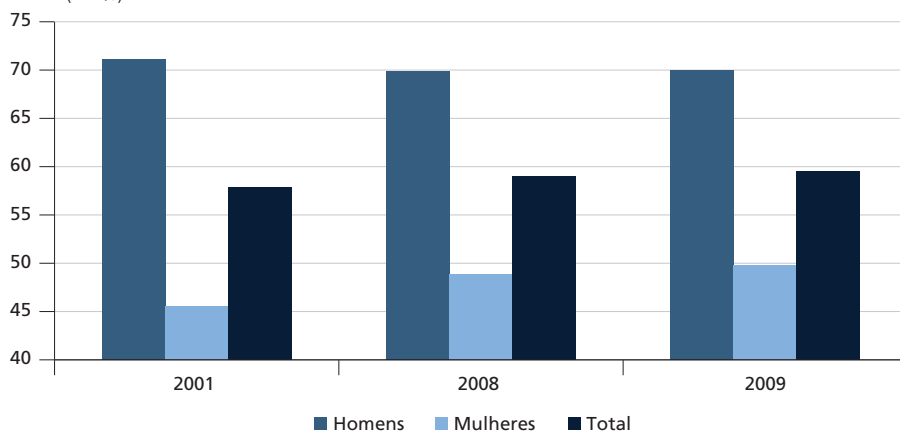
3. Vale lembrar que a PNAD fornece informações referentes ao mês de setembro.

como o da indústria e o de transportes. De modo geral, os resultados obtidos em 2009 refletem as dificuldades da economia naquele ano e foram melhores do que o temido no início da crise.

A população em idade ativa (PIA), em 2009, chegou a 160,4 milhões de pessoas. Deste total, 59,5% (95,4 milhões) faziam parte da população economicamente ativa (PEA), ou seja, estavam inseridas no mercado de trabalho, somando 87 milhões ocupados e 8,6 milhões desempregados. Ao comparar os dados de 2009 com os de 2008, pode-se observar que a PIA teve uma variação de 1,4% (2,23 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 2,2% (2,06 milhões). Já na comparação entre 2001 e 2009, a PIA teve um aumento de 15,5% e a PEA cresceu 18,6%, o que representa uma variação de 21,4 e 14,9 milhões de pessoas respectivamente.

Essas diferenças na evolução da PEA e da PIA determinam a evolução da taxa de participação – razão entre PEA e PIA. O gráfico 1 permite constatar que o comportamento das mulheres tem sido determinante para as variações comentadas anteriormente. Em primeiro lugar nota-se que a taxa de participação agregada teve um aumento em relação a 2008 de 0,5 ponto percentual (p.p.), que se deve exclusivamente à maior participação feminina na PEA, passando de 48,8% para 49,7% em 2009. Já a participação masculina se manteve constante (69,9%) nos dois últimos anos. Em segundo lugar nota-se um quadro análogo, e ainda mais nítido, ao se examinar a comparação com 2001: a taxa de participação agregada cresceu 1,6 p.p., entre 2001 e 2009, sendo que neste período a taxa de participação diminuiu 1,2 p.p. para os homens e subiu 4,1 p.p. para as mulheres.

GRÁFICO 1
Taxa de participação por gênero (2001-2009)
(Em %)

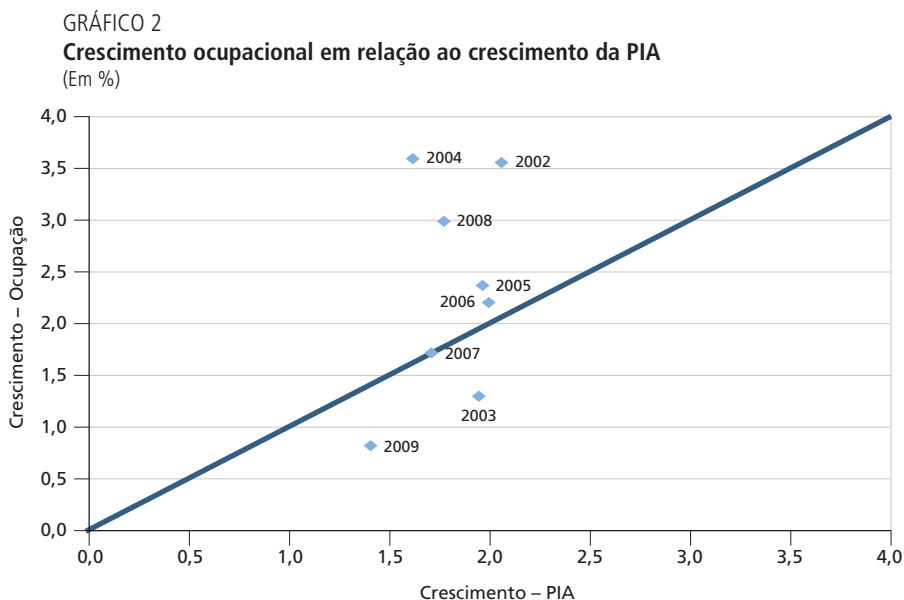


Fonte: PNADs (IBGE, 2001; 2008; 2009).

Elaboração dos autores.

A população ocupada em 2009 aumentou em 715 mil pessoas, em relação a 2008, alcançando 86,7 milhões de pessoas, o que representa uma variação de 0,8%. Este crescimento não foi tão expressivo se comparado ao observado nos últimos anos. Os anos de 2005 a 2008 apresentaram aumento superior a 1 milhão de pessoas ocupadas por ano, com destaque para 2008, com cerca de 2,5 milhões de pessoas. Esta diminuição brusca do ritmo de crescimento da população ocupada parece ser reflexo da crise financeira de 2008-2009.

O gráfico 2 apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa.⁴ Frisa-se que, em 2009, *i*) foi registrada a menor taxa de crescimento da década para a população ocupada, e *ii*) a expansão dos postos de trabalho foi inferior ao crescimento da PIA, fenômeno que também ocorreu em outros dois anos (2003 e 2007) dessa década. Neste período, a variação da ocupação total foi de 19,9%, correspondente a uma taxa média de 2,3% ao ano (a.a.).



Fonte: PNADs (IBGE, 2002-2009).

Elaboração dos autores.

A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001, 2008 e 2009 pode ser examinada no gráfico 3. Na comparação entre 2008 e 2009, verificou-se um decréscimo da população ocupada nos setores de trans-

4. Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas devem-se ao caráter amostral da pesquisa.

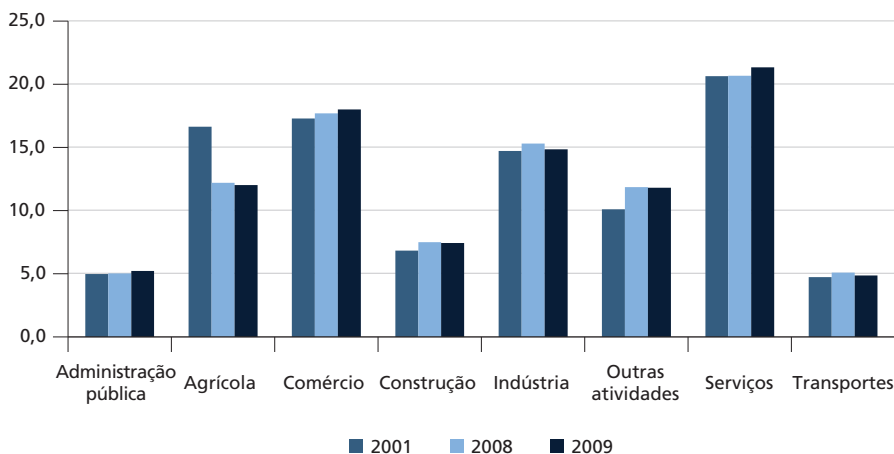
porte (-3,5%), indústria (-2,2%) e agrícola (-0,6%). Os demais setores apresentaram crescimento, com destaque para serviços (7,1%), administração pública (4,8%) e comércio (2,5%).

Realizando o confronto entre valores de 2009 e 2001, observa-se que praticamente todos os setores de atividade considerados elevaram o seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo (-13,3%). Os demais setores registraram taxa de crescimento superior à do total de ocupados (19,9%), com destaque para outras atividades (40,3%), construção (30,7%), administração pública e serviços (ambos 25,7%).

GRÁFICO 3

Participação da população ocupada por setor de atividade (2001 e 2009)

(Em %)



Fonte: PNADs (IBGE, 2001; 2008; 2009).

Elaboração dos autores.

Ao examinar a evolução da ocupação entre 2008 e 2009, destaca-se o fato de que, apesar de o crescimento da população ocupada neste período ter sido relativamente pequeno, ainda assim, a variação absoluta nos postos de trabalho considerados protegidos⁵ foi superior à variação do total de ocupados (680 mil e 764 mil, respectivamente). Isto contribuiu para a queda ainda maior no grau de informalidade,⁶ que em 2009 ficou em 48,45%,

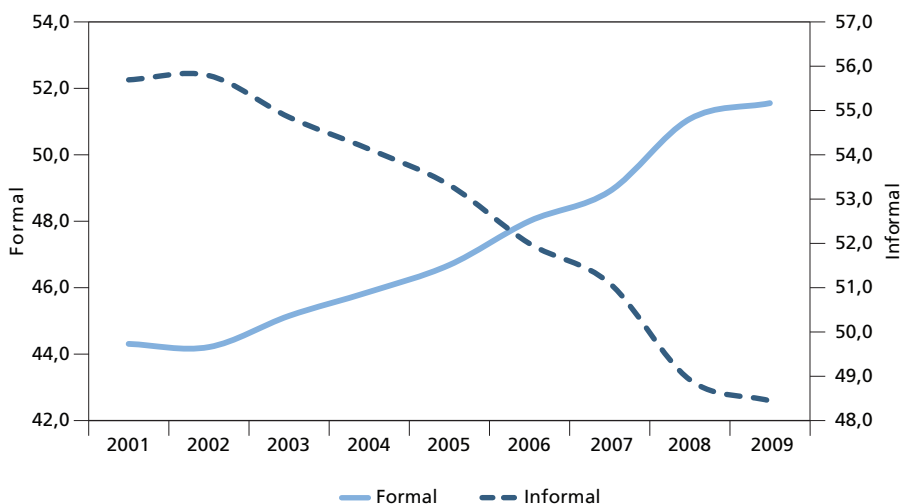
5. São considerados protegidos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada – inclusive os trabalhadores domésticos – e os militares e estatutários.

6. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados: (trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados)/(trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + protegidos).

alcançando o menor nível da década. A população ocupada formal,⁷ em contrapartida, aumentou sua participação no total de ocupados em 7,2 p.p. neste mesmo período. Estes movimentos de crescimento dos postos de trabalho formais e encolhimento dos informais são um traço comum da década atual, com exceção do ano de 2002, e podem ser visualizados no gráfico 4.

GRÁFICO 4

Participação dos empregos formais e ocupações informais na população ocupada
(Em %)



Fonte: PNADs (IBGE, 2001-2009).

Elaboração dos autores.

No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, observa-se que no período entre 2001 e 2009 houve um aumento da participação de trabalhadores com 11 anos de estudo ou mais, apresentando um crescimento médio de 7,7% a.a. para o período analisado, enquanto para o grupo de 4 a 10 anos de estudo o crescimento foi de 0,5%. Já para o grupo de até 3 anos de escolaridade a participação diminuiu, registrando uma queda de 3,7% a.a. entre 2001 e 2009. Isto pode ser devido a uma combinação de maior escolaridade dos novos entrantes no mercado de trabalho com maior procura por parte das empresas por trabalhadores mais qualificados.⁸ O gráfico 5 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes grupos na ocupação total.

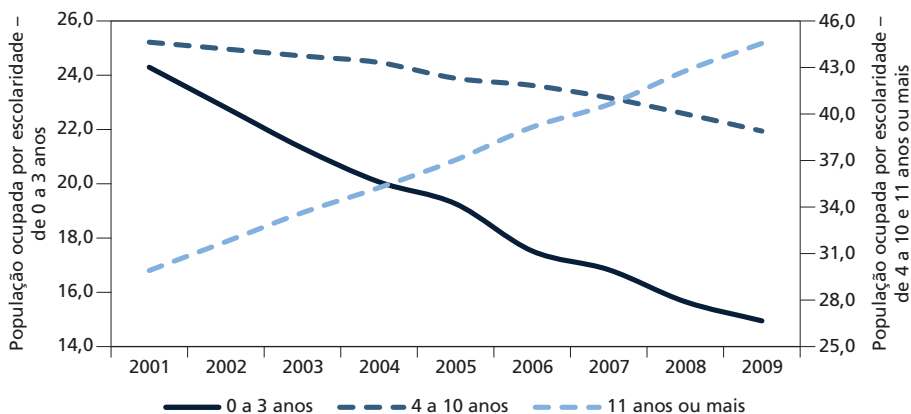
7. Cabe destacar que a população ocupada formal é composta também pelos empregadores, além dos trabalhadores protegidos.

8. Não é possível afirmar, sem a realização de uma análise mais pormenorizada, se isso é um reflexo de alterações na estrutura da demanda ou da oferta.

GRÁFICO 5

Participação da população ocupada por anos de estudos

(Em %)



Fonte: PNADs (IBGE, 2001-2009).

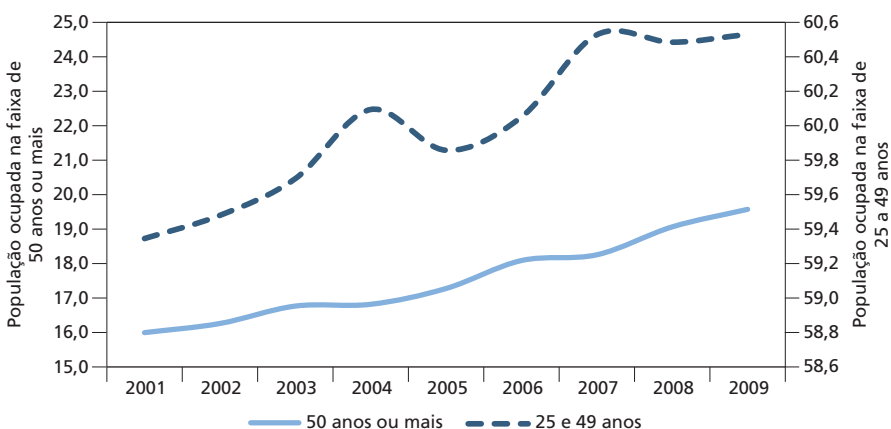
Elaboração dos autores.

Na análise por faixa etária, nota-se que indivíduos com mais de 24 anos passam a participar mais da força de trabalho, como pode ser visualizado no gráfico 6. Pode-se destacar que a faixa de indivíduos com 50 anos ou mais apresentou um incremento de 3,6 p.p. entre 2001 e 2009. Já a faixa de 25 a 49 anos teve um aumento na participação de 1,2 p.p. Esta maior participação dos indivíduos com mais de 50 anos na força de trabalho pode ser explicada pelo aumento desse mesmo grupo no total da população brasileira, que foi de 40% entre os anos de 2001 e 2009.

GRÁFICO 6

Participação da população ocupada por faixa etária

(Em %)



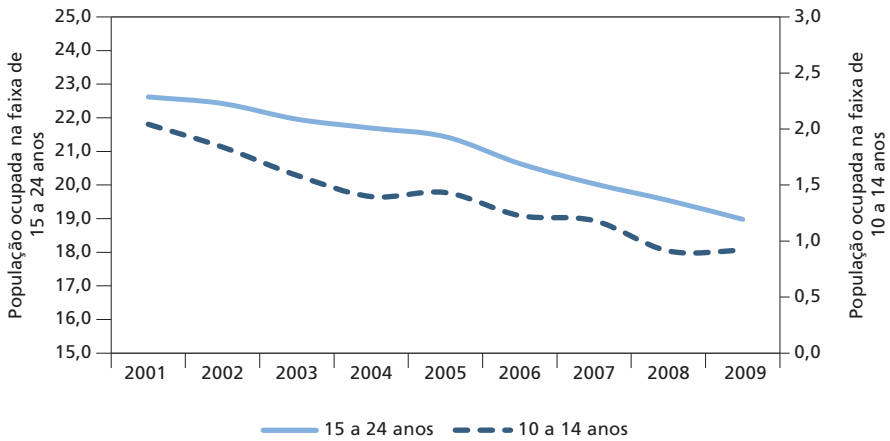
Fonte: PNADs (IBGE, 2001-2009).

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 7

Participação da população ocupada por faixa etária

(Em %)



Fonte: PNADs (IBGE, 2001-2009).

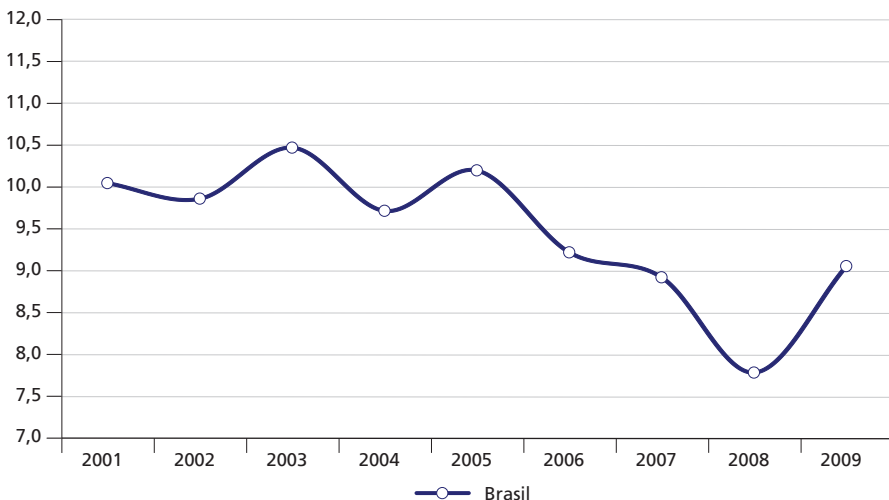
Elaboração dos autores.

A contrapartida do aumento de participação do grupo com mais de 24 anos é a diminuição da participação daqueles mais jovens, reportada no gráfico 7. A queda foi mais intensa para o grupo de 15 a 24 anos de idade, que registrou um decréscimo de 3,6 p.p., enquanto a queda para a faixa de 10 a 14 anos foi de 1,2 p.p.

GRÁFICO 8

Taxa de desocupação

(Em %)



Fonte: PNADs (IBGE, 2001-2009).

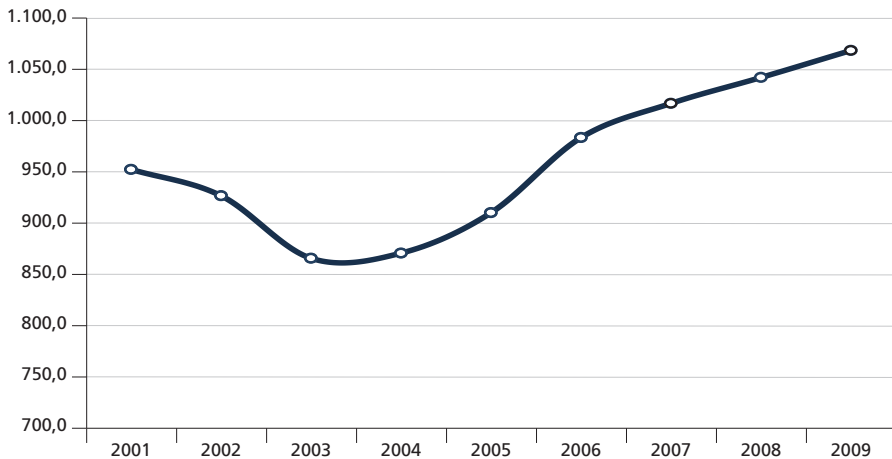
Elaboração dos autores.

O gráfico 8 mostra a evolução da taxa de desemprego, ou taxa de desocupação,⁹ ao longo dos anos de 2001 a 2009. Nota-se que o desemprego vinha caindo constantemente desde 2005, atingindo o menor valor da década em 2008 (7,8%). Contudo, esta trajetória foi interrompida por um aumento de 1,3 p.p. em 2009, quando a taxa de desemprego atinge o valor de 9,1%. Este aumento pode ser creditado a dois fatores: *i*) aumento do número de pessoas à procura de emprego, expresso pelo aumento na taxa de participação comentado anteriormente; e *ii*) redução na capacidade de geração de novos postos de trabalho, expresso pelo menor crescimento da população ocupada, também já mencionado anteriormente.

GRÁFICO 9

Rendimento médio de todos os trabalhos (setembro de 2009)

(Em R\$)



Fonte: PNADs (IBGE, 2001-2009).

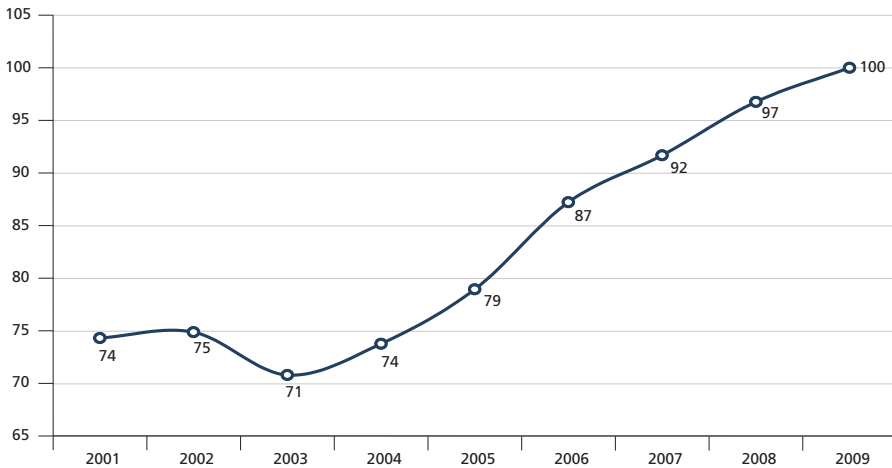
Elaboração dos autores.

O rendimento real médio¹⁰ de todos os trabalhos em 2009 (R\$ 1.068,39) correspondeu ao maior valor desde 2001. O gráfico 9 mostra que, em 2009, os rendimentos reais continuam exibindo uma trajetória de recuperação, após diminuições expressivas no início da década. É possível relacionar o aumento dos rendimentos com a participação crescente de pessoas escolarizadas entre os ocupados, uma vez que no período analisado (2001-2009) houve um aumento da participação de trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo que recebem rendimentos mais elevados (R\$ 1.601,42 em 2009).

9. Proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas.

10. O cálculo do rendimento médio leva em consideração a população ocupada remunerada e não remunerada.

GRÁFICO 10
Massa de rendimentos
 (Base: 2009 = 100)



Fonte: PNADs (IBGE, 2001-2009).

Elaboração dos autores.

A evolução da massa de rendimentos é ilustrada no gráfico 10. Como se pode notar, a partir de 2004 houve uma expansão apreciável da massa de rendimentos. Isso se deve à combinação da recuperação dos rendimentos médios reais e da evolução do nível de ocupação nos anos recentes. Entre 2001 e 2009 ocorreu um aumento de 34,6% desse agregado, apesar da queda de 2002 para 2003. Em 2009, por efeito do baixo crescimento da população ocupada em relação ao observado nos anos anteriores, houve uma diminuição do ritmo de crescimento da massa de rendimentos, apresentando um crescimento de 3,4% entre 2008 e 2009, abaixo da taxa média da trajetória de crescimento entre 2003 a 2009, que foi de 5,9% a.a.

A visão geral apresentada pelos dados indica que os efeitos negativos da crise mundial se fizeram sentir no mercado de trabalho, embora em uma intensidade aquém da esperada. Apesar de alguns indicadores quantitativos terem apresentado piora, como o desemprego e a queda da ocupação na indústria e no transporte, houve uma evolução positiva em uma série de índices qualitativos, como grau de formalidade e rendimento médio de todos os trabalhos.

ANEXO 1

TABELA A.1

Panorama 2001-2009 (série harmonizada)¹

(Em 1 mil)

	2001	2002	2003	2004 ²	2005 ²	2006 ²	2007 ²	2008 ²	2009 ²	Crescimento médio 2001-2009 (%)	Crescimento 2001-2009 (%)	Crescimento 2008-2009 (%)
	138.962	141.831	144.586	146.931	149.840	152.811	155.455	158.210	160.438			
PIA												
PEA	80.401	83.080	84.684	86.986	89.530	90.550	91.758	93.325	95.381	2,2	18,6	16,1
PNEA	58.561	58.751	59.902	59.945	60.310	62.262	63.697	64.885	65.057	1,3	11,1	10,8
Taxa de participação	57,9	58,6	58,6	59,2	59,8	59,3	59,0	59,0	59,5	0,3	2,7	1,9
Taxa de desemprego	10,0	9,9	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	9,1	-1,3	-9,9	16,3
Ocupação total	72.323	74.888	75.817	78.534	80.400	82.201	83.572	86.060	86.745	2,3	19,9	0,8
Empregado e trabalhador doméstico	47.237	48.937	49.685	52.520	53.953	55.874	57.655	60.314	60.980	3,2	29,1	27,7
Com carteira de trabalho assinada	23.918	24.710	25.581	27.082	28.473	29.728	31.424	33.496	34.200	4,6	43,0	40,0
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	6.570	3,7	33,8	29,6
Outros sem carteira de trabalho assinada	18.410	19.182	18.812	19.916	20.032	20.319	20.137	20.456	20.210	1,2	9,8	11,1
Empregado	41.294	42.826	43.533	46.118	47.374	49.205	51.036	53.738	53.817	3,4	30,3	30,1
Com carteira de trabalho assinada	22.370	23.136	23.920	25.428	26.746	27.915	29.619	31.727	32.212	4,7	44,0	41,8
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	6.570	3,7	33,8	29,6
Outros sem carteira de trabalho assinada	14.015	14.645	14.321	15.168	15.180	15.463	15.323	15.649	15.034	0,9	7,3	11,7
Trabalhador doméstico	5.942	6.111	6.152	6.401	6.578	6.669	6.619	6.576	7.163	2,4	20,5	10,7
Com carteira de trabalho assinada	1.548	1.574	1.661	1.654	1.727	1.813	1.805	1.769	1.987	3,2	28,4	14,3
Sem carteira de trabalho assinada	4.394	4.537	4.491	4.747	4.851	4.856	4.814	4.807	5.175	2,1	17,8	9,4
Conta própria	16.995	17.595	17.927	18.008	18.311	18.346	18.601	18.221	18.526	1,1	9,0	7,2
Empregador	3.213	3.351	3.357	3.421	3.611	3.903	3.349	4.098	3.950	2,6	23,0	27,6
Não remunerado	4.866	4.997	4.845	4.584	4.524	4.075	3.967	3.426	3.289	-4,8	-32,4	-4,0
Rendimento³	952,12	926,37	865,31	870,38	909,86	983,26	1.016,66	1.041,97	1.068,39	1,5	12,2	9,4
População ocupada por grupo de idade												
10 a 14 anos	1.477	1.377	1.202	1.097	1.151	1.009	988	784	786	-7,6	-46,8	-46,9
15 a 17 anos	3.001	3.044	2.910	2.913	2.845	2.710	2.663	2.585	2.496	-2,3	-16,8	-13,9
18 e 19 anos	3.444	3.366	3.236	3.406	3.395	3.404	3.407	3.345	3.144	-1,1	-8,7	-2,9
20 a 24 anos	9.913	10.381	10.498	10.717	10.986	10.849	10.675	10.887	10.635	0,9	7,3	9,8
25 a 29 anos	9.571	9.882	10.158	10.566	11.047	11.296	11.489	11.912	11.961	2,8	25,0	24,5
30 a 39 anos	18.768	19.275	19.352	19.970	2.149	20.552	20.938	21.362	21.917	2,0	16,8	13,8
40 a 49 anos	14.576	15.379	15.738	16.657	16.906	17.514	18.157	18.779	18.024	2,7	23,7	28,8
50 a 59 anos	7.784	8.242	8.627	9.134	9.713	10.416	10.647	11.438	11.852	5,4	52,3	46,9
60 anos ou mais	3.781	3.932	4.080	4.071	4.168	4.451	4.607	4.968	4.930	3,4	30,4	31,4

(Continua)

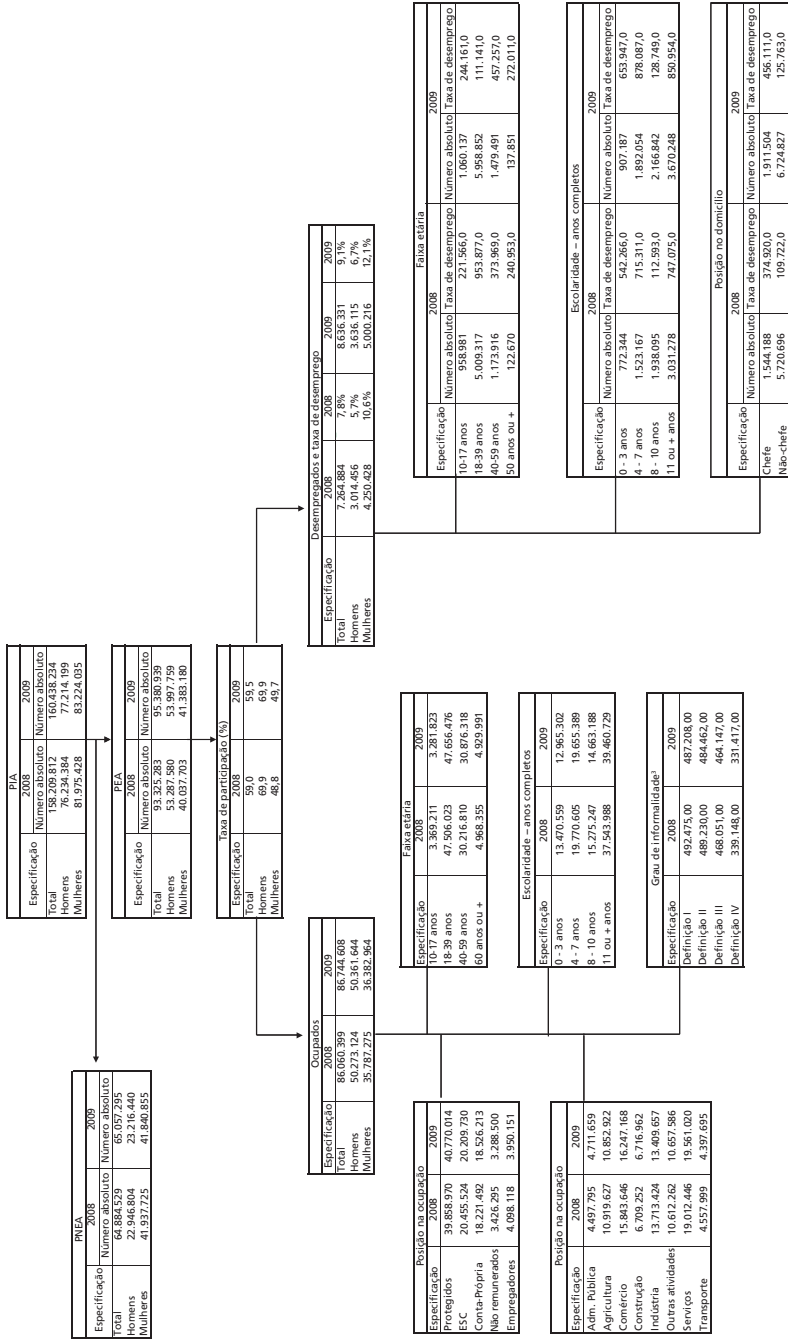
(Continuação)

	2001	2002	2003	2004 ²	2005 ²	2006 ²	2007 ²	2008 ²	2009 ²	Crescimento médio 2001-2009	Crescimento (%) 2001-2009	Crescimento (%) 2001-2008	Crescimento (%) 2008-2009
População ocupada por escolaridade													
Sem instrução e menos de 1 ano													
1 a 3 anos	9.575	9.400	8.815	8.587	8.543	8.050	7.831	7.173	7.140	-3,6	-25,4	-25,1	-0,5
4 a 7 anos	21.030	21.478	21.033	21.106	21.041	21.003	20.169	19.771	19.655	-0,8	-6,5	-6,0	-0,6
8 a 10 anos	11.919	12.297	12.805	13.600	13.632	14.051	14.773	15.275	14.663	2,6	23,0	28,2	-4,0
11 anos ou mais	21.791	24.024	25.810	28.064	30.236	32.737	34.564	37.544	39.461	7,7	81,1	72,3	5,1
População ocupada por setor de atividade													
Agrícola	12.515	12.762	12.823	12.852	12.652	11.993	11.359	10.970	10.853	-1,8	-13,3	-12,7	-0,6
Indústria	11.069	11.165	11.427	12.171	12.529	12.771	13.391	13.713	13.410	2,4	21,1	23,9	-2,2
Construção	5.141	5.461	5.095	5.184	5.439	5.603	5.837	6.709	6.717	3,4	30,7	30,5	0,1
Comércio	12.995	13.416	14.022	14.361	15.175	15.354	15.891	15.844	16.247	2,8	25,0	21,9	2,5
Alojamento e alimentação	2.876	2.874	2.840	2.944	3.093	3.273	3.248	3.506	3.533	2,6	22,8	21,9	0,8
Transporte, armazenagem e comunicação	3.561	3.685	3.710	3.845	3.907	3.996	4.279	4.558	4.398	2,7	23,5	28,0	-3,5
Administração pública	3.748	3.872	3.990	4.168	4.229	4.397	4.434	4.498	4.712	2,9	25,7	20,0	4,8
Educação, saúde e serviços sociais	6.695	7.020	7.135	7.296	7.530	7.845	8.185	8.437	8.561	3,1	27,9	26,0	1,5
Serviços domésticos	5.946	6.113	6.152	6.403	6.579	6.671	6.619	6.576	7.163	2,4	20,5	10,6	8,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.846	3.093	2.938	3.422	3.209	3.695	3.582	3.999	3.838	3,8	34,8	40,5	-4,0
Outras atividades	7.594	8.101	8.328	8.613	8.961	9.676	9.801	10.612	10.658	4,3	40,3	39,8	0,4
Atividades mal definidas ou não declaradas	213	201	197	220	189	199	195	194	190	-1	-10,8	-8,9	-2,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD de 2001 a 2009.

Notas: ¹ Dados Harmonizados gerados pelo MITRAB com a metodologia do IBGE.² Exclui a área rural da região Norte.³ Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da PIA ocupada.

FIGURA A.1
Fluxograma – PNAD 2008-2009^{1,2}



Notas: ¹ Dados não harmonizados – incluindo a área rural da região Norte.
² Dados do Banco de Dados PNAD (MTRAB)
³ Definição I = (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + não remunerados + empregadores) /
 Definição II = (trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + empregadores) /
 Definição III = (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores sem carteira + conta-própria + trabalhadores protegidos + empregadores).
 Definição IV = (trabalhadores sem carteira) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira).

SITUAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO PAÍS*

Luana Pinheiro**

Natália Fontoura***

Cláudia Pedrosa****

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo dedica-se à análise das condições de vida e de trabalho das trabalhadoras domésticas, que representam uma importante parcela das mulheres brasileiras ocupadas. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), busca-se apresentar um panorama atual do perfil destas trabalhadoras, bem como analisar a evolução dos principais indicadores relativos ao trabalho doméstico na última década.

Apesar de ser uma realidade para muitas mulheres desde a época colonial, o trabalho doméstico remunerado somente foi reconhecido como profissão em 1972, com a promulgação da Lei nº 5.859. De acordo com esta legislação, o trabalho doméstico passa a ser definido como aquele “realizado por pessoa maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” (BRASIL, 1972).¹

Isso significa, portanto, que até a década de 1970, as trabalhadoras domésticas eram desconsideradas como grupo produtor de trabalho, sem direitos trabalhistas e sociais. A partir deste entendimento, em 1943 foi instituída a Consolidação das Leis

* As autoras agradecem a inestimável colaboração de Cristiane Ala Diniz, responsável pela produção dos dados, e de Marcelo Galiza, pela leitura atenta e ricos comentários.

** Coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício na Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

**** Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

1. “Compõem a categoria, na legislação brasileira, as pessoas que trabalham como ‘cozinheiro/a, governanta, babá, lavadeira, faxineiro/a, vigia, motorista particular, jardineiro/a, acompanhante de idosos/as, entre outras. O/a caseiro/a também é considerado/a empregado/a doméstico/a, quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa” (Sanchez, 2009, p. 880).

do Trabalho (CLT), ignorando a existência desta ocupação profissional que, já naquele momento, empregava milhões de brasileiras, responsáveis pelas tarefas de cuidados com casas e famílias de seus patrões ou patroas.

Este tratamento desigual foi reafirmado e reforçado pela Constituição Federal (CF) de 1988, que, apesar de garantir conquistas como o salário mínimo, o 13º salário e a licença-maternidade de 120 dias, deixou de garantir às trabalhadoras domésticas o mesmo rol de direitos assegurados aos demais trabalhadores brasileiros. De fato, ao elencar, em seu Artigo 7º, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais, a CF restringe, por meio da inclusão de um parágrafo único, quais seriam os direitos assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos (BRASIL, 1988).

Tentativas de reversão desse quadro foram empreendidas, a partir do esforço de mobilização da categoria, com intuito de equiparação de direitos. Entre as conquistas alcançadas, destaca-se a Lei nº 10.208 de 2001,² que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego para a categoria, que são, no entanto, facultativos, a depender da escolha do empregador. Cabe ressaltar, também, a Lei nº 11.324 de 2006,³ por meio da qual foram finalmente garantidos: os direitos a férias de 30 dias (anteriormente estabelecida em 20 dias); a estabilidade para gestantes; os direitos aos feriados civis e religiosos; e a proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho, bem como o estabelecimento de “incentivo fiscal, possibilitando ao contribuinte o abatimento dos valores devidos à previdência social na qualidade de empregador”,⁴ medida que vigorará até 2012, ano-calendário 2011.

Os esforços empreendidos – também no campo do Executivo – para o aperfeiçoamento da legislação que rege o trabalho doméstico, na direção de ampliação de direitos, melhoria da qualidade da ocupação e redução das desigualdades, ainda produzem resultados tímidos que apontam para a necessidade de que sejam pensados, pelo menos, três aspectos relevantes: *i*) as especificidades da ocupação – que, ao se realizar no domicílio, dificulta, por exemplo, a inspeção pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do cumprimento das obrigações trabalhistas e a organização das trabalhadoras que desempenham suas atividades de forma isolada; *ii*) a permanência de laços pessoais no ambiente de trabalho, influenciados pelas origens patriarcais e escravistas do serviço doméstico no Brasil e marcando essa ocupação como um espaço desvalorizado e desqualificado, pleno de exploração, discriminações e exclusão; e *iii*) o surgimento de novas formas deste trabalho, a exemplo das diaristas, que, se por um lado podem apontar para uma maior profissionalização da ocupação, por outro trazem maiores riscos de desproteção social.

2. Ver Brasil (2001).

3. Ver Brasil (2006).

4. Ver Brasil (2007).

A ideia deste texto é apresentar algumas análises sobre a evolução do trabalho doméstico ao longo da década de 1999 a 2009, que permitam identificar movimentos relevantes tanto no que se refere à importância desta ocupação no conjunto da economia, quanto na qualidade e nas condições de trabalho vivenciadas por este grande contingente de mulheres brasileiras. Para esta análise, é importante considerar que existem distinções internas ao campo do trabalho doméstico remunerado que devem ser consideradas. Além das distinções existentes em função da raça ou cor ou da região de trabalho destas mulheres, serão avaliadas as características inerentes aos diferentes tipos de vínculos estabelecidos entre trabalhadoras e empregadores, como o fato de morar ou não no local de trabalho e prestar serviço em um ou em mais de um domicílio.

2 PERFIL GERAL DO TRABALHO DOMÉSTICO (1999-2009)

Em 2009, o trabalho doméstico remunerado empregava cerca de 7,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, equivalente a 7,8% do total de ocupados no país. Porém, esta atividade não tem a mesma importância para homens e mulheres, nem para pessoas negras e brancas. De fato, o trabalho doméstico é – e sempre foi – uma ocupação desempenhada majoritariamente por mulheres, sobretudo negras. O perfil desta ocupação remonta não só às raízes escravistas da sociedade brasileira, mas também às tradicionais concepções de gênero, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural de mulheres. Assim, o emprego doméstico tem ocupado posição central nas possibilidades de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, particularmente das negras, pobres e sem escolaridade ou qualificação profissional.

As mulheres correspondem a 93% do total de trabalhadores domésticos – proporção que não variou ao longo de 1999 a 2009 –, sendo que 61,6% do total de mulheres ocupadas nesta profissão são negras. A importância quantitativa do grupo de mulheres negras entre as trabalhadoras domésticas tornou-se maior ao longo da década aqui analisada, uma vez que, em 1999, este mesmo grupo respondia por 55% do total de trabalhadoras. Tal constatação, muito provavelmente, reflete as mudanças na forma de autodeclaração, que são verificadas para a população como um todo.

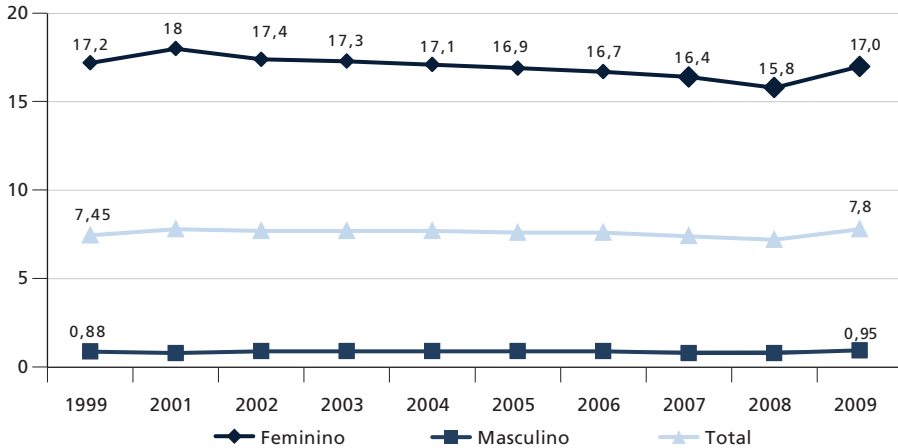
Do conjunto das mulheres ocupadas em 2009, 17% – 6,7 milhões de mulheres – tinham o trabalho doméstico como principal fonte de renda, índice que alcança quase 20% entre as ocupadas na região Centro-Oeste e 18% entre as do Nordeste. Entre os homens, esta proporção não alcançava 1% (gráfico 1).⁵

5. Interessante considerar que, além de estarem presentes em magnitude bastante diferenciada no emprego doméstico, homens e mulheres desempenham atividades muito diferentes neste campo. Enquanto às trabalhadoras cabem as tarefas de cuidados com a casa e as pessoas, como limpeza e alimentação, executadas no espaço interno dos domicílios, aos homens compete a responsabilidade por atividades desempenhadas no espaço externo da casa, como jardineiros, motoristas e caseiros.

GRÁFICO 1

Proporção de ocupados e ocupadas que são trabalhadores domésticos no Brasil, segundo o sexo (1999-2009)

(Em %)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/lpea.

Se para a população masculina o peso do trabalho doméstico manteve-se exatamente o mesmo ao longo dos anos, para as mulheres é possível identificar dois movimentos durante o período de análise. Desde 2001, quando a proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico era de aproximadamente 18%, podia-se perceber um movimento contínuo de redução da importância desta ocupação que, em 2008, respondia por 15,8% do total das ocupadas. No entanto, em 2009, pode-se verificar um movimento que contraria esta tendência: apenas entre 2008 e 2009, houve uma elevação de 1,2 ponto percentual (p.p.) na proporção de mulheres que estavam neste tipo de ocupação, alcançando 17%. Este movimento foi mais intenso entre as trabalhadoras domésticas das regiões Nordeste e Centro-Oeste e menos intenso entre as do Sul e do Sudeste.

2.1 Características das trabalhadoras domésticas

O trabalho doméstico é ainda mais importante para as mulheres *negras*, respondendo, em 2009, por 21,8% da ocupação das mulheres deste grupo racial, contra 12,6% da ocupação das trabalhadoras brancas. Este fenômeno está relacionado, tal como mencionado anteriormente, a uma herança escravista da sociedade brasileira que se combinou com a construção de um cenário de desigualdade no qual as mulheres negras têm menor escolaridade e maior nível de pobreza e no qual o trabalho doméstico desqualificado, desregulado e de baixos salários constitui-se em uma das poucas opções de emprego. Ao se observarem os dados regionais,

é interessante notar que esta ocupação torna-se ainda mais importante para as mulheres negras do Sudeste e do Sul, respondendo por cerca de, respectivamente, 25,1% e 24,5% da ocupação destes grupos – ainda que se tenha verificado um decréscimo substantivo nestas proporções ao longo da década de 1999 a 2009, superando, inclusive, a queda verificada entre as brancas.

Ao longo de período de estudo é possível identificar outro fenômeno interessante no grupo das trabalhadoras domésticas: o *envelhecimento* deste segmento, com a queda proporcional nas faixas etárias mais jovens – especialmente até 24 anos – e um aumento entre as mais velhas (gráfico 2). O trabalho doméstico infantil – entre crianças e jovens de até 17 anos – é considerado pelo Decreto nº 6.481 de 2008, que regulamenta a Convenção nº182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das piores formas de trabalho infantil, sendo seu exercício, portanto, proibido em território nacional (BRASIL, 1999). Ainda assim, em 2009 existiam cerca de 340 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos ocupadas no trabalho doméstico, o que equivalia a 5% do total de trabalhadoras declaradas naquele ano. Porém, vale registrar que se tem verificado uma queda contínua e expressiva neste indicador entre 1999 e 2009: em 1999, eram cerca de 490 mil jovens ocupadas em emprego doméstico, correspondendo a uma proporção de 9,7% do total das trabalhadoras domésticas existentes.⁶

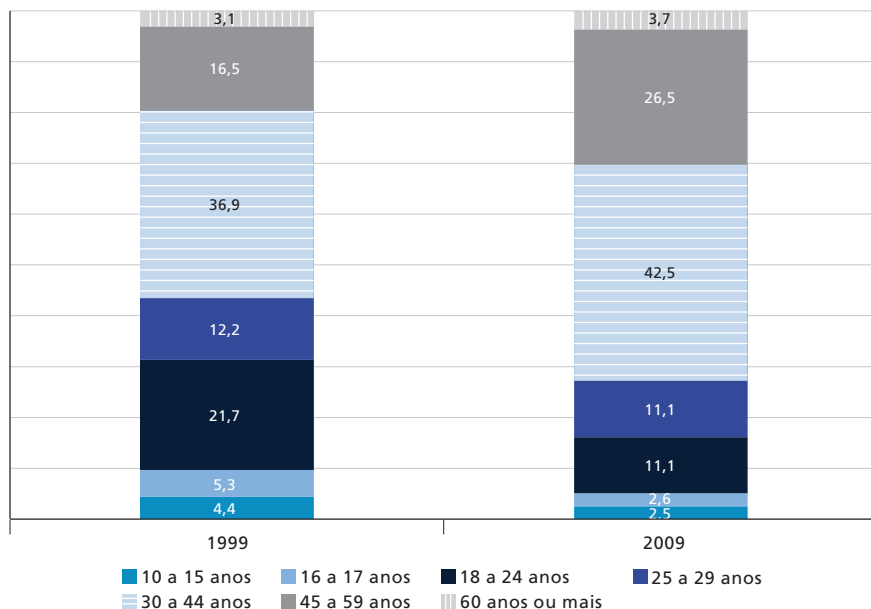
O mesmo decréscimo se verifica entre as jovens de 18 a 24 anos: se, em 1999, elas correspondiam a quase 22% do total de jovens ocupadas em emprego doméstico, em 2009, este valor caiu para 11%. Uma das hipóteses aventadas para explicar este fenômeno reside no aumento da escolaridade das jovens mulheres que, com maior qualificação, sentem-se capazes de buscar novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, diferentes do trabalho doméstico, tão desvalorizado socialmente.⁷ Este, com baixas remunerações, alto grau de precarização e carregado de estigmas, parece configurar-se como alternativa momentânea somente na ausência de outras oportunidades. Esta hipótese ganha força, pois, neste mesmo período, houve um aumento na quantidade de jovens mulheres de 18 a 24 anos disponíveis para o mercado de trabalho – ocupadas ou em busca de uma ocupação. Porém, estas mulheres têm sido mais absorvidas em outras posições distintas do trabalho doméstico, reforçando a ideia de que este é cada vez mais rechaçado por elas.

6. A queda no trabalho doméstico infantil – em especial das adolescentes com até 17 anos – deve, porém, ser acompanhada de outras ações, por parte do Estado, que ofereçam alternativas de sobrevivência para estas meninas. Tal como apontam Dultra e Mori (2008, p. 53): “Resta saber se, ao proteger estas adolescentes de um trabalho inadequado, estão sendo criadas outras oportunidades de ocupação, políticas públicas que investem e garantem acesso à escola, à qualificação profissional. A proteção só será completa se ao retirá-las de espaços insalubres de trabalho, não se inviabilize sua sobrevivência”.

7. Considerando que as oportunidades educacionais são mais abertas à população branca do que à negra, mais jovens negras encontram-se ocupadas no emprego doméstico do que brancas (12,6% contra 10,5%). Evidencia-se, mais uma vez, a importância desta ocupação como alternativa de acesso à renda para a população negra.

GRÁFICO 2

Distribuição das trabalhadoras domésticas no Brasil segundo a faixa etária (1999 e 2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

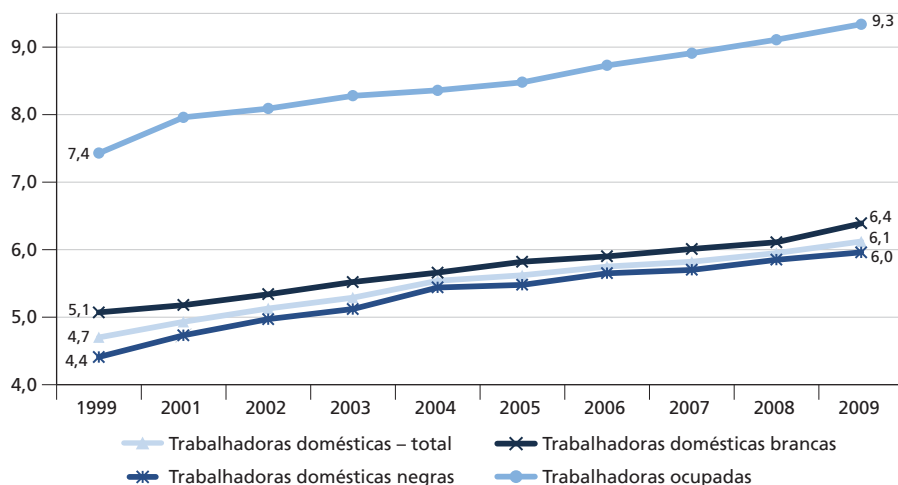
Com a redução do trabalho doméstico infantil e a abertura de outras oportunidades de emprego para as jovens mulheres, as trabalhadoras com idade acima de 30 anos passam a ter cada vez mais importância neste grupo. De fato, enquanto em 1999 este grupo respondia por 56,5% do total de trabalhadoras domésticas, em 2009 este valor saltou para impressionantes 72,7%, sendo que, neste ano, as trabalhadoras com 45 anos ou mais respondiam, sozinhas, por mais de 30% da categoria. O fato é que os dados apontam para a inexistência de uma reposição geracional desta categoria, o que significa que a ocupação tem sido sustentada por um estoque de trabalhadoras que tende a se reduzir cada vez mais, seja pelo próprio aspecto demográfico, seja porque conseguem aposentar-se e retirar-se do mercado. Assim, é possível pensar que, dado o processo de envelhecimento populacional e o surgimento de novas possibilidades ocupacionais para as jovens trabalhadoras, o trabalho doméstico – da forma como conhecemos hoje – tende a se reduzir drasticamente.

Em relação à *escolaridade*, nota-se que, acompanhando o movimento de ampliação do nível de escolaridade na população brasileira em geral, as trabalhadoras domésticas saltaram de uma média de 4,7 anos de estudo, em 1999, para 6,1 anos, em 2009: um aumento médio de 1,4 ano de estudo no prazo de

uma década. Este crescimento, porém, não só não foi capaz de aproximar a escolaridade média das trabalhadoras domésticas daquela observada para o conjunto de mulheres ocupadas (excluindo-se as trabalhadoras domésticas), como até mesmo ampliou esta desigualdade, já que, entre 1999 e 2009, o conjunto de mulheres trabalhadoras ampliou seu tempo médio de estudo em 1,9 ano, passando de 7,4, em 1999, para 9,3 anos, em 2009 (gráfico 3). As diferenças regionais encontradas não são tão expressivas, sendo que as trabalhadoras domésticas possuem melhor escolaridade no Norte – 6,4 anos de estudo – e pior no Nordeste – 5,8 anos.

GRÁFICO 3

Anos médios de estudo das trabalhadoras domésticas e das ocupadas¹ segundo a raça ou cor (1999-2009)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Nota: ¹ Excluídas trabalhadoras domésticas.

Tal como nas demais ocupações do mercado de trabalho, as trabalhadoras domésticas negras possuem escolaridade inferior à das brancas. Em 2009, estas possuíam cerca de 6,4 anos de estudo, em média, contra seis anos de estudo das negras. Esta desigualdade reduziu-se ao longo do período analisado, o que converge com o observado para a população de forma geral. Nota-se, ainda, que as desigualdades raciais na categoria de trabalhadoras domésticas – em relação ao tempo de estudo – são significativamente menores (0,4 ano de estudo) que aquelas encontradas para as ocupadas de forma geral (que alcança 1,9 ano de estudo em favor das brancas). Isto aponta para uma maior homogeneidade entre as trabalhadoras domésticas, marcada indiscutivelmente pelo baixo nível de escolaridade.

2.2 Características das relações de trabalho

Um primeiro aspecto a ser analisado na relação de trabalho no âmbito do emprego doméstico se refere à sua *formalização*, evidenciada pela posse de carteira de trabalho assinada por parte da doméstica. Esta é, sem dúvida, uma característica de grande relevância nas discussões sobre qualidade do emprego doméstico, uma vez que o acesso a grande parte dos direitos trabalhistas se dá por meio da formalização do vínculo de trabalho. Para que as trabalhadoras domésticas possam gozar de aposentadoria, licença-maternidade, férias de 30 dias, auxílio-doença, aviso-prévio, 13º salário, entre outros benefícios, é necessário que a relação de trabalho esteja registrada em carteira. Outra opção é o pagamento da contribuição à previdência social como autônoma, que garante alguns destes direitos, mas depende das possibilidades de a empregada doméstica arcar sozinha com a sua contribuição previdenciária, o que, como se verá adiante, constitui-se em situação ainda muito residual no contexto brasileiro.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) está previsto no Artigo 201 da CF como regime de caráter contributivo, ou seja, o segurado deve contribuir para ter direito aos benefícios (BRASIL, 1988). A previdência social garante a renda do contribuinte e de sua família, em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice. De maneira geral, a proteção se dá com a substituição do salário do trabalhador contribuinte pela renda que a previdência transfere a ele nestas situações, ou aos seus dependentes, em caso de morte.⁸

No caso das empregadas domésticas, a Lei nº 5.859 de 1972, que dispõe sobre esta profissão, assegura aos empregados domésticos, em seu Artigo 4º, os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social. Nesta categoria profissional, a contribuição para a previdência social ocorre de maneira diferenciada. O empregador paga mensalmente 12% sobre o salário de contribuição de seu(s) empregado(s) doméstico(s) – enquanto o recolhimento normal das demais categorias é de 20% sobre a folha salarial – e a trabalhadora doméstica é responsável pelo pagamento do restante da contribuição – de 8% a 11%, de acordo com o salário-contribuição.⁹ Assim, por exemplo, se a empregada doméstica ganha R\$ 545,00, o salário mínimo nacional em 2011, são descontados R\$ 43,60

8. Os benefícios concedidos pela previdência social, em geral, são: aposentadoria por idade, por invalidez, por tempo de contribuição e aposentadoria especial; auxílio-doença, acidente e reclusão; pensão por morte; e salário-maternidade e salário-família. Porém nem todos estes benefícios são concedidos às empregadas domésticas. A profissional contribuinte não fará jus à aposentadoria especial, às prestações por acidente do trabalho e ao salário-família.

9. De acordo com a Portaria Interministerial do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Fazenda nº 568, de 31 de dezembro de 2010, a tabela de contribuição segue a seguinte percentagem:

Tabela de contribuição do segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração (a partir de 1º de janeiro de 2011)

Salário de contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
Até 1.106,90	8,00
De 1.106,91 a 1.844,83	9,00
De 1.844,84 até 3.689,66	11,00

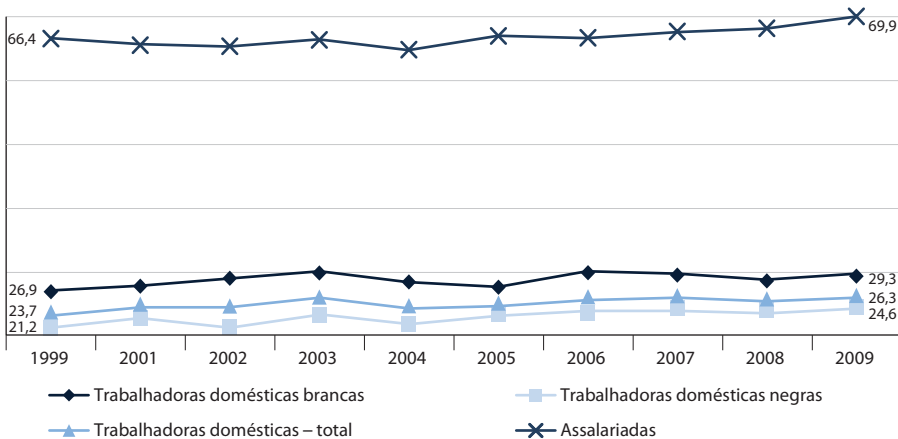
Fonte: Brasil (2010).

(8,0% da empregada) e R\$ 65,40 (12% do/a empregador/a), gerando um total de R\$ 109,00 a ser pago por meio da Guia da Previdência Social (GPS).

Ao longo da última década, pôde-se verificar um movimento de ampliação da formalização dos trabalhadores e trabalhadoras de modo geral. Este “bom comportamento” do mercado de trabalho, porém, esconde situações de extrema precariedade e exclusão. Este é o caso das trabalhadoras domésticas que, em 2009, apresentaram índice de formalização de apenas 26,3%, o que significa que, do contingente de 6,7 milhões de ocupadas nesta profissão, somente 1,7 milhão possuía alguma garantia de usufruto de seus direitos. Ainda muito distante da média de formalização das trabalhadoras assalariadas em outros setores (69,9% em 2009), as trabalhadoras domésticas vivenciaram, ao longo da década de 1999 a 2009, um crescimento tímido na proporção daquelas que contavam com carteira assinada, que não foi capaz de reduzir a desigualdade verificada entre elas e as trabalhadoras de outras categorias profissionais (gráfico 4).

GRÁFICO 4

Proporção de trabalhadoras domésticas e assalariadas¹ com carteira de trabalho assinada no Brasil, segundo a raça ou cor (1999-2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/lpea.

Nota: ¹ Exclusive trabalhadoras domésticas.

A situação de desproteção é grave para o conjunto de empregadas domésticas, independentemente de sua cor ou raça e da região de residência. Para alguns grupos, porém, esta condição é ainda mais intensa, evidenciando que, na exclusão e desproteção, existem grupos mais afetados e vulneráveis. Ao se observar a raça ou cor das trabalhadoras, nota-se que a informalidade na ocupação é mais expressiva para as negras, grupo que contava com uma taxa de formalização de apenas

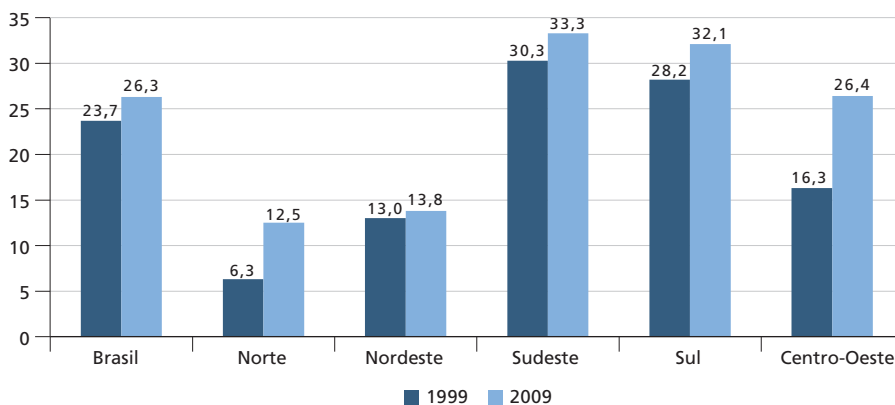
24,6%, comparado às brancas, cuja taxa alcançava 29,3%. Ao longo do período de 1999 a 2009, as trabalhadoras negras conseguiram uma melhora de 3,4 p.p. na sua formalização, frente a 2,4 p.p. entre as brancas, uma ínfima aproximação entre dois grupos tão precários.

Na comparação regional, impressionam as desigualdades verificadas e as situações de extrema exclusão e precarização do emprego doméstico vivenciado por estas mulheres. Enquanto as domésticas do Sul e do Sudeste apresentavam taxa de formalização de 32% e 33%, respectivamente, no Nordeste esta proporção era de 13,8% e no Norte alcançava meros 12,5%. Isto significa que apenas 12 em cada 100 trabalhadoras nortistas são registradas e contam com a proteção do Estado frente a situações de vulnerabilidade permanente ou temporária. As empregadas nordestinas foram, inclusive, aquelas que menos “ganharam” ao longo do período analisado, passando de um total de 13,0% de trabalhadoras formalizadas para 13,8%, em 2009. No outro extremo, as que mais cresceram no período foram aquelas residentes no Centro-Oeste, que saíram de 16,3% para 26,4% (gráfico 5).

GRÁFICO 5

**Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada:
Brasil e grandes regiões (1999 e 2009)**

(Em %)



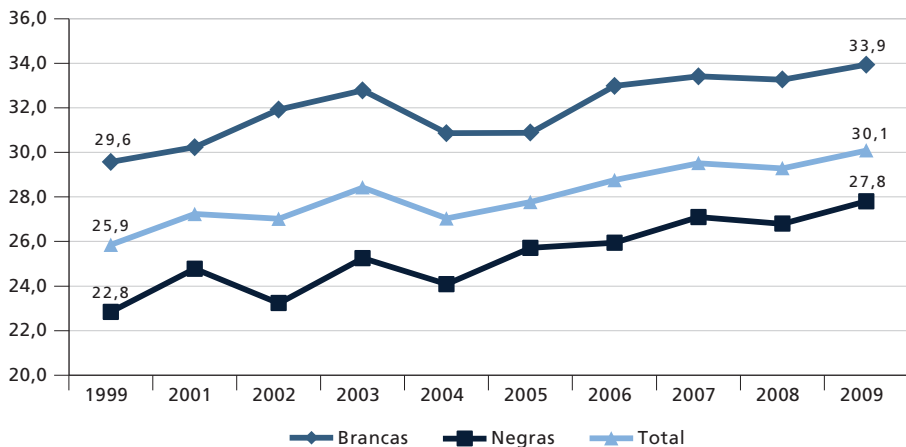
Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

A alternativa que se abre às trabalhadoras que não desejam ou não conseguem estabelecer qualquer tipo de vínculo com seus empregadores, sejam elas diaristas ou mesmo mensalistas sem carteira assinada, é a filiação à previdência social na condição de contribuintes individuais. Neste caso, o recolhimento da contribuição previdenciária é feito exclusivamente pela profissional, mês a mês, de acordo com os seus rendimentos, com as mesmas alíquotas referentes à contribuição da empregada

com carteira assinada (8% a 11%). Esta opção foi adotada por aproximadamente 250 mil trabalhadoras domésticas em 2009, o que elevou a proporção de contribuintes da previdência para 30,1%, índice que era de 25,9%, em 1999 (gráfico 6). Como verificado para a questão da carteira assinada, as mulheres negras também contribuíam menos para a previdência em comparação às brancas (27,7% contra 33,9%) e as ocupadas no Norte e no Nordeste contribuíam menos que as demais, alcançando apenas 13,4% das trabalhadoras no Norte e 38,3% no Sudeste.

GRÁFICO 6
Proporção de trabalhadoras domésticas que contribuem para a previdência social no Brasil, segundo a cor ou raça (1999-2009)
 (Em %)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

O reduzido número de trabalhadoras que conseguem contornar a desproteção social via contribuição individual aponta para importantes gargalos que devem ser considerados pelos executores das políticas. Em primeiro lugar, se deve levar em conta que, diante dos baixos salários recebidos pelas trabalhadoras e das precárias condições de trabalho e de vida, o fato de terem que arcar sozinhas com a contribuição previdenciária – de 8% a 11% da renda – é um peso que grande parte destas mulheres não consegue sustentar. Ademais, existe um grande desconhecimento acerca da própria existência da possibilidade de contribuição individual. A disseminação maciça deste tipo de informação poderia contribuir para a inclusão de profissionais não registradas pelos empregadores, especialmente aquelas que prestam serviços em mais de uma residência e que têm, tal como mencionado anteriormente, dificuldades em estabelecer e/ou comprovar seus vínculos empregatícios.

Uma variável importante para a análise das condições de trabalho das empregadas domésticas é a *jornada de trabalho*, entendendo-se esta como a soma da jornada no mercado de trabalho – horas gastas no trabalho desempenhado para os empregadores – com a jornada empreendida no trabalho reprodutivo – horas gastas com os afazeres domésticos e os cuidados com a própria família. Este aspecto é particularmente interessante por, no mínimo, duas razões. A primeira delas remete ao fato de que a CF de 1988 não estende às trabalhadoras domésticas o direito a uma jornada de até 8 horas diárias e 44 horas semanais. A questão da jornada, portanto, permanece sem qualquer tipo de regulamentação, inviabilizando – entre outras questões – a demanda por pagamento de horas extras e dificultando as negociações entre trabalhadoras e empregadores ou empregadoras sobre os limites para o tempo de trabalho.

A segunda razão remete à tão conhecida dupla jornada feminina, caracterizada pela soma do tempo dedicado ao trabalho no mercado e ao trabalho nos afazeres domésticos e cuidado com a família. Em 2009, as mulheres ocupadas em emprego doméstico tinham uma jornada total de trabalho de 58 horas semanais, em média. Esta jornada se decompunha em 35,3 horas dedicadas ao exercício profissional e outras 22,7 horas dedicadas às atividades de cuidados com a casa e a família. O mesmo cenário podia ser encontrado para as mulheres ocupadas em outras atividades profissionais, que também gastavam em torno de 35,3 horas no trabalho dito “produtivo” e 21,6 horas no dito “reprodutivo”.¹⁰ O interessante aqui é que, no caso da trabalhadora doméstica, o tema da dupla jornada adquire contornos especiais, pois, neste caso particular, tanto o trabalho “produtivo” quanto o “reprodutivo” estão relacionados exatamente às mesmas atividades. Isto significa, portanto, que estas trabalhadoras ficam submetidas a uma jornada quase integral em atividades domésticas, sendo uma parcela destas atividades usualmente remunerada e a outra não. Já no caso das trabalhadoras ocupadas em outros setores profissionais, em geral há uma diferenciação entre o tipo de trabalho desempenhado para o mercado e aquele desempenhado para o seu próprio domicílio ou sua própria família.

O gráfico 7 apresenta as jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo para vários grupos de trabalhadoras domésticas, buscando evidenciar as possíveis desigualdades existentes entre eles. De pronto é interessante notar que não existem diferenças significativas quando se trata de analisar as jornadas das trabalhadoras segundo a raça ou cor. Já na análise regional, percebe-se uma jornada um pouco

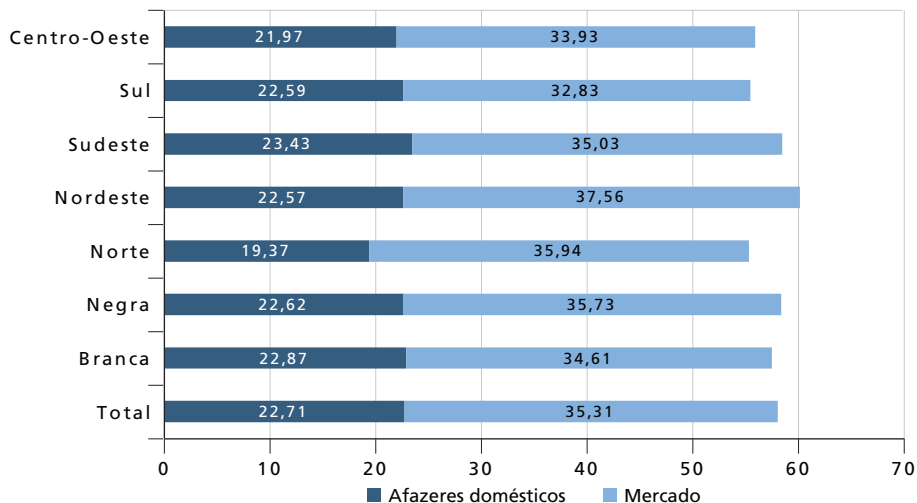
10. Ao investigar sobre duração das jornadas, a PNAD pede ao entrevistado que estime quanto tempo gastou em afazeres domésticos e na principal ocupação no mercado de trabalho ao longo de uma semana específica. Como as atividades domésticas desempenhadas em benefício próprio, e não como atividade profissional, são difusas, corriqueiras e invisíveis, supõe-se que os valores declarados estejam subestimados e sejam menores que as horas efetivamente gastas com estas tarefas.

mais intensa para as trabalhadoras do Nordeste (60,1 horas semanais), resultado de um maior número de horas gastas no trabalho doméstico intermediado pelo mercado (37,6 horas, comparadas a uma média nacional de 35 horas semanais).

GRÁFICO 7

Jornada de trabalho total das trabalhadoras domésticas nas grandes regiões brasileiras, segundo a raça ou cor, por tipo de trabalho (2009)

(Em horas semanais)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Especificamente para essa variável, os dados apresentados recobrem apenas os anos de 2001 a 2009, uma vez que o IBGE somente começou a coletar informações sobre jornada de trabalho em afazeres domésticos a partir de 2001. Observando a evolução da jornada de trabalho ao longo deste período, nota-se o estabelecimento de um padrão de redução no tempo dedicado ao trabalho doméstico total, seja ele voltado para o mercado, ou não. Se, em 2001, as trabalhadoras domésticas trabalhavam em torno de 63 horas semanais nestas atividades, em 2009, este valor alcançou 58 horas, redução de pouco mais de cinco horas no período. Esta queda se deve mais à variação verificada na jornada de trabalho destinada ao mercado, que foi mais intensa que aquela percebida nos afazeres domésticos da própria trabalhadora – quatro horas a menos no primeiro caso e 1,2 hora, no segundo. A redução expressiva na jornada dedicada às atividades profissionais pode estar relacionada ao aumento da proporção de trabalhadoras “diaristas” que, como se verá a seguir, possuem jornadas inferiores às “mensalistas” e, especialmente, às residentes no mesmo domicílio de trabalho, grupos que têm perdido importância ao longo dos anos.

Interessante que esta queda na jornada total de trabalho das empregadas domésticas foi acompanhada pelo mesmo fenômeno entre as trabalhadoras ocupadas em outros setores: entre 2001 e 2009, verificou-se redução de cerca de duas horas semanais no tempo total de trabalho. No entanto, este movimento foi integralmente resultado da redução do tempo que as ocupadas despendiam com afazeres domésticos,¹¹ já que quando se observa a jornada no mercado houve, inclusive, um aumento de 0,3 hora.

Na comparação entre a jornada de trabalho das empregadas domésticas com e sem carteira de trabalho assinada, destaca-se que as trabalhadoras com carteira despendem, em média, 63 horas semanais em atividades domésticas voltadas para o mercado e para os afazeres domésticos, frente a um total de 56,2 horas gastas por aquelas que não possuem carteira assinada. Esta discrepância pode ser explicada por uma maior jornada das trabalhadoras formalizadas em atividades dedicadas ao mercado, na qual foram gastas 43 horas semanais, em média, ao passo que, entre as sem carteira, este valor foi de 32,4 horas. Importante destacar que a maior jornada de trabalho no mercado, para as domésticas com carteira, está relacionada ao fato de que estas são, em maior proporção, trabalhadoras que residem nos domicílios em que trabalham e/ou que prestam serviços em apenas um domicílio, distinções que, tal como será visto a seguir, são mais favoráveis à exploração do tempo de trabalho da categoria.

A PNAD permite identificar, ainda, o *tempo médio de permanência* dos trabalhadores e das trabalhadoras na ocupação em que se encontram empregados. Em 2009, as trabalhadoras domésticas encontravam-se empregadas no mesmo domicílio, em média, havia 58,2 semanas – ou cerca de 14 meses. Entre as brancas esta média chegou a 60,5 semanas, ao passo que entre as negras era um pouco inferior, de 56,8 semanas. Entre as regiões, destaca-se, por um lado, o Norte, onde as domésticas permanecem cerca de 41 semanas no mesmo emprego, e, por outro, o Sudeste, que emprega suas trabalhadoras por um período de 64,8 semanas.

Algumas importantes questões devem ser destacadas nessa análise. Em primeiro lugar, vale mencionar as significativas diferenças no tempo médio de permanência das mulheres ocupadas em emprego doméstico ou em outros tipos de atividade. Em 2009, as ocupadas de modo geral permaneciam 92,2 semanas no seu trabalho principal, o que corresponde a cerca de oito meses, em média, a mais que as domésticas, e evidencia maior fragilidade do vínculo de trabalho destas trabalhadoras junto a seus empregadores. Há, em qualquer ocupação analisada, uma diferença importante entre mulheres e homens.

11. A redução no tempo gasto pelas mulheres em afazeres domésticos pode ser explicada por uma conjunção de fatores entre os quais se destaca o aumento de sua presença no mercado de trabalho, o acesso a alguns equipamentos, como máquina de lavar roupas e geladeira, bem como a serviços de infraestrutura social – como energia elétrica e água, via política de cisternas.

Os homens ocupados em trabalho doméstico permaneciam cerca de cinco meses a mais em seus empregos em comparação às mulheres trabalhadoras domésticas, sendo que, entre os trabalhadores em geral, esta diferença era de oito semanas. Esta desigualdade é resultado, entre outros fatores, de maior precariedade do vínculo de trabalho das mulheres (entre as domésticas, cerca de 75% não possuíam carteira e, entre os homens na mesma ocupação, esta taxa era de 55%) e, também, dos desligamentos ocasionados pelo ciclo reprodutivo feminino e pelas responsabilidades familiares que ainda recaem majoritariamente sobre as mulheres – sendo percebidas, pelos empregadores, como custos associados ao trabalho feminino.

Cabe destacar, ainda, nesta caracterização do universo de trabalhadoras domésticas brasileiras, o tema da *sindicalização*. A associação aos sindicatos e a atuação política via organizações de classe envolviam, em 2009, apenas 18% do total de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Se esta proporção já pode ser considerada bastante baixa, a realidade do trabalho doméstico é ainda mais desanimadora. Dados recentes disponibilizados pelo IBGE apontam que ínfimos 2% das trabalhadoras domésticas – ou cerca de 133,7 mil mulheres – eram filiadas a algum sindicato reconhecido pelo MTE ou registrado em cartório como tal. Em 1999, porém, esta proporção era de 0,89% das trabalhadoras, o que mostra, por um lado, uma trajetória de ampliação da sindicalização, mas, por outro, uma temporalidade que não condiz com as necessidades desta categoria em termos de demandas por direitos e representação. Em termos regionais, as trabalhadoras nordestinas foram as que apresentaram maior taxa de sindicalização (4,3%), e as do Norte as que tiveram menor percentual (0,6%), o que deve estar relacionado à distribuição desigual dos sindicatos por todo o país.

Apesar de também apresentarem taxas reduzidas de sindicalização, 4,1% dos homens ocupados em emprego doméstico eram filiados a sindicatos, proporção superior à verificada para as mulheres. De fato, as diferenças no tipo de trabalho doméstico desempenhado por homens e por mulheres explicam boa parte desta desigualdade. Mas é, sobretudo, a responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas relacionadas à sua própria família e à sua própria residência que restringe o tempo livre para atuação nas organizações de classe e pode explicar, em grande medida, esta desigualdade de gênero no que diz respeito à sindicalização – o que pode ser extrapolado para o conjunto de mulheres brasileiras ocupadas.

Alguns estudos apontam, ainda, para o envolvimento das trabalhadoras domésticas com o movimento negro antes mesmo de ingressarem no movimento sindical e de defesa da categoria. Por ser uma categoria explorada e marcada pelo racismo e pela herança da escravidão, a atuação política iniciada via organizações negras ou de mulheres negras parece constituir-se em um caminho importante para a entrada no movimento sindical. Em especial, porque rompe com o isolamento

vivenciado pelas trabalhadoras em seu espaço de trabalho, favorecendo a consciência, a mobilização e a articulação para uma atuação política em prol da categoria. Assim, a sindicalização tem sido mais frequente entre trabalhadoras negras do que brancas: em 2009, 2,2% das primeiras e 1,6% das últimas encontravam-se filiadas a um sindicato.

A baixa taxa de associação a sindicatos é o resultado de um conjunto de dificuldades típicas das especificidades do trabalho doméstico, mas também se dá por este ser um trabalho desvalorizado e precário, exercido majoritariamente por mulheres. Assim, é preciso, tal como aponta Bernardino-Costa (2007a),

ter em mente que quando falamos em sindicalismo das trabalhadoras domésticas estamos falando, como elas mesmas definem, em um sindicalismo heroico, que não tem contribuição sindical, não tem desconto em folha, onde as trabalhadoras não estão reunidas no mesmo local de trabalho, onde as trabalhadoras em geral não são remuneradas ao assumirem um cargo de direção no sindicato etc. (BERNARDINO-COSTA, 2007a, p. 38).

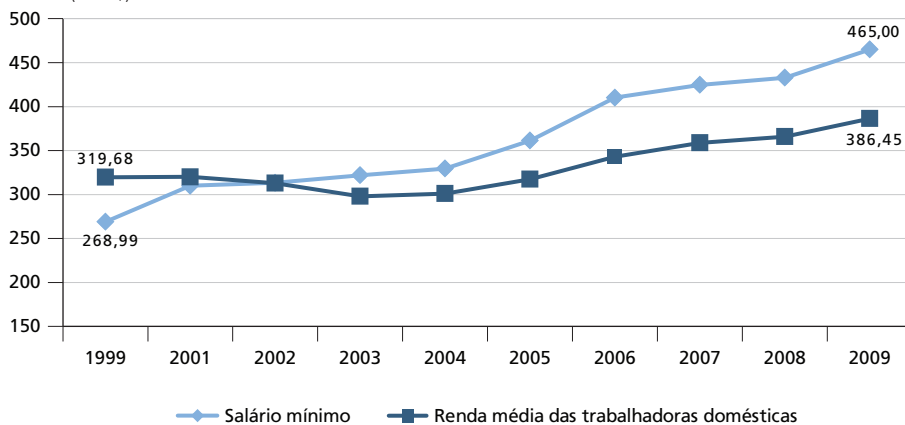
Em função deste modelo, conformou-se, no país, uma pequena e limitada rede de organizações sindicais que representam as trabalhadoras domésticas.¹² Em meados de 2007, podiam ser contabilizadas, apenas, cerca de 45 organizações políticas de trabalhadoras domésticas no país, sendo que nem todas se configuravam em sindicatos e/ou eram dirigidas por trabalhadoras domésticas.¹³

Finalmente, como resultado de todas essas condições de inserção profissional, uma importante característica do emprego doméstico brasileiro são as *baixas remunerações*. Ao lado da precarização devida à falta de acesso aos direitos trabalhistas, e complementando-a, as remunerações recebidas pelas trabalhadoras domésticas em geral são muito baixas. Em 2009, a remuneração média alcançou R\$ 386,45 ao mês. No mesmo ano, o salário mínimo nacional era de R\$ 465,00. Na série histórica da década, percebe-se que, a despeito do aumento da renda da trabalhadora doméstica, não há uma aproximação com o valor do salário mínimo (gráfico 8), o que revela, mais uma vez, a desvalorização dessa atividade no Brasil.

12. Isto não significa, porém, que este grupo não seja organizado e não procure interferir nos processos políticos, mas que essa mobilização historicamente encontrou outros caminhos para se processar. De fato, ainda que o trabalho doméstico só tenha sido reconhecido como profissão em 1972, as organizações políticas de trabalhadoras domésticas – ainda no formato de associações e grupos – datam de 1936, quando foi fundada a Associação dos Empregados Domésticos de Santos, por Laurelinda de Campos Melo. Porém, somente em 1988, quando foi promulgada a CF, é que estas associações e grupos começaram a se transformar em sindicatos (Bernardino-Costa, 2007b).

13. “Há o registro de alguns sindicatos que foram fundados por outros profissionais (especialmente advogados e contadores) e que não têm uma atuação voltada para a luta política da categoria” (Bernardino-Costa, 2007b, p.333).

GRÁFICO 8
Salário mínimo e renda média das trabalhadoras domésticas no Brasil (1999-2009)
(Em R\$)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disc/Ipea.

Obs.: Valores deflacionados para 2009 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Esse considerável aumento da renda das trabalhadoras ao longo do período analisado pode ser explicado, em grande medida, pelo fato de que, apesar do alto grau de informalidade dessas profissionais e apesar de a renda estar persistentemente abaixo do salário mínimo, este segue como parâmetro para a remuneração das domésticas.

Em nenhuma grande região a remuneração média alcança o patamar do salário mínimo, mas as diferenças regionais são bastante relevantes. Enquanto no Nordeste, em 2009, a renda média era de R\$ 254,46 – a menor do país –, na região Sudeste, era de R\$ 451,06, 16,7% superior à média nacional.

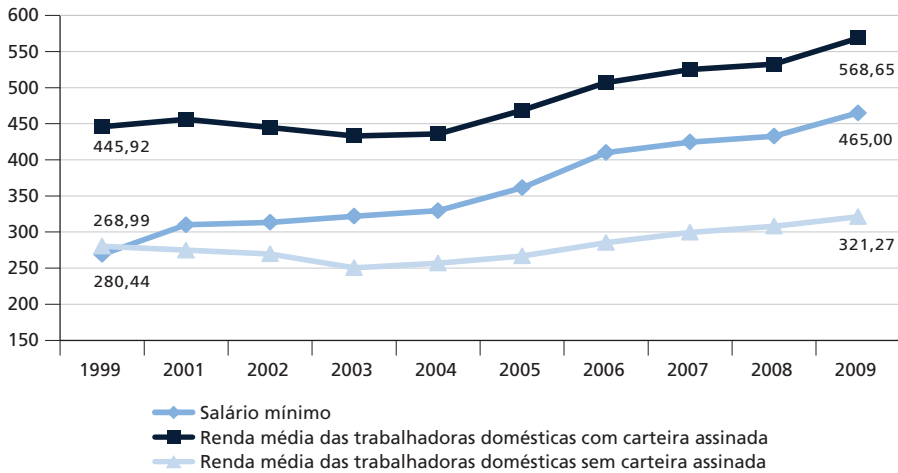
Mesmo representando 62% do total de trabalhadoras domésticas no país, as negras recebiam, em 2009, uma remuneração média de R\$ 364,84, ao passo que as domésticas brancas recebiam R\$ 421,58. Aqui, mais uma vez se revela a discriminação racial, que se soma e se mistura à discriminação de gênero, colocando as trabalhadoras domésticas pretas e pardas em uma posição de grande vulnerabilidade.

Os baixos rendimentos das trabalhadoras domésticas se devem, em grande medida, aos altíssimos níveis de informalidade dessa atividade, como tratado anteriormente. De fato, possuir ou não uma carteira de trabalho assinada tem repercussão direta sobre o salário das trabalhadoras. Conforme pode ser visto no gráfico 9, a renda das trabalhadoras com carteira assinada não somente alcança o patamar do salário mínimo, mas o supera em considerável medida. Em 2009, as trabalhadoras formalizadas apresentavam renda média de R\$ 568,00, isto é, mais de 100 reais acima do salário mínimo nacional.

GRÁFICO 9

Salário mínimo e renda média das trabalhadoras domésticas no Brasil, por posse de carteira de trabalho assinada (1999-2009)

(Em R\$)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: Valores deflacionados para 2009 pelo INPC.

Os trabalhadores domésticos do sexo masculino apresentam rendas consideravelmente mais elevadas que as mulheres na mesma posição: R\$ 556,73, em 2009, ou seja, 44% a mais que as trabalhadoras domésticas. Uma das possíveis explicações para esta disparidade estaria no fato de que os trabalhadores domésticos assumiriam funções diferenciadas, como caseiros, motoristas e jardineiros. Resta saber por que estas funções merecem ser mais bem remuneradas, tendo em vista que se afiguram mais dispensáveis para as famílias, em geral. Evidência disto ocorreu no período da crise econômica de 2008-2009, durante o qual o trabalho doméstico apresentou a maior queda relativa entre os homens (-5,66%, seguido pela indústria, com -4,81%), enquanto o trabalho doméstico feminino apresentou queda inexpressiva (-0,89%).¹⁴

O que estes dados parecem mostrar é que o trabalho doméstico executado por homens não se configura em um bem de primeira necessidade para as famílias, podendo ser mais facilmente dispensado do que o executado por mulheres. Isto ocorre devido à estrutura diferenciada do mercado de trabalho feminino e masculino, no qual as atividades desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras domésticas são intrinsecamente diferentes: enquanto a eles cabem ocupações como jardineiro, caseiro e motorista, às mulheres cabem as tarefas de cuidado com casa e

14. Ver Brasil (2009).

crianças, que se constituem em atividades fundamentais para a reprodução cotidiana das famílias (BRASIL, 2009, p. 49-50).

A despeito da baixa remuneração que auferem, a renda das trabalhadoras domésticas tem grande relevância para a renda total de suas famílias. Em 2009, a renda do trabalho das domésticas respondia por 39,8% da renda familiar. Esta proporção é maior entre aquelas com carteira assinada (47,5%) e para aquelas que trabalham em mais de um domicílio (41,6%), categorias com renda média superior. Esta importância é ainda maior ao se perceber que a renda do trabalho das ocupadas em geral (exclusive as domésticas) respondia por 35,3% de suas rendas familiares, o que demonstra que, apesar de receberem renda bastante inferior às das ocupadas, o salário destas trabalhadoras é ainda mais decisivo para a manutenção de suas famílias.

As baixas rendas ficam ainda mais evidentes quando se observa que, em 2009, 37,6% dos domicílios chefiados por trabalhadoras domésticas se encontravam abaixo da linha de pobreza, sendo que 25,6% destes eram domicílios pobres e 12,0%, extremamente pobres.¹⁵ Em 1999, esta proporção era de 55,6%. A considerável diminuição está certamente relacionada: *i*) ao aumento da renda do trabalho nos últimos anos, especialmente em função da valorização do salário mínimo, que se configura em um importante indexador da renda da trabalhadora doméstica; e *ii*) às políticas de combate à pobreza via transferência de renda. No entanto, a ainda elevada proporção de domicílios chefiados por trabalhadoras domésticas em situação de pobreza leva a uma reflexão a respeito dos chamados “pobres que trabalham” (*workingpoor*),¹⁶ entre os quais certamente a categoria das ocupadas em atividades domésticas tem grande relevância.

3 TRABALHADORAS “DIARISTAS” E “MENSALISTAS”

As diferenças no perfil das trabalhadoras, segundo o tipo de vínculo estabelecido junto a seus empregadores, são relevantes e merecem atenção especial, na medida em que apontam para condições de maior ou de menor vulnerabilidade e precarização do trabalho. Uma primeira distinção importante a ser analisada refere-se àquela estabelecida entre as trabalhadoras que prestam serviços para um domicílio

15. Foram considerados pobres aqueles domicílios cuja renda *per capita* era de até meio salário mínimo e extremamente pobres aqueles nos quais a renda *per capita* não alcançava um quarto de salário mínimo.

16. “Mesmo as pessoas que efetivamente obtêm renda por meio do trabalho podem defrontar-se com o fato de que sua inserção é tão precária que não proporciona uma renda suficiente para suprir suas necessidades básicas. (...) É possível que esta inserção precária não seja temporária, contudo, no caso dos trabalhadores estarem confinados em ocupações de baixa renda e terem pouca mobilidade, isto é, serem incapazes de migrar para outras ocupações. Isto seria o caso tanto de empregados com salários reduzidos – e com pouca capacidade de elevá-los via ação coletiva – quanto de trabalhadores não assalariados atuando em atividades de baixa produtividade e/ou incapazes de se apropriar do valor produzido (...) Exemplos do primeiro caso seriam os empregados domésticos (...)” (Ipea, 2010, p. 289).

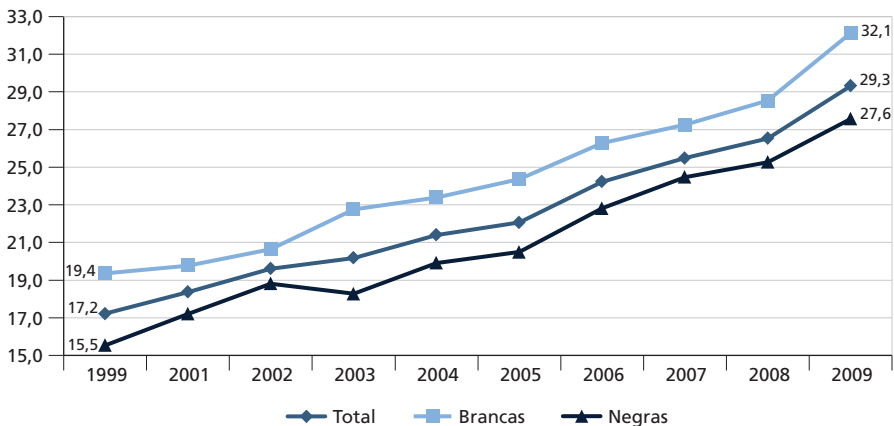
e aquelas que declaram trabalhar em mais de um, popularmente conhecidas como “mensalistas” e “diaristas”, respectivamente.¹⁷

Entre 1999 e 2009, é possível verificar uma queda na proporção de trabalhadoras que prestavam serviços em apenas um domicílio: esta taxa caiu de 82,8% para 70,7% do total de trabalhadoras. De forma complementar, a importância do trabalho das diaristas cresce expressivamente no período, envolvendo, em 2009, quase 30% da categoria, índice que era de 17,2% uma década antes (gráfico 10). Este fenômeno, que marca a reconfiguração do modelo tradicional de trabalho doméstico brasileiro, foi um pouco mais intenso para as trabalhadoras brancas – 32,1% contra 27,6% das negras – e para aquelas que residem nas regiões Sul e Sudeste – respectivamente, 35,2% e 31,6% do total.

GRÁFICO 10

Proporção de trabalhadoras domésticas que prestam serviço em mais de um domicílio no Brasil, segundo a raça ou cor (1999-2009)

(Em %)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Em relação à escolaridade destes dois grupos de empregadas, vale destacar que não existem diferenças relevantes entre elas: tanto as diaristas, quanto as mensalistas, apresentavam, em 2009, mais de seis anos de estudo (6,3 anos para as primeiras e 6,4 anos para as últimas). As diferenças raciais ou regionais também

17. O questionário da PNAD não levanta informação sobre o arranjo de trabalho da trabalhadora doméstica nem questiona se é mensalista ou diarista, mas somente se trabalha em um domicílio ou em mais de um. No presente estudo, denominam-se “diaristas” aquelas que afirmaram trabalhar em mais de um domicílio e “mensalistas” aquelas que prestam serviços somente em um. Sabe-se, contudo, que podem existir trabalhadoras domésticas que recebem por mês, mas prestam serviços em mais de um domicílio ou fazem diárias nos dias de folga, por exemplo, e, de forma análoga, diaristas que trabalham em somente um domicílio, entre outros muitos arranjos possíveis encontrados.

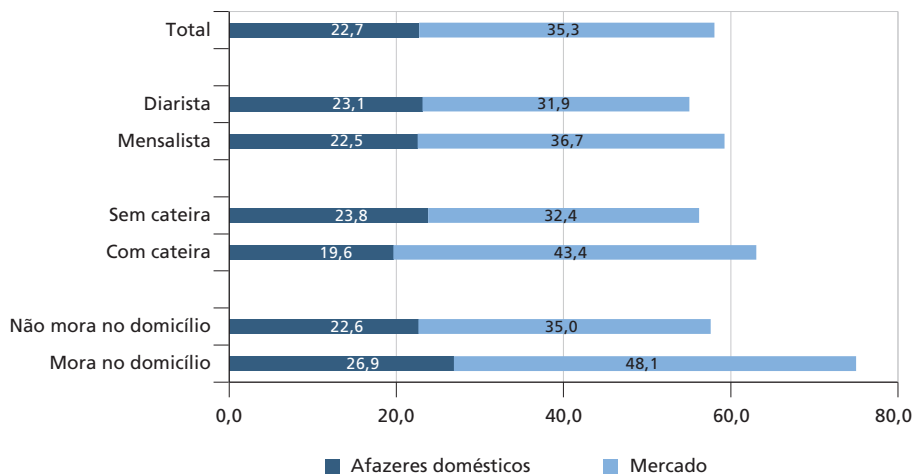
não eram significativas, reforçando, mais uma vez, a ideia de uma categoria marcada por um baixo nível de escolaridade e, portanto, homogênea neste sentido.

Quanto à jornada total de trabalho, as trabalhadoras que prestam serviços em apenas um domicílio têm jornadas de trabalho total ligeiramente superiores às que trabalham em mais de um domicílio. Em 2009, estas jornadas eram de, respectivamente, 59 e 55 horas semanais. A diferença entre as durações do trabalho é integralmente explicada pela jornada em atividades profissionais, que alcança 32 horas entre as diaristas e superiores 36,7 horas entre as mensalistas. No caso do tempo gasto em afazeres domésticos próprios, ambos os grupos despendiam, em média, 23 horas semanais (gráfico 11). Mais uma vez percebe-se redução das jornadas ao longo dos anos que, no entanto, foi igual para diaristas e mensalistas.

GRÁFICO 11

Jornada de trabalho total das trabalhadoras domésticas no Brasil, segundo o tipo de vínculo empregatício, por tipo de trabalho (2009)

(Em horas semanais)



Fonte: IBGE (1999-2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Neste tipo específico de distinção do trabalho doméstico, fica claro que as trabalhadoras diaristas contam com uma carga de trabalho menor em relação às mensalistas, o que seria um dos benefícios deste novo modelo de trabalho a compensar a redução nos níveis de formalização, mais baixos para esta categoria. Contudo, é preciso ter em conta que este grupo de profissionais envolve diferentes arranjos entre empregadas e empregadores. Incluem-se desde aquelas trabalhadoras que desempenham atividades habituais – algumas vezes por semana – em poucos domicílios, nos quais a atividade, pela própria habitualidade, tende a ser menos

intensa, até aquelas que trabalham em muitos domicílios, com menor regularidade, e nos quais a intensidade do trabalho tende a ser maior, pois todas as tarefas devem ser desenvolvidas em um mesmo dia. A relação entre intensidade da jornada e intensidade do trabalho é algo que deve ser investigado e que pode apontar para uma exploração da trabalhadora diarista relacionada à intensidade do trabalho, mais que ao número de horas gastas.

Parte da desigualdade da jornada de diaristas e mensalistas pode ser explicada pelo fato de que as mensalistas trabalhavam, em 2009, em média 4,9 dias por semana, ao passo que as chamadas diaristas trabalharam 4,1 dias por semana. O fato de que as diaristas trabalham quase um dia a menos que as mensalistas pode ser interpretado como uma opção da trabalhadora – detentora de maior autonomia nas suas relações de trabalho – de reservar mais do seu tempo para outras atividades, ou, ainda, para o trabalho não remunerado – de afazeres domésticos na própria residência. No entanto, também pode ser interpretado como uma incapacidade – ou impossibilidade – de ocupar mais tempo de sua semana com a sua atividade profissional e, portanto, auferir menos renda que o desejável.

O grande crescimento das trabalhadoras diaristas, ou seja, que prestam serviços em mais de um domicílio e recebem, em geral, por dia ou por semana trabalhada, evidencia importantes mudanças nas relações de trabalho estabelecidas entre empregadoras e trabalhadoras domésticas, que trazem, simultaneamente, vantagens e desvantagens. Sem dúvida há uma tendência maior de profissionalização do emprego doméstico, marcado pelo fortalecimento de uma categoria que não reside no emprego, que tem menores possibilidades de exploração em termos de jornada, que vai até a casa do empregador para prestar um serviço específico, que tem vários empregadores e que reduz, portanto, a existência de relações de dependência afetiva ou mesmo financeira, entre outros aspectos. Ampliam-se, assim, as chances de relativa autonomia destas trabalhadoras e a obtenção de maior valorização em termos de remuneração e reconhecimento pelo trabalho.

Por seu turno, há menores probabilidades de essas trabalhadoras serem formalizadas, de terem suas carteiras de trabalho assinadas e de se encontrarem socialmente protegidas quanto aos riscos temporários ou permanentes de menor capacidade laboral ao longo da vida. Com base na Lei nº 5.859 de 1972, que define o trabalhador e a trabalhadora domésticos como “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”,¹⁸ em geral, têm sido excluídas as assim chamadas “diaristas”, dado o entendimento de que o serviço por elas prestado é de natureza descontínua. Esta indefinição das diaristas é percebida como fonte de maior precarização, e foco de disputas judiciais sobre a possibilidade de reconhecimento do seu vínculo

18. Ver Brasil (1972).

empregatício. Em decisão em maio de 2009, o Tribunal Superior do Trabalho asseverou a inexistência do vínculo, a partir do entendimento de que “o vínculo empregatício com o empregado doméstico está condicionado à continuação na prestação dos serviços, o que não se aplica quando o trabalho é realizado durante alguns dias da semana”.¹⁹ Com isso, as diaristas são bem menos formalizadas em comparação às trabalhadoras que desempenham funções em apenas um domicílio. Em 2009, a proporção de diaristas que contava com carteira assinada era 14,8%, enquanto para as mensalistas este índice era mais que o dobro, 31,1%.

A compreensão de que inexistente um vínculo trabalhista entre trabalhadoras e empregadores impacta negativamente o acesso a direitos e impõe à trabalhadora uma condição de autônoma que a afasta ainda mais da condição de proteção social, pois representa uma carga com a qual sua baixa remuneração não consegue arcar. Ademais, algumas possíveis vantagens desta ocupação – como maiores salários – parecem não encontrar respaldo suficiente quando se analisam os dados disponibilizados pela PNAD. As trabalhadoras domésticas em mais de um domicílio percebiam uma renda média de R\$ 421,65 em 2009, comparada a R\$ 371,89 entre aquelas que declararam trabalhar em somente um domicílio. Ou seja, a renda média das diaristas superou a das mensalistas em apenas R\$ 50, em média. O preço desta diferença, contudo, é a desproteção, podendo-se dizer que a aparente vantagem em remuneração das diaristas parece não se confirmar caso se considere também o “salário indireto”, no qual se contam todos os benefícios a que o trabalhador ou a trabalhadora com vínculo formal de emprego tem acesso. A classe trabalhadora, em sua maioria, é muito prejudicada pelos arranjos laborais mais flexíveis, que geram instabilidade, comprometem direitos e aumentam a vulnerabilidade. Os dados aqui apresentados indicam que esta situação se reproduz no caso do emprego doméstico.

4 TRABALHADORAS QUE RESIDEM E AS QUE NÃO RESIDEM NO LOCAL DE TRABALHO

Outra importante distinção entre as trabalhadoras domésticas pode ser identificada entre aquelas que residem nos domicílios em que trabalham e as que não residem. Em 2009, 2,7% das trabalhadoras domésticas residiam no mesmo domicílio em que trabalhavam, o que equivale a aproximadamente 181,4 mil mulheres. Este é um fenômeno mais frequente na região Nordeste, onde 5,3% das trabalhadoras

19. Acórdão da sétima turma do Tribunal Superior do Trabalho, Processo RR – 17676/2005-007-09-00. “Recurso de revista. Diarista que presta serviços, em residência, dois ou três dias na semana. Inexistência de vínculo empregatício”. Publicado no Diário da Justiça de 4 de maio de 2009. Na tentativa de dirimir definitivamente a querela sobre o que configuraria vínculo ou não no caso das diaristas, foi apresentado o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2009, que dispõe sobre a definição de diarista, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, com substitutivo do Senador Lobão Filho. O texto aprovado no Senado Federal prevê a inexistência de vínculo empregatício somente para a diarista que presta serviços até duas vezes por semana na mesma residência, tendo sido encaminhado para aprovação na Câmara dos Deputados em maio de 2010 e encontrando-se em tramitação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

residiam nos locais de trabalho, e bem menos usual no Sul, região na qual esta taxa é de 1,3%. Em relação à raça ou cor destas trabalhadoras, 3,1% das negras e 2,1% das brancas moravam nos mesmos domicílios de trabalho.

É possível observar uma forte tendência de queda na proporção de trabalhadoras que residem nos domicílios em que trabalham. De fato, em 1999, esta proporção era de 9%, alcançando 17,9% das trabalhadoras do Nordeste e 15,4% das do Norte. Desde então, a queda tem sido contínua, indicando que este tipo de ocupação é residual e cada vez menos se constitui em uma opção para as trabalhadoras. No entanto, vale ressaltar que, mesmo que prevaleça, na atualidade, a distinção entre local de trabalho e moradia, ainda existe uma demanda por trabalhadoras que possam dormir nos domicílios, especialmente por aquelas famílias que contam com crianças, idosos ou outras pessoas que necessitem de cuidados especiais.

Uma característica importante dessas trabalhadoras diz respeito à idade. Ao se observar o perfil de distribuição etária das trabalhadoras que moram em domicílios e das que não moram, é possível perceber algumas particularidades: *i)* prevalência de mulheres jovens: 30,8% dessas trabalhadoras tinham até 24 anos, proporção que é de apenas 15,7% no caso daquelas que não moram nos domicílios; e *ii)* proporção maior de mulheres idosas: 4,7% das trabalhadoras-residentes tinham 60 anos ou mais de idade, contra 3,7% das não residentes. Importante destacar que, apesar do apontado no item *i*, apenas na década aqui analisada, houve uma redução de mais de 20 p.p. na proporção de trabalhadoras-residentes com até 24 anos, que foi acompanhada pelo aumento, especialmente, do número de trabalhadoras-residentes na faixa etária entre 30 e 59 anos. Este mesmo movimento, porém, tem marcado a categoria de forma geral, como já foi apresentado no início deste texto. O importante a considerar é que, apesar de mudança tão expressiva na composição etária das domésticas, existe uma diferença considerável no perfil etário daquelas que moram e daquelas que não moram no domicílio.

Outra diferença expressiva, ainda nesse aspecto, refere-se à raça ou cor declarada das profissionais que residiam no mesmo ambiente em que trabalhavam, tal como aponta a tabela 2. Proporcionalmente, as trabalhadoras-residentes negras são mais jovens – 37,6% têm até 24 anos, contra 14,6% das brancas – e as brancas, mais velhas – 71,7% têm 30 anos ou mais de idade, contra 49% das negras. Destaquem-se em especial as trabalhadoras brancas com mais de 60 anos que respondiam por 10% do conjunto desta categoria, proporção que era de apenas 2,6% entre as negras. Estes dados parecem apontar para situações conhecidas da população brasileira, tais como: por um lado, a maior migração de jovens negras de baixa renda para trabalhar e morar nas casas de famílias de renda mais elevada nas grandes cidades e em situação de maior vulnerabilidade e desamparo familiar; e, por outro, a existência de outras oportunidades profissionais e perspectivas de vida para as trabalhadoras brancas mais jovens que, ou inserem-se em outras

ocupações, ou buscam uma relação mais profissional junto a empregadores e uma maior independência para suas vidas.

TABELA 2
Distribuição das trabalhadoras domésticas que moram e das que não moram nos domicílios em que trabalham no Brasil, segundo as faixas etárias e a raça ou cor (2009)

Faixas etárias	Branças		Negras		Total	
	Mora no domicílio	Não mora no domicílio	Mora no domicílio	Não mora no domicílio	Mora no domicílio	Não mora no domicílio
10 a 15 anos	-	2,1	2,5	2,8	1,7	2,5
16 a 17 anos	0,6	2,1	4,3	2,8	3,2	2,5
18 a 24 anos	14,0	8,5	30,8	12,0	25,9	10,7
25 a 29 anos	14,3	10,5	13,2	11,5	13,6	11,1
30 a 44 anos	37,6	42,8	29,2	42,7	31,5	42,8
45 a 59 anos	23,5	29,6	17,4	24,9	19,3	26,7
60 anos ou mais	10,1	4,4	2,6	3,2	4,8	3,7

Fonte: IBGE (2009).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Em relação à escolaridade, é possível perceber uma leve vantagem das trabalhadoras-residentes, que apresentavam, em 2009, 6,9 anos de estudo, contra 6,1 das que não moravam nos locais de trabalho. Entre as brancas residentes, este valor alcançava 7,5 anos de estudo (6,6 anos para as negras) e entre as brancas do Centro-Oeste a escolaridade superava, inclusive, o ensino fundamental, com 9,5 anos em média. Assim, morar no domicílio parece ser uma oportunidade para a ampliação do nível de escolaridade deste pequeno conjunto de trabalhadoras, mas também pode ser, por seu turno, simples reflexo da prevalência de mulheres jovens e mais escolarizadas nesta categoria.

O fato de a trabalhadora doméstica residir no local de trabalho parece favorecer o registro da carteira de trabalho. Segundo a PNAD, em 2009, das trabalhadoras domésticas que residiam no domicílio dos patrões, 44,9% tinham carteira assinada, enquanto entre aquelas que não residiam, esta proporção era de 25,8%. Esta situação não é isonômica entre as mulheres brancas e negras, pois entre as trabalhadoras negras que residiam no domicílio, 39,2% apresentaram carteira assinada, ao passo que entre as brancas, este índice subiu para 58,4%. Novamente fica clara maior precariedade na ocupação das negras.

Como já se poderia imaginar, pela própria natureza deste tipo de ocupação, as trabalhadoras que moram nos domicílios tendem a permanecer, em média, cerca de oito meses a mais no emprego em comparação àquelas que não moram no domicílio. Em 2009, elas permaneciam cerca de 91 semanas na ocupação, valor que era de 57 semanas para as que não moravam no domicílio. Entre 1999 e 2009, o aumento no tempo de permanência, verificado para a categoria de forma geral,

foi muito mais significativo para as que moravam no domicílio (34,3 semanas) que para as que não moravam (10,4 semanas). Contudo, a maior estabilidade no emprego não deve ser automaticamente associada à ideia de uma ocupação de maior qualidade. Muito provavelmente, parte desta estabilidade é explicada pela baixa mobilidade destas trabalhadoras, seja no que se refere às poucas perspectivas de mudança de ocupação, seja nas limitações impostas para mudança de domicílio. Outra possibilidade é que esta estabilidade seja uma manifestação da situação de grande submissão dessas trabalhadoras aos comandos de seus patrões.

O indicador de jornada total de trabalho permite identificar, entre os diferentes modelos de emprego doméstico existentes, aqueles nos quais as mulheres vivenciam condições de maior exploração de seu trabalho. Neste sentido, a conjugação de moradia e trabalho impõe às trabalhadoras a jornada total de trabalho mais extrema e exaustiva de todas, atingindo 75 horas semanais, contra 57,6 de horas vivenciadas por aquelas que não residem em seus locais de trabalho. A composição deste tempo total de trabalho engloba, para as trabalhadoras-moradoras – que, vale lembrar, constituem um grupo minoritário –, um total de 48 horas em atividades domésticas prestadas aos empregadores e outras 27 horas para os afazeres domésticos próprios. Entre as que não moravam no domicílio de trabalho, estes valores eram de, respectivamente, 35 e 22,6 horas (gráfico 11).

Importante ressaltar que, para as empregadas que residem em seus locais de trabalho, a distinção entre as atividades domésticas realizadas para si e para seus empregadores não é trivial, pois este tipo de ocupação dificulta a separação entre a vida privada e a vida profissional da trabalhadora. Ademais, ainda que fique bastante evidente o nível de exploração do trabalho destas mulheres a partir dos dados apresentados, pode-se supor que a jornada nos trabalhos profissionais seja ainda mais extensa, pois estas trabalhadoras, em geral, estão constante e ininterruptamente à disposição de seus empregadores, sendo difícil estimar precisamente o tempo que dedicam a eles.

De 1999 a 2009, verifica-se uma redução nas cargas totais de trabalho semelhante para ambas as categorias, sendo de quatro horas para as trabalhadoras-residentes e 4,6 horas semanais para as que possuíam domicílios próprios. Porém, a diferença encontra-se no componente da jornada responsável por esta redução. No primeiro caso, está relacionado à queda nas horas dedicadas aos afazeres domésticos em benefício das próprias trabalhadoras, ressaltando-se a estabilidade das horas gastas nas tarefas profissionais. Já para as não residentes, a queda está relacionada especialmente às jornadas no mercado de trabalho – o que, novamente, parece ter ligação com o crescimento das trabalhadoras diaristas – e provavelmente à maior disponibilidade de equipamentos eletrodomésticos nos domicílios de trabalho, reduzindo o tempo gasto nas atividades domésticas.

No caso da análise do número médio de dias trabalhados por semana, confirma-se a jornada mais extensa das trabalhadoras-residentes. Em 2009, enquanto as trabalhadoras que não moravam no local de trabalho dedicaram, em média, 4,6 dias da semana ao trabalho remunerado, as residentes trabalharam 6,3 dias. A média do número de dias trabalhados conjuga-se, assim, à média de horas semanais dedicadas ao trabalho (48,1 horas), confirmando que estas trabalhadoras têm, em média, menos de um dia de descanso por semana, o qual tende a ser comprometido em muitos casos pelo fato de a trabalhadora residir permanentemente no local de trabalho.

Em relação à remuneração, residir no domicílio no qual se trabalha leva a um incremento significativo na renda: as trabalhadoras domésticas que moravam no local de trabalho receberam, em 2009, uma renda média de R\$ 492,72 – valor superior ao salário mínimo e mais de R\$ 100 acima da renda daquelas que não moravam no domicílio dos patrões (R\$ 383,52). Entre os fatores que contribuem para este quadro, certamente está a maior prevalência de trabalhadoras com carteira de trabalho assinada entre aquelas que residem no local de trabalho.

Para estas trabalhadoras, há, ainda, a ideia de que auferem também uma renda não monetária em função de terem menores gastos com moradia e alimentação. Tal como alguns autores apontam,

se (...) morar em casa separada do trabalho é um ganho em termos de autonomia e na afirmação da identidade de mulher trabalhadora, esta possibilidade implica em outras dificuldades como pagar todos os gastos para manter uma casa, que os salários baixos, em geral, não permitem (FERREIRA, 2009, p. 28).

No entanto, é preciso considerar que, infelizmente, ainda é relativamente comum deparar-se com trabalhadoras submetidas a condições desumanas de moradia no interior destes domicílios – acomodadas em espaços sem privacidade ou condições mínimas de higiene, recebendo alimentação separada ou utilizando produtos de higiene pessoal de menor qualidade. Também é realidade para estas mulheres terem abatimentos em seus salários devido à utilização destes itens, ainda que a Lei nº11.324 de 2006 tenha proibido descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho.

A convergência entre domicílio de trabalho e de moradia é um fenômeno antigo na realidade brasileira e que apresenta características que o tornam pleno de contradições. Se, por um lado, as trabalhadoras que residem no domicílio em que trabalham apresentam maior escolaridade, permanecem mais tempo no emprego e possuem maiores taxas de formalização, por outro, vivenciam uma relação de pouco profissionalismo e, em geral, de muita exploração entre trabalhadoras e empregadores. Este modelo de vínculo levou à construção de representações – tão comumente percebidas nas relações entre as trabalhadoras domésticas e seus

empregadores – da doméstica “como se fosse da família” ou “quase da família”. Ao traduzir as relações de trabalho em termos afetivos relativos à esfera do parentesco, estes eufemismos escamoteiam relações de poder e de desigualdade que permeiam aquelas e enfraquecem a luta pela garantia dos direitos trabalhistas destas trabalhadoras. Somam-se a isto as potencialidades deste tipo de vínculo na configuração de um cenário de exploração e precariedade, uma vez que as trabalhadoras-moradoras estão, por exemplo, permanentemente à disposição do trabalho, tendo jornadas extensas e indissociáveis da sua própria existência no domicílio. Ademais, vivenciam uma situação de absoluta ausência de privacidade e constante deslocamento de suas realidades e de não pertencimento, o que dificulta a construção de suas próprias identidades.²⁰

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presente desde os tempos coloniais, o emprego doméstico é um dos traços mais evidentes das desiguais relações sociais no Brasil, concentrando e revelando, em sua existência, as conjunções perversas de uma cesta de desigualdades que incluem as de gênero, as de classe e as de raça. De fato, a existência deste tipo de ocupação pressupõe que as sociedades apresentam distribuições de renda fortemente desiguais, que permitem a trabalhadores contratarem e remunerarem, com seus salários – e não com lucros –, outros trabalhadores para exercerem as atividades de cuidados e reprodução social. Ademais, a herança escravista reserva à população negra este tipo de ocupação, marcada por boa parte das características de exploração, servidão, submissão e precariedade presentes nas relações escravistas do período pré-republicano brasileiro e que se estenderam até os dias de hoje. Finalmente, soma-se a estas desigualdades a naturalização da capacidade feminina para o exercício de atividades domésticas, quase como uma habilidade inata e inescapável das mulheres.

Este capítulo procurou focar a situação atual das trabalhadoras domésticas no Brasil – seu perfil e as características da relação de trabalho –, bem como buscar as principais mudanças ocorridas no período de 1999 a 2009. Assim, é possível perceber que o trabalho doméstico ainda se caracteriza pela desvalorização e precariedade. Trata-se de uma ocupação mal remunerada e com um persistentemente baixo grau de acesso a direitos. Com isso, tem-se um grande universo

20. Sobre as trabalhadoras domésticas que vivem no mesmo domicílio em que trabalham, Ferreira (2009) destaca a existência de impactos oriundos desta vivência cotidiana em famílias com renda significativamente superior às auferidas por elas, o que as levaria “muitas vezes, a viverem a vida das famílias para as quais trabalham. Este convívio pode ter como consequência a negação de sua própria condição e a eleição do padrão de vida da família empregadora como correto, é preciso salientar, entretanto, que não se trata apenas de uma questão econômica, mas também de valores, hábitos, costumes e cultura, e que estas influências, de alguma maneira, são recíprocas, embora, em geral, as elites lutem para afirmar seu padrão como o certo. Observamos [também] aprendizagens mútuas entre patroas/famílias e trabalhadoras” (Ferreira, 2009, p. 23).

de trabalhadoras no Brasil que, apesar de prestarem serviços essenciais para a sociedade e terem árduas jornadas de trabalho, não conseguem alcançar condições dignas de vida e de trabalho.

O expressivo envelhecimento da categoria, a pequena reposição geracional deste grupo de mulheres e a redução da desigualdade social verificada ao longo da década no país apontam para um cenário no qual o trabalho doméstico tende a se reduzir e a se tornar, cada vez menos, uma alternativa das famílias à ausência de equipamentos e serviços ofertados pelo Estado e que permitam o compartilhamento das tarefas de cuidados. A diminuição do peso do trabalho doméstico certamente terá repercussões significativas na sociedade brasileira, uma vez que esta se organizou – produtivamente – a partir da existência de uma mulher que, cuidando dos domicílios, filhos e parentes de outros trabalhadores, pode liberá-los para o exercício de suas atividades no mercado de trabalho.

No âmbito das famílias, os impactos da redução do trabalho doméstico apontam para a necessidade de que a distribuição de afazeres domésticos entre os membros familiares – e, especialmente, entre homens e mulheres – seja rediscutida, abrindo a possibilidade para mudanças culturais significativas. No caso dos impactos para o Estado, é importante considerar a possibilidade de aumento da pressão por políticas de cuidados, a exemplo das creches, que permitam às famílias compartilharem com as instituições públicas as suas responsabilidades neste campo e rompam com a histórica ausência do Estado na esfera das políticas de cuidados. Já para as trabalhadoras domésticas, este movimento pode representar uma perspectiva de profissionalização, organização e valorização da atividade.

Para a promoção da justiça social e do trabalho decente para as trabalhadoras domésticas, faz-se necessário, primeiramente, a isonomia de direitos trabalhistas e previdenciários. Cabe lembrar, ainda, a importância de equipamentos sociais como creches, escolas em tempo integral para as crianças e adolescentes, lavanderias e restaurantes comunitários, e outras políticas que possibilitem às trabalhadoras diminuírem sua jornada de trabalho total e se inserirem de maneira mais qualificada no mercado de trabalho. A participação das mulheres em atividades de formação e participação política pode facilitar a negociação de relações de trabalho mais justas e menos precárias.

A superação da informalidade do trabalho doméstico – que concentra a maior parte da população ocupada feminina e das mulheres negras – demanda, além da equiparação de direitos com as demais categorias urbanas, mudança na construção do sentido social sobre este trabalho e a compreensão de que a exclusão histórica, cultural, econômica e social vivenciada pelas mulheres tem sido

reproduzida e mantida ao serem estruturadas as relações precárias de trabalho nos espaços domésticos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, 1972.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 3.197, de 5 de outubro de 1999. Promulga a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre férias anuais remuneradas (revista em 1970), concluída em Genebra, em 24 de junho de 1970. Brasília, 1999.

_____. Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001. Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro-desemprego. Brasília, 2001.

_____. Lei nº 11.324, de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações**. 3. ed. Brasília: MTE, 2007.

_____. **Observatório Brasil da igualdade de gênero: impacto da crise sobre as mulheres**. Brasília: Ipea; SPM; OIT, 2009.

_____. Portaria Interministerial MPS/MF nº 568, de 31 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social (RPS) e revoga a Portaria Interministerial nº 333, de 29 de junho de 2010. 2010. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/65/MF-MPS/2010/568.htm>>.

BERNARDINO-COSTA, J. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2007a.

_____. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 7, n. 14, p. 311-345, jan./jun. 2007b.

DULTRA, E. V. B.; MORI, N. (Orgs.). **Trabalhadoras domésticas em luta: direitos, igualdade e reconhecimento**. Brasília: CFEMEA; ACIDI/CIDA, 2008.

FERREIRA, J. S. Gênero, trabalho doméstico e identidades: o necessário diálogo. **Revista Fato & Versões**, v. 1, n. 2, p. 17-32, 2009.

IBGE– INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 1999-2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PNAD 2008: primeiras análises. **Comunicado da Presidência**, nº 32, Brasília, 2009.

_____. **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010.

SANCHES, S. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 879-888, 2009.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: 1995-2009

Sergei Soares*

1 INTRODUÇÃO

Já que a distribuição de renda inclui todas as rendas de todas as pessoas, sua análise engloba uma imensidão de possíveis abordagens. Neste texto, serão escolhidos três aspectos que se espera que sejam complementares.

O primeiro é a análise e a decomposição por fatores da queda da desigualdade de 1995 a 2009, com ênfase, evidentemente, nos 12 meses entre setembro de 2008 e 2009.

O segundo é a continuação da queda da pobreza, que segue em 2009.

Finalmente, analisa-se rapidamente o crescimento de renda por 20ª da sua distribuição.

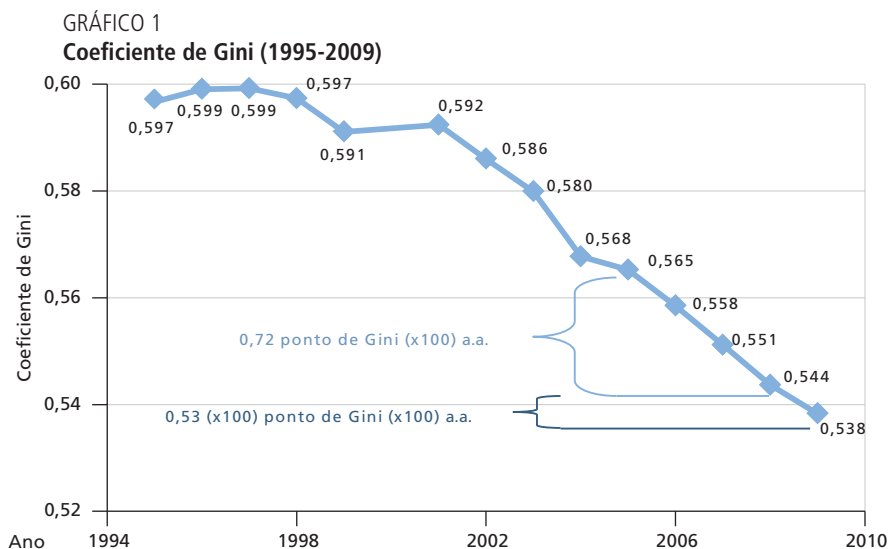
As principais conclusões estão as seguir.

1. A desigualdade continua sua queda em 2009, mas a um ritmo um pouco menor que nos anos anteriores. De 2005 a 2008, o coeficiente de Gini teve queda, em média, de 0,72 ponto (x100) ao ano (a.a.); de 2008 a 2009, este regrediu apenas 0,53 ponto.
2. Essa diminuição do ritmo não é preocupante nem indica o início de tendência de menor redução da desigualdade. A redução do ritmo foi resultado apenas de mercado de trabalho negativamente, porém temporariamente, impactado pela crise financeira. As medidas de combate aos efeitos da crise, como o aumento do salário mínimo (SM), parecem ter mitigado os efeitos negativos do mercado de trabalho.
3. A pobreza continua tendo queda para todas as linhas de pobreza. A queda do hiato de pobreza é tão forte que, hoje, este é pouco mais que 1% da renda, para uma linha de pobreza mediana.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2 A DESIGUALDADE CONTINUA DIMINUINDO, MAS A UM RITMO UM POUCO MENOR

O gráfico 1 mostra que a queda da desigualdade da renda domiciliar *per capita* iniciada de 2001 para 2002 continua em 2009. No entanto, a evolução do coeficiente de Gini revela que o ritmo desta queda se reduziu um pouco. De 2001 a 2008, a desigualdade medida por este coeficiente teve queda, em média, de 0,70 ponto de Gini (x100) a.a. De 2005 a 2008, o ritmo foi um pouco mais forte e a desigualdade teve queda de 0,72 ponto de Gini (x100) a.a. Já de 2008 a 2009, esta última diminuiu um pouco menos: 0,52 ponto.



Fonte: Microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios 1995 a 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADs/IBGE).

Obs.: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Essa redução é flutuação estatística, algo natural ou o início de uma tendência preocupante? O dado exposto no gráfico 1 não fornece elementos para fazer tal julgamento. Para tanto, é necessário ver a anatomia da queda na desigualdade.

Felizmente, uma decomposição da desigualdade por fonte de renda não é difícil. Para tanto, basta saber o coeficiente de concentração (apêndice) e o peso de cada renda na renda total. A fórmula a seguir mostra como as mudanças neste coeficiente estão relacionadas às mudanças na desigualdade geral.¹

$$\Delta G = \sum_k [\bar{\mu}_k \Delta C_k + (\bar{C}_k - \bar{G}) \Delta \mu_k]$$

1. As definições dos coeficientes de Gini e de concentração encontram-se no apêndice.

A fórmula já referida mostra que diminuição da concentração de *qualquer* renda contribui para aumentar a igualdade, assim como aumento no peso de uma renda *menos* concentrada que o Gini. De modo inverso, um aumento na concentração de qualquer renda contribui para elevar a desigualdade e aumentar o peso de renda *mais* concentrada que o Gini também.

Neste trabalho, a decomposição fatorial da renda domiciliar *per capita* será a seguir.

1. Renda do trabalho, que pode ser subdividida em renda do trabalho indexada ao SM e demais rendas do trabalho.
2. Renda da Previdência Social, que pode ser subdividida na renda que é indexada a um SM e naquela que não é igual a um SM de setembro daquele ano.
3. Renda dos programas de transferência de renda focalizados, que pode ser subdividida em renda do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
4. Demais rendas, categoria residual que inclui a mal medida renda do capital na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), as transferências de outros domicílios, as rendas pouco relevantes, como o abono de permanência, e quaisquer outras rendas que não se enquadram nas demais categorias.

Antes de fazer as decomposições, muito pode ser aprendido simplesmente analisando-se o comportamento de cada fonte de renda. Começa-se com os coeficientes de concentração para depois comentar o peso de cada fonte de renda e, finalmente, a contribuição de cada uma para a desigualdade.

No caso das rendas do trabalho e da Previdência Social, mostra-se sempre o coeficiente de concentração das rendas do trabalho e previdenciária total, além daqueles calculados a partir das rendas indexadas e não indexadas ao SM.

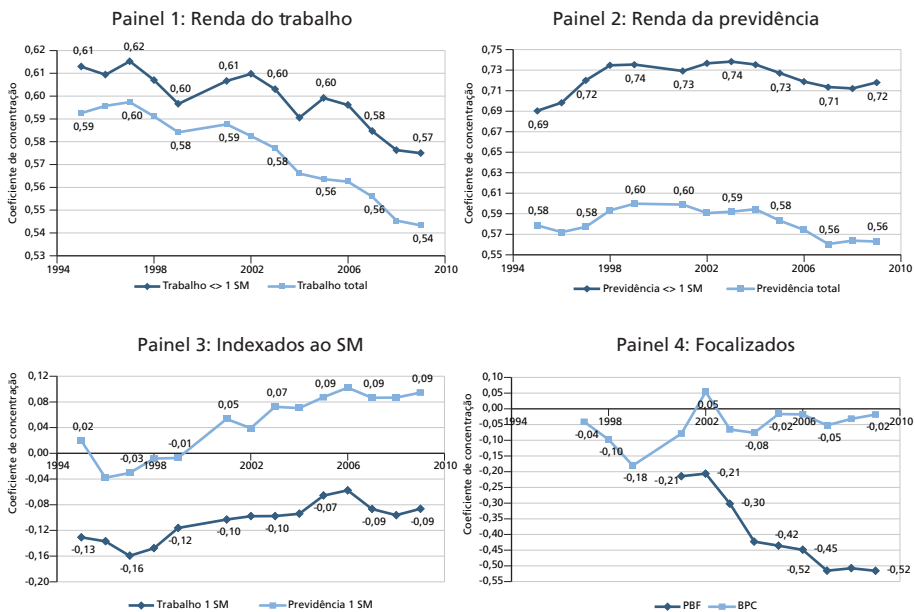
O painel 1 mostra que a desconcentração da renda do trabalho como um todo começa a partir de 1997 e segue quase de modo linear até 2009. Seu coeficiente de concentração em 2009 era 5,4 pontos (x100) menor que em 1997. As possíveis causas desta desconcentração vão desde causas demográficas, como convergência no tamanho das famílias e melhorias educacionais, até políticas como a valorização do SM.

A concentração da renda do trabalho não indexada ao SM diminuiu bem menos que a da renda do trabalho como um todo. Isto é consequência matemática da divisão da renda do trabalho em indexada e não indexada ao SM e do aumento do SM. Mas até mesmo a concentração da renda do trabalho não indexada ao SM teve queda de 4 pontos (x100) de 1997 a 2009.

As aposentadorias e as pensões dos diversos sistemas da Previdência pública contam outra história. O painel 2 mostra que a renda da Previdência total concentrou-se de 1995 a 1999, permaneceu mais ou menos estável até 2003 e só começou a remar em direção à igualdade apenas a partir de 2004. A dinâmica da concentração da Previdência Social é mais complexa que a da renda do trabalho, mas tem relação com a alta regressividade de aposentadorias e pensões não indexadas ao SM, cujo coeficiente de concentração (x100) atingiu quase 74 em 2003.

O painel 3 mostra os coeficientes de concentração das rendas do trabalho e da Previdência Social indexadas ao SM. Ambos aumentam no tempo, o que é consequência matemática do aumento do valor do SM. No entanto, os valores destes coeficientes para rendas indexadas ao SM são bem inferiores aos demais observados até agora. Enquanto os coeficientes de concentração do trabalho e da Previdência não indexados variam de quase 74 a 54, a concentração das rendas do trabalho e da Previdência indexadas ao SM situa-se em 9 e -9 pontos de Gini (x100), respectivamente. São justamente estes coeficientes de concentração progressivos que levam ao poder distributivo destas rendas.

GRÁFICO 2
Coeficientes de concentração (1995-2009)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE 1995 a 2009.

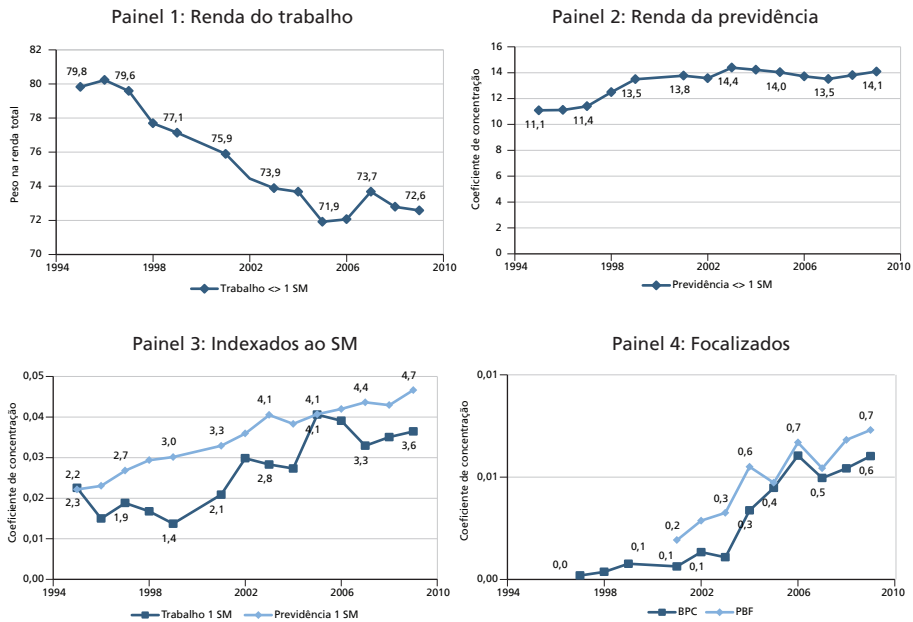
Obs: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Finalmente, há as transferências focalizadas: o BPC e o PBF. A concentração do BPC permanece próxima de 0, o que equivale a uma renda distribuída igualmente entre todos; já o PBF é altamente pró-pobre, com coeficientes próximos de -50. O fato de o BPC ser focalizado o leva a ser altamente pró-pobre, mas como o benefício é relativamente elevado, este leva seus beneficiários a subirem muitos centésimos na distribuição de renda, reduzindo sua progressividade. Já o benefício do PBF é relativamente modesto, o que mantém seu coeficiente de concentração altamente progressivo.

Os coeficientes de concentração contam apenas metade da história de contribuição de cada fonte de renda. O peso de cada uma na renda total é tão importante quanto sua concentração. Por exemplo, se se limitar aos valores destes coeficientes, a conclusão seria que fontes de renda indexadas ao SM concentraram renda durante a última década e meia, o que certamente não é verdade. Veja-se o comportamento de cada fonte.

A importância da renda do trabalho – não indexada – teve queda de quase 80% para pouco mais que 72% da renda total ao longo do período, deixando-a ainda como, de longe, a fonte de renda mais importante.

GRÁFICO 3
Coeficientes de concentração (1995-2009)
 (Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE 1995 a 2009.

Obs.: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

A renda da Previdência Social não indexada ao SM aumentou rapidamente até 2003, de 11% para mais que 14% da renda total, mas depois permaneceu mais ou menos estabilizada neste valor. Foi justamente o aumento desta regressiva fonte de renda que impediu uma queda no coeficiente de Gini nos anos 1990, quando a renda do trabalho já começava a desconcentrar-se.

De modo complementar, a renda do trabalho indexada ao SM aumentou de pouco mais que 2% para quase 4% da renda total das famílias; a renda da Previdência Social indexada subiu de pouco mais que 2% para mais que 5% da renda total. Dadas que estas são rendas fortemente pró-pobre, os aumentos de seus pesos na renda total foram importantes fatores de distribuição de renda.

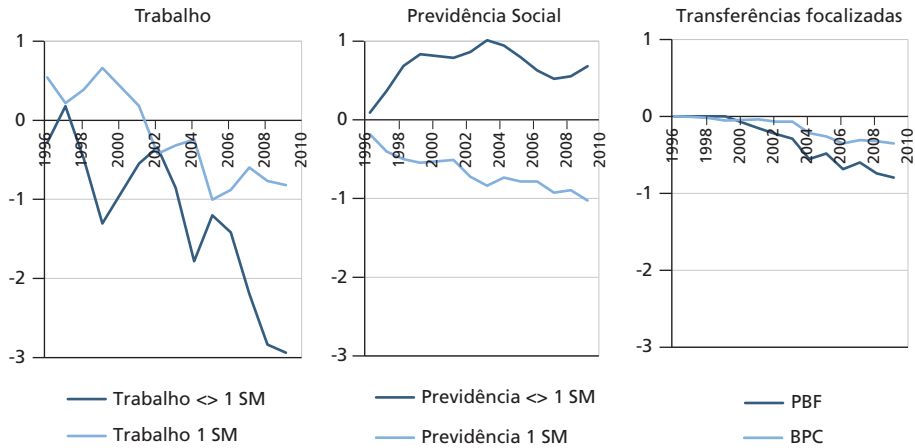
Finalmente, o aumento das transferências de renda focalizadas foi expressivo: de 0% para algo próximo de 0,7% da renda total tanto para o BPC como o PBF. Continuam, no entanto, rendas muito limitadas, que juntas não chegam a 1,5% da renda das famílias.

Colocando-se tudo junto, é possível avaliar a contribuição de cada fonte de renda para a redução do coeficiente de Gini de 1995 a 2009, que se encontra nos três painéis do gráfico 4. Os eixos destes painéis foram colocados na mesma escala para que as contribuições de cada fonte de renda possam ser facilmente comparadas.

O gráfico 4 deve ser lido de modo um pouco diferente dos anteriores. Nos gráficos 1 a 3, os números referem-se a uma medida feita em dado ano. Por exemplo, no gráfico 1, o número 0,538 concerne ao coeficiente de Gini medido *em* 2009. No gráfico 4, os números representam a contribuição acumulada de dada fonte de renda de 1994 até dado ano. Por exemplo, no painel 1, a série referente ao trabalho indexado ao SM termina no número -0,8, indicando que, de 1995 até 2009, esta renda reduziu este coeficiente em 0,8 ponto (x100).

GRÁFICO 4

Contribuição acumulada para a queda da desigualdade (1995-2009)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE 1995 a 2009.

Obs: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Os três painéis mostram claramente a dominância das rendas do trabalho para a redução da desigualdade. Não chega a ser surpresa, dada a predominância destas rendas na renda total. Também é interessante que a contribuição da renda do trabalho, apesar de oscilante, tenha sido quase contínua ao longo do período 1995-2009.

Com relação à Previdência Social, o gráfico 4 confirma o que os anteriores sugeriram: os benefícios indexados ao SM contribuíram para a redução da desigualdade, mas os demais remaram na direção oposta. A resultante passa a ser distributiva apenas a partir de 2006.

Finalmente, as transferências focalizadas contribuíram de modo secundário para a queda da desigualdade. Mas que esta contribuição seja até visível, dada a reduzida importância destas rendas na renda das famílias, não deixa de ser impressionante.

Agora, já se está em condição de especular de modo um pouco mais informado sobre a aparente desaceleração da queda de 2008 a 2009. A tabela 1 mostra a contribuição de cada fonte de renda de 2007 a 2008 e de 2008 a 2009. Esclarece-se que o responsável pela desaceleração foi o mercado de trabalho. De 2007 a 2008, as rendas oriundas do mercado de trabalho levaram a uma queda de 0,81 ponto (x100) de Gini; no entanto, de 2008 a 2009, esta foi de apenas 0,15 ponto. Dado que este período coincidiu com a retração temporária do mercado de trabalho causada pela crise financeira, a desaceleração do ritmo de queda da desigualdade não chega a preocupar.

TABELA 1
Contribuições
 (2007-2009)

Fonte	2007-2008	2008-2009
Trabalho = 1 SM	-0,643	-0,102
Trabalho 1 SM	-0,169	-0,053
Trabalho	-0,813	-0,155
Previdência Social = 1 SM	0,031	0,130
Previdência Social 1 SM	0,032	-0,131
Previdência Social	0,063	-0,001
PBF	-0,142	-0,057
BPC	-0,017	-0,026
Transferências focalizadas	-0,159	-0,083
Outras	0,158	-0,298
Total	-0,751	-0,536

Fonte: Microdados das PNADs/IBGE 1995 a 2009.

Obs.: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

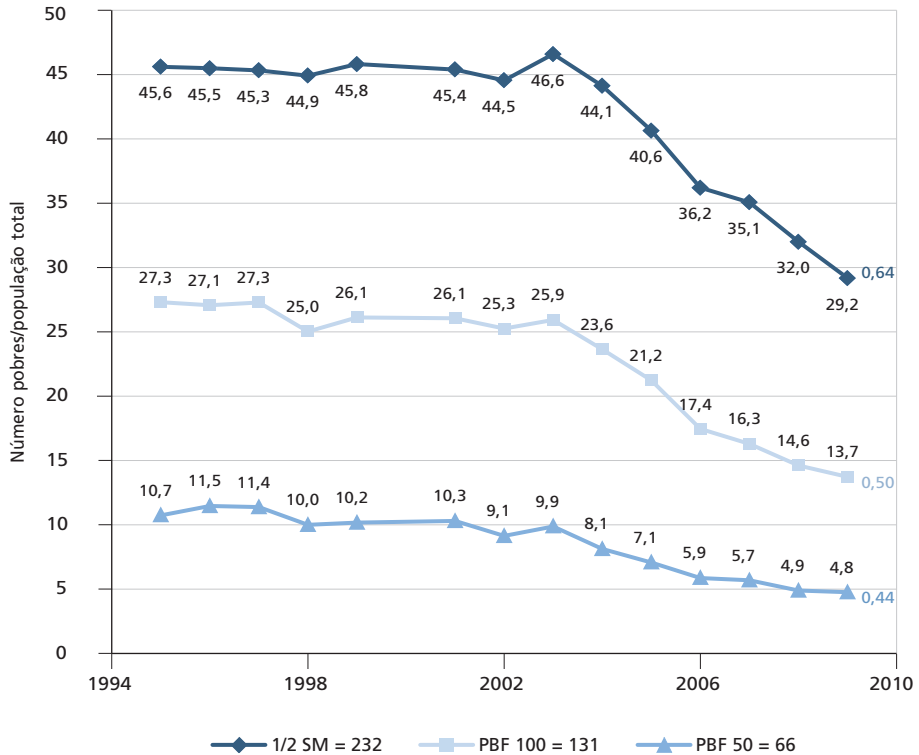
Outro resultado interessante é que a Previdência Social indexada ao SM passou a contribuir novamente para a queda da desigualdade, como resultado do aumento expressivo do SM.

3 A POBREZA CONTINUA TENDO FORTE QUEDA

Apesar de referir-se apenas a uma parte da distribuição de renda, a análise da pobreza é relevante por ser parte especialmente importante. São justamente os pobres aqueles que pouco ou nada têm; aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade. Portanto, seu bem-estar é um dos importantes testes civilizatórios para qualquer sociedade.

O gráfico 5 mostra a proporção de pobres segundo três linhas de pobreza diferentes: meio SM de 2009 (linha relativamente alta), a linha de pobreza do Bolsa Família quando da criação do programa (R\$ 100,00 de 2004) e a linha de pobreza extrema deste (R\$ 50,00 de 2004 – linha relativamente baixa). A legenda mostra os valores em reais de 2009. Os números no final de cada série revelam o quanto a taxa de pobreza teve queda de 1994 a 2009.

GRÁFICO 5
Proporção de pobres segundo três linhas
 (Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE 1995 a 2009.

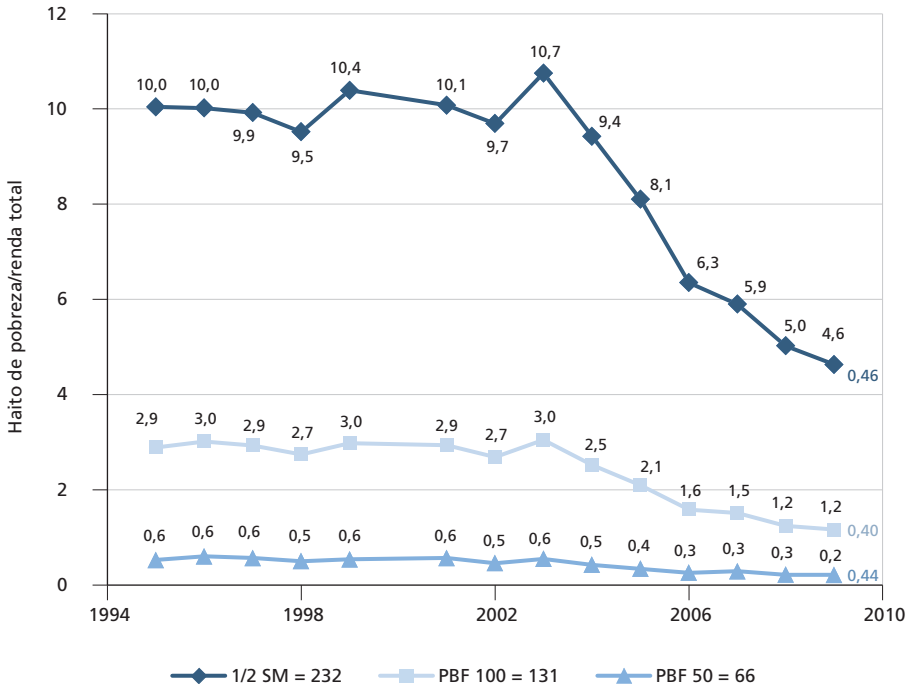
Obs.: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

A proporção da população brasileira vivendo com menos que a linha de pobreza está em queda forte desde 2003. Isto ocorre qualquer que seja a linha usada, mas tem incidência mais forte usando-se linhas mais baixas. Utilizando-se a linha de meio SM de 2009, a pobreza teve queda de 64% do seu valor de 1995 – não chegou a diminuir correspondência à metade do valor daquele ano; já se usando a linha de R\$ 50,00 de 2004, a pobreza teve queda de 44% do valor de 1995. Isto, é claro, é consequência de distribuição de renda cada vez mais igualitária.

Não apenas há menos pobres, como também as pessoas que ainda o são, são menos pobres. O gráfico 6 mostra o hiato de pobreza, como porcentagem da renda total das famílias. Este hiato é a renda necessária para levar todos os pobres até a linha de pobreza, se houver focalização perfeita. Portanto, o hiato de pobreza reduz-se quando há menos pobres ou os que restam são menos pobres que antes.²

2. O hiato como porcentagem da renda total pode também ter queda se a renda total também aumentar.

GRÁFICO 6
Hiato de pobreza/renda total
 (Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE 1995 a 2009.

Obs.: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

As quedas são ainda mais impressionantes que no caso da proporção de pobres. Até a linha de meio mínimo de 2009 mostra quedas superiores a 50% da medida de pobreza. Isto ocorre por que as melhorias na renda dos mais pobres também aparecem no hiato de pobreza.

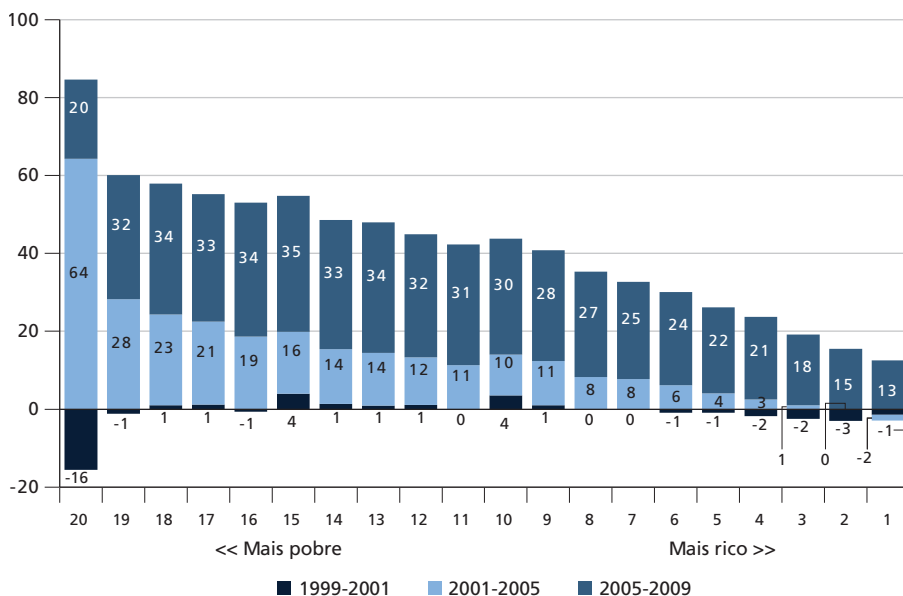
4 RESUMO DAS MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA POR VIGÉSIMO

De 1995 a 2009, houve três períodos claramente diferentes na evolução na distribuição de renda. O primeiro, que vai de 1995 a 2001 – ou 1999 –, caracteriza-se por estabilidade em todos os sentidos. Não há mudanças na desigualdade nem na renda média. De 2001 – ou 1999 – até 2005, a renda média pouco aumenta, mas a queda da desigualdade já é fato bem estabelecido. Finalmente, de 2005 a 2009, o Brasil entra no melhor dos mundos: aumentos de renda grandes ocorrendo concomitantemente com a queda continuada da desigualdade.

O gráfico 7 mostra o crescimento por vigésimo da distribuição de renda em cada um desses períodos. Cada barra representa o crescimento total de um subperíodo, e não o crescimento anualizado.

Os números em vermelho mostram o crescimento da renda de 1999 a 2001. É visível que não houve crescimento substantivo para ninguém. O vigésimo mais pobre perdeu muita renda. Não foi um período feliz em termos distributivos.

GRÁFICO 7
Taxas de crescimento por vigésimo
(Em %)



Fonte: Microdados das PNADs/IBGE 1995 a 2009.

Obs.: Brasil, salvo as áreas rurais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

De 2001 a 2004, houve pouco crescimento geral (a renda total aumentou em meros 3,6%, mas o pouco crescimento que houve se distribuiu muito diferentemente entre vigésimos). Enquanto o vigésimo mais rico perdeu renda e os dois seguintes permaneceram no zero a zero, o vigésimo mais pobre teve sua renda aumentada em 64%. Os vigésimos intermediários obtiveram ganhos, bem, intermediários. Há uma “escadinha” quase perfeita subindo do vigésimo mais rico para o mais pobre.

De 2005 a 2009, todos os vigésimos experimentaram fortes ganhos de renda. As pessoas na metade inferior da distribuição de renda foram as que mais viram suas rendas crescerem: estas aumentaram entre 31% e 35% – salvo os 5% mais pobres. As pessoas da metade mais rica viram suas rendas crescer de 13% a 30% – um bom aumento, mas bem menos que os mais pobres. Isto se chama redistribuição de renda.

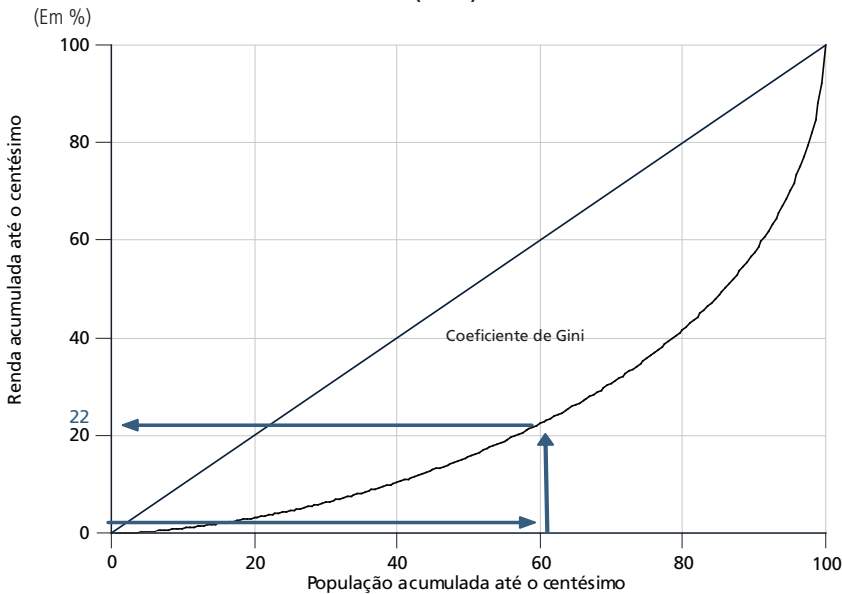
APÊNDICE

Os coeficientes de Gini e de concentração

A medida de desigualdade usada neste texto é o coeficiente de Gini, calculado a partir de Curva de Lorenz. Esta curva se desenha ordenando-se os indivíduos do mais pobre para o mais rico e acumulando-se, no eixo horizontal, a população até dado centil e, no eixo vertical, a renda detida pela população até este centil. O gráfico A.1 mostra a Curva de Lorenz para o Brasil de 2009.

GRÁFICO A.1

Curva de Lorenz e coeficiente de Gini (2009)



Fonte: PNAD – microdados.

Elaboração: Disoc/Ipea.

A Curva de Lorenz mostra a porcentagem da renda detida pelos $x\%$ mais pobres da população em questão. Por exemplo, para o Brasil de 2009, para saber a porcentagem da renda detida pelos 60% mais pobres, segue-se o eixo horizontal até chegar ao percentil de 60%, sobe-se até a curva e lê-se o valor, 22%, no eixo vertical.

O coeficiente de Gini nada mais é que o dobro do valor da área entre a Curva de Lorenz e a reta ligando os pontos (0%, 0%) e (100%, 100%). Qualquer Curva de Lorenz começa no ponto (0%, 0%), já que 0% das pessoas vão sempre deter 0% da renda, e termina no ponto (100%, 100%), já que sempre a população inteira deterá a totalidade da renda. Uma Curva de Lorenz que é uma reta entre estes dois pontos que se chama reta da igualdade perfeita, uma vez que corresponde

a uma distribuição de renda perfeitamente igualitária. O afastamento de dada distribuição de renda da igualdade é medido pelo dobro da área entre sua Curva de Lorenz e a reta da igualdade perfeita. Dobra-se o valor para obter coeficiente que varie entre 0 e 1, e não entre 0 e 1/2. Para fins analíticos, chamar-se-á o coeficiente de Gini de G .

Frequentemente, é possível dividir a renda em diferentes fontes cuja soma é toda a renda – renda do trabalho, de aposentadorias, dos programas de transferência de renda e outras rendas, por exemplo. A condição analítica é que a soma dos pesos das rendas seja a renda total. Ou seja, se μ_k for o peso da renda k na renda total: $\sum \mu_k = 1$. É possível construir uma espécie de Curva de Lorenz, chamada de curva de concentração, que indica o grau de progressividade de cada tipo de renda. O procedimento é análogo àquele usado para construir a Curva de Lorenz, mas com diferença importante: ordena-se a população pela *renda total* – e não a renda cuja concentração vai ser medida; acumula-se novamente a população no eixo horizontal e a renda no eixo vertical.

Essa diferença no critério de ordenamento é crucial por que uma Curva de Lorenz sempre estará abaixo da reta da igualdade perfeita, uma vez que nunca os 10% mais pobres – por exemplo – podem deter mais que 10% da renda. Caso contrário, não seriam os 10% mais pobres. Já uma curva de concentração pode perfeitamente estar acima da reta da igualdade perfeita, uma vez que é perfeitamente possível que os 10% mais pobres tenham qualquer porcentagem – até 100% – de dada fonte de renda.

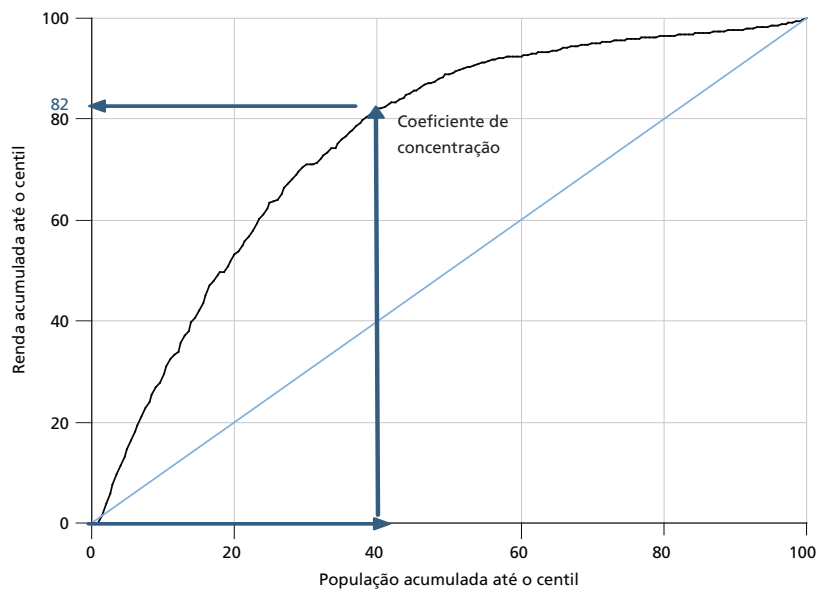
O gráfico A.2 mostra a curva de concentração para o Bolsa Família em 2009. Para saber que porcentagem do Bolsa Família estava nas mãos dos 40% mais pobres, segue-se o eixo horizontal até chegar ao centil de 40%, sobe-se até a curva de concentração e lê-se no eixo vertical a porcentagem de 82%.

Analogamente ao coeficiente de Gini, o dobro da área entre a reta da igualdade perfeita e a curva de concentração chama-se coeficiente de concentração, mas com a importante diferença de que áreas acima da reta da igualdade entram negativamente. É possível, portanto, ter coeficientes de concentração negativos se a renda à qual se referem estiver mais que proporcionalmente nas mãos dos mais pobres.

GRÁFICO A.2

Curva e coeficiente de concentração para o Bolsa Família (2009)

(Em %)



Fonte: PNAD – microdados.

Elaboração: Disoc/Ipea.

CONDIÇÕES DE MORADIA, SANEAMENTO BÁSICO E MOBILIDADE URBANA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DA PNAD 2009*

Maria da Piedade Morais**

Carlos Henrique Carvalho***

Paulo Augusto Rego****

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Art. 182 da Constituição Federal de 1988 – CF (BRASIL, 1988) “a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. O Art. 21, inciso XX, por seu turno, elenca entre as competências da União a “instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”.

O direito à moradia adequada está contemplado entre os direitos estabelecidos pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ratificado pelo Brasil, e foi incorporado ao texto da CF através da Emenda Constitucional nº 26, de 10 de fevereiro de 2000, que alterou o Artigo 6º.¹ Embora o direito à água e ao saneamento ambiental não constem explicitamente do texto constitucional, pode-se afirmar que eles estão contemplados indiretamente, como um dos principais componentes dos direitos à moradia adequada (BRASIL, 1988, Art. 6º), à saúde (BRASIL, 1988, Art. 196) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988, Art. 225).

Em 2010, o Brasil também apoiou a aprovação da Resolução A/RES/64/292 da Assembleia Geral das Nações Unidas (UN-HABITAT, 2010a) e da Resolução

* Os autores agradecem o apoio de Raony Silva Nogueira, pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea, e de George Alex da Guia, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

**** Pesquisador Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

1. O Artigo 6º da CFI de 1988 estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A/HCR/15/L.14 do Conselho de Direitos Humanos (UN-HABITAT, 2010b), que reconheceram que os direitos à água e ao esgotamento sanitário são direitos humanos essenciais para a realização dos demais direitos humanos. Emanam indiretamente do direito à moradia adequada e à melhoria de todos os aspectos de higiene estabelecidos nos Artigos 11.1 e 12.2 do PIDESC (ONU, 2000), e nesse sentido, representam uma obrigação legal para o Estado brasileiro, que deverá respeitar, proteger e garantir estes direitos à população nacional.

O texto constitucional brasileiro atribui ainda ao transporte coletivo o *status* de serviço público de caráter essencial em seu Art. 30 (BRASIL, 1988), que trata das competências municipais. Questões relativas à acessibilidade a bens e serviços públicos são tratadas nos Artigos 227 e 244 da CF.

Por sua vez, a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os Artigos 182 e 183 da CF e inclui entre as diretrizes gerais da política urbana a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Art. 2º, inciso I).

Dessa forma, pode-se considerar que acesso a condições adequadas de habitação, saneamento básico e mobilidade urbana constituem direitos humanos fundamentais para a garantia de um padrão de vida adequado, da salubridade ambiental dos assentamentos e da dignidade da pessoa humana.

Este capítulo analisa as condições de habitação, saneamento básico e mobilidade urbana da população brasileira, com base em variáveis coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), destacando os principais resultados para o ano de 2009. O trabalho utiliza como elemento norteador para a elaboração dos indicadores um conceito amplo de moradia adequada adotado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que não se refere apenas a ter um teto sobre a cabeça, mas que considera um conjunto de parâmetros mínimos de adequação da moradia, como: segurança da posse; espaço adequado; durabilidade estrutural; acessibilidade econômica; disponibilidade de serviços de saneamento básico (água, esgoto e resíduos sólidos) e energia elétrica; e acessibilidade física ao local de trabalho e aos equipamentos urbanos, entre outros atributos (COHRE; UN-HABITAT, 2000).

Procura-se ainda apresentar para o caso da habitação e do saneamento básico os indicadores recomendados pelo sistema das Nações Unidas para o monitoramento do alcance da meta 10 (ONU, 2003) e da meta 11 (UN-HABITAT, 2003) do sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM),²

2. A meta 10 do ODM 7 trata da redução pela metade na proporção da população sem acesso a água potável e a condições melhoradas de esgotamento sanitário até 2015. A meta 11 refere-se à melhoria das condições de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários até 2020. A coleta e a disposição final dos resíduos sólido assim como a mobilidade urbana, não são tratadas explicitamente pelas metas dos ODMs.

que trata da garantia da sustentabilidade ambiental. A apresentação dos dados considera diferentes recortes espaciais e socioeconômicos.

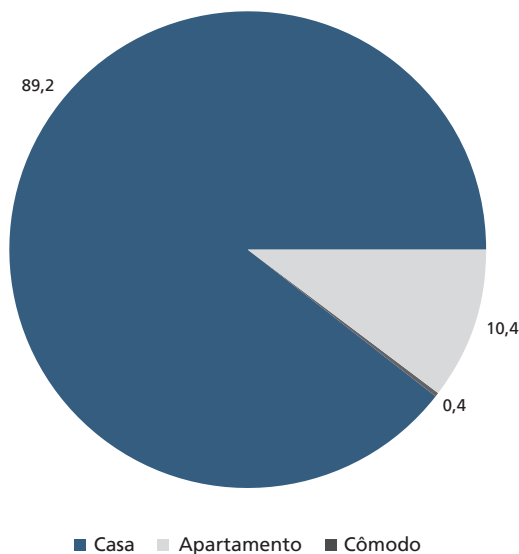
2 HABITAÇÃO

2.1 Características gerais dos domicílios brasileiros³

No Brasil é possível monitorar anualmente as condições habitacionais e variáveis relativas à forma de ocupação da moradia através da PNAD, que apresenta uma série de informações detalhadas sobre os domicílios brasileiros.

Especificamente no ano de 2009 (IBGE, 2010), o estoque de domicílios particulares permanentes, aqueles construídos para fins residenciais, era de 58,6 milhões, 85,1% dos quais localizados em áreas urbanas, sendo 43,9% na região Sudeste, a mais populosa do país. Este estoque domiciliar era constituído sobretudo por casas, com 89,2%, 10,4% de apartamentos e 0,38% de domicílios do tipo cômodo. As Regiões Metropolitanas de Brasília, Salvador e Rio de Janeiro são as mais verticalizadas, apresentando uma maior participação de edifícios de apartamentos no estoque habitacional (27%, 26,6% e 24,1%, respectivamente).

GRÁFICO 1
Tipo de domicílio (2009)
(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

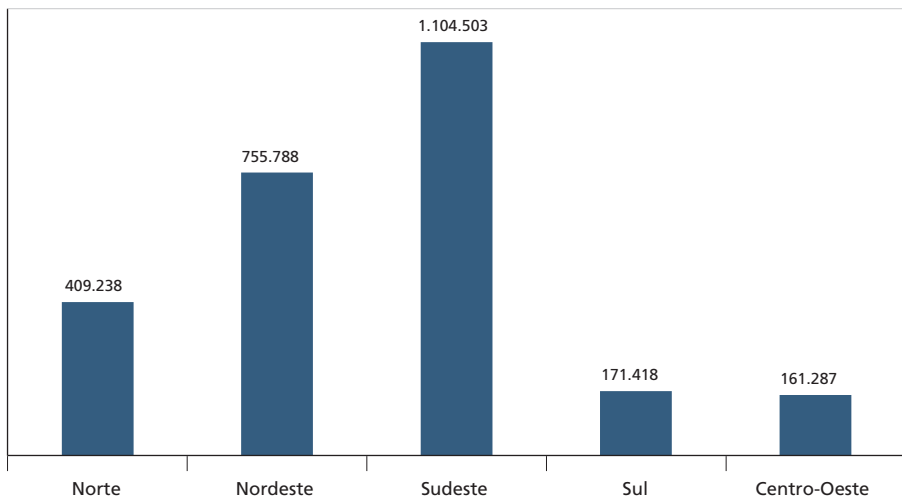
Elaboração dos autores.

3. Seção baseada em Morais (2011).

A PNAD 2009 (IBGE, 2010) registra ainda a existência de 69 mil domicílios particulares improvisados e 49,4 mil domicílios coletivos. No que se refere à durabilidade estrutural, 98,3% dos domicílios particulares permanentes apresentam paredes construídas de materiais duráveis como alvenaria e madeira aparelhada e 98,2% possuem tetos permanentes (telha, laje de concreto e madeira aparelhada).

A densidade no interior dos domicílios tem caído ao longo do tempo, refletindo uma diminuição nas taxas de fertilidade e um aumento no número de pessoas morando sozinhas, alcançando 3,3 pessoas por domicílio e 1,7 pessoas por dormitório em 2009. Em termos relativos estas densidades são mais pronunciadas na zona rural, nos setores especiais de aglomerados subnormais, que correspondem *grossa modo* a favelas e outros assentamentos com características socioeconômicas semelhantes, e nas regiões Norte e Nordeste do país, onde predominam famílias mais numerosas e condições habitacionais mais precárias. O problema da superlotação domiciliar atinge 2,6 milhões de domicílios brasileiros, que possuem densidade superior a três pessoas por cômodo utilizado como dormitório. Estes domicílios se concentram, em termos absolutos, nas áreas urbanas (80,1%) e na região Sudeste do país (42,4%), refletindo a maior concentração populacional e uma intensa demanda por solo urbanizado nestas áreas.

GRÁFICO 2

Domicílios com adensamento excessivo por grande região (2009)

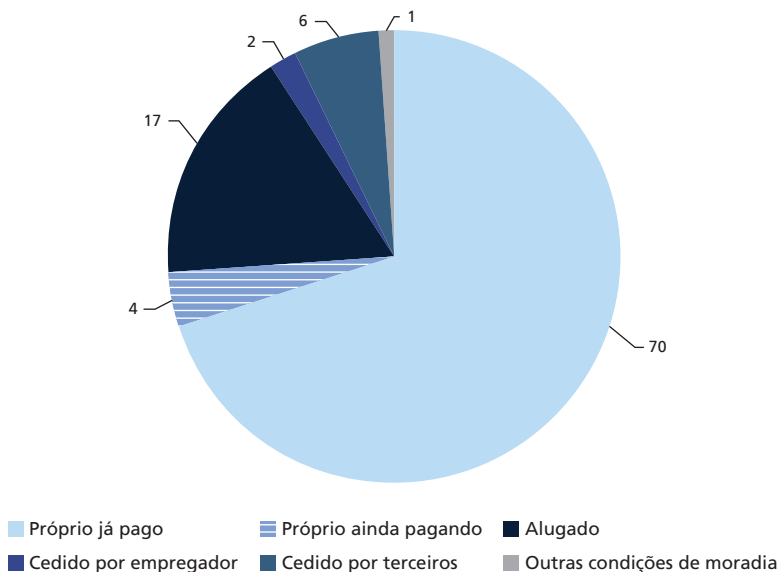
Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

No que diz respeito às condições de ocupação da moradia, um fenômeno observado é o crescimento contínuo da proporção de domicílios ocupados por seus proprietários, que representavam 73,7% dos domicílios particulares permanentes em 2009, sendo 69,4% já quitados e 4,3% ainda em processo de aquisição. Parte

considerável dos domicílios urbanos apresentavam problemas relacionados à irregularidade fundiária e à insegurança da posse, tendo sido construídos sobre terrenos de propriedade de terceiros (3,9%) ou ocupados sob outras condições de moradia, por exemplo, no caso de invasões (6,7%). A proporção de domicílios alugados correspondia a 17,0% do estoque habitacional, enquanto os domicílios cedidos por terceiros ou pelo empregador alcançavam 8,8% do total de domicílios particulares permanentes.

GRÁFICO 3
Condição de ocupação dos domicílios (2009)
(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

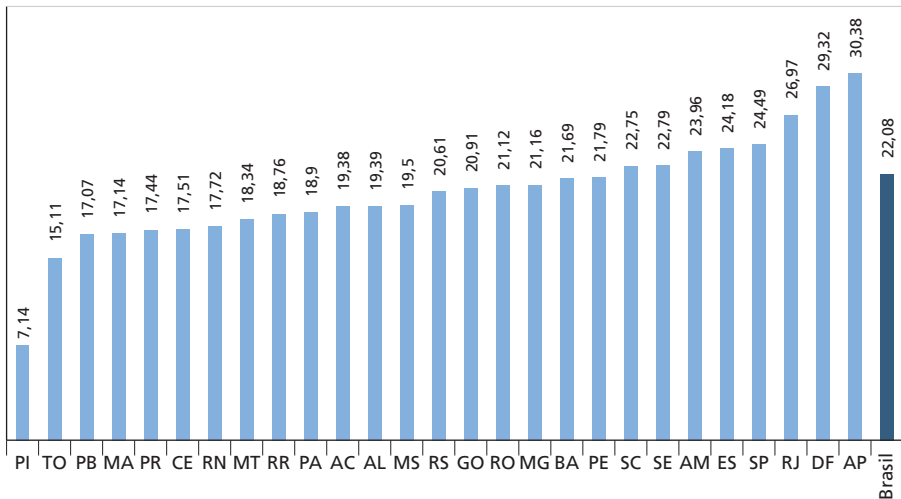
Elaboração dos autores.

O valor médio do aluguel, considerando-se o país como um todo, correspondia a R\$ 328,03 em setembro de 2009, mas apresentou importantes variações entre as Unidades da Federação e as zonas urbanas e rurais. Os maiores níveis de aluguéis, em 2009, foram registrados no Distrito Federal, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e nas principais regiões metropolitanas (RMs) do país,⁴ que também concentram grande parte dos 2,1 milhões de domicílios com problemas relativos ao ônus excessivo com aluguel, no qual o pagamento desta rubrica compromete mais de 30% do orçamento domiciliar. Os estados que apresentam os maiores percentuais de domicílios alugados com ônus excessivo com o pagamento de aluguel são o Amapá, o Distrito Federal, o Rio de Janeiro e São Paulo, como se pode observar no gráfico 4.

4. A PNAD apresenta informações referentes às seguintes RMs: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília.

GRÁFICO 4

Domicílios alugados com ônus excessivo com aluguel por Unidade da Federação (2009)
(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

2.2 ADEQUAÇÃO DA MORADIA

O indicador recomendado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para o monitoramento da meta 11 dos ODMs refere-se à porcentagem da população urbana com condições de moradia inadequadas. O UN-Habitat considera inadequado o domicílio que apresenta pelo menos uma das seguintes inadequações: *i*) ausência de acesso a uma fonte de água potável; *ii*) ausência de sistema de esgoto adequado; *iii*) adensamento excessivo; *iv*) instabilidade estrutural; e *v*) posse insegura.

A análise do indicador proposto pelo UN-Habitat, devidamente adaptado ao contexto brasileiro e à disponibilidade de dados contidos na PNAD, mostra que houve uma melhoria considerável das condições de moradia em todas as regiões brasileiras nas últimas décadas, com a proporção de pessoas residentes em domicílios urbanos inadequados⁵ caindo 14 pontos percentuais entre 1992 e 2009. As regiões brasileiras com melhor *performance* relativa no período foram o Sul e o Nordeste. Contudo, esta melhoria generalizada nos indicadores de moradia não foi suficiente para reverter o quadro de desigualdades regionais, que ainda

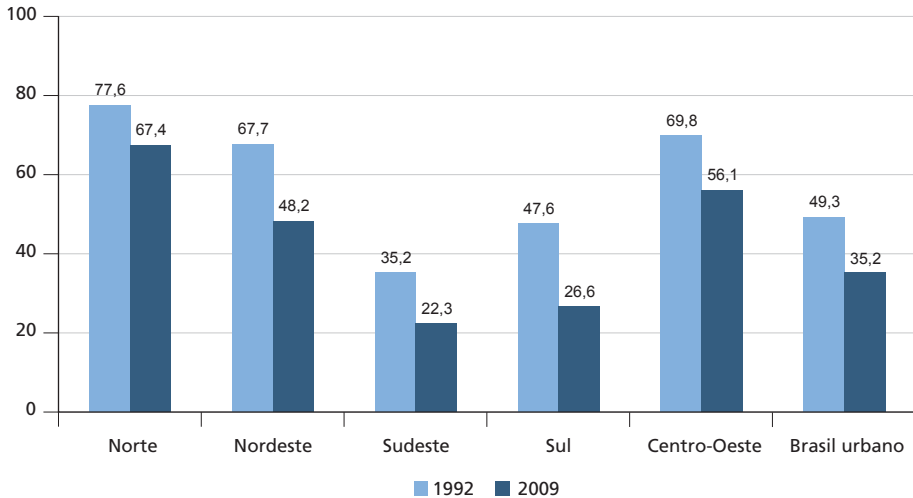
5. Para calcular os domicílios inadequados utilizou-se o mesmo indicador usado para o monitoramento da meta 11 nos relatórios nacionais de acompanhamento dos ODMs (Ipea, 2010a), considerando-se os domicílios que apresentavam ao menos uma das seguintes inadequações: ausência de água canalizada de rede geral, esgoto de rede geral ou fossa séptica, adensamento excessivo, irregularidade fundiária, paredes ou teto construídos de materiais não permanentes e localização em assentamentos informais.

permanecem em patamares muito elevados, com as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentando indicadores menos favoráveis no quesito moradia do que as Sudeste e Sul.

GRÁFICO 5

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com condições de moradia inadequada por região geográfica (1992 e 2009)

(Em %)



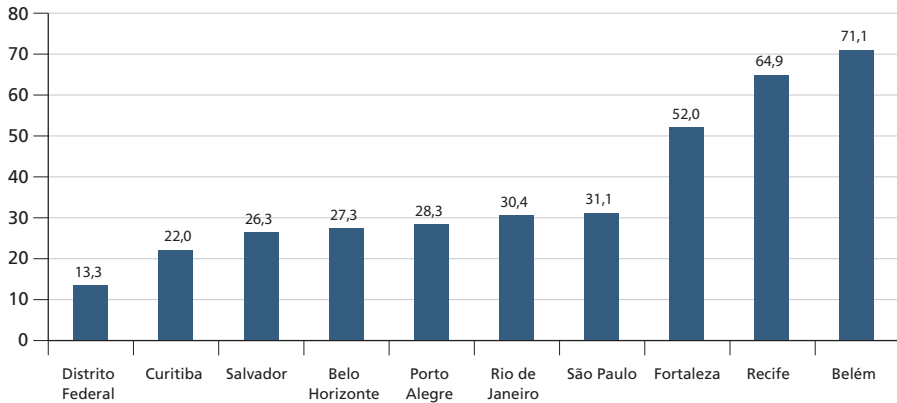
Fonte: Baseado em microdados da PNAD 1992 (IBGE, 1993) e PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

Em geral, os percentuais de adequação das moradias são mais elevados nas áreas metropolitanas do que nas cidades de menor porte. Contudo, as condições de moradia das metrópoles brasileiras também não são uniformes. Destacam-se negativamente os elevados percentuais de inadequação das moradias na RM de Belém, campeã de inadequação (71,1%), e os das metrópoles nordestinas do Recife (64,9%) e Fortaleza (52,0%), onde mais da metade da população urbana sofre as mazelas de um parque habitacional inadequado. Até mesmo em metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo mais de um terço da população ainda vive em condições habitacionais precárias, sobretudo nas favelas e loteamentos irregulares e clandestinos, que se concentram nestas cidades em termos absolutos, com consequências negativas sobre a qualidade de vida e a saúde da população.

GRÁFICO 6

População urbana em condições inadequadas de moradia por região metropolitana (2009)
(Em %)



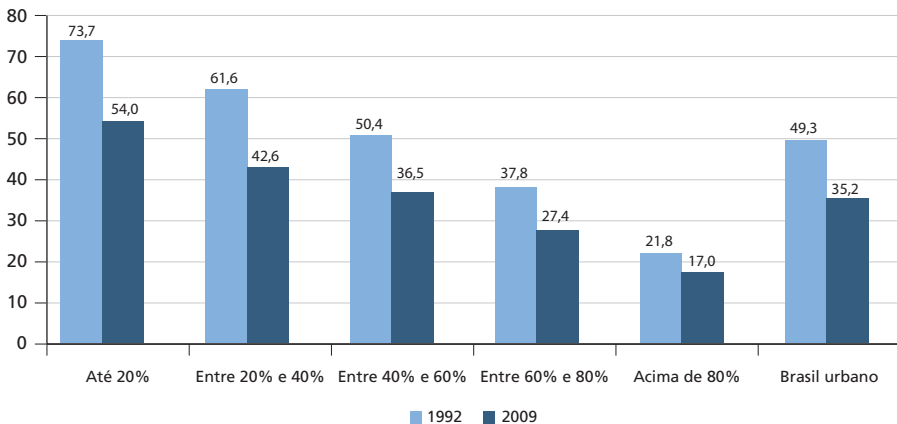
Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

Embora tenha havido uma convergência entre os indicadores habitacionais das diferentes classes de renda, sobretudo a partir de 2003, as desigualdades sociais no que diz respeito ao acesso à moradia adequada ainda são gritantes. O nível de inadequação da moradia entre o quinto mais pobre da população ainda é o triplo dos 20% mais rico. O gráfico 7 ilustra bem este tipo de problema.

GRÁFICO 7

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com condições de moradia inadequadas por quintil de renda domiciliar (1992 e 2009)
(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 1992 (IBGE, 1993) e PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

3 SANEAMENTO BÁSICO

3.1 Acesso a água potável

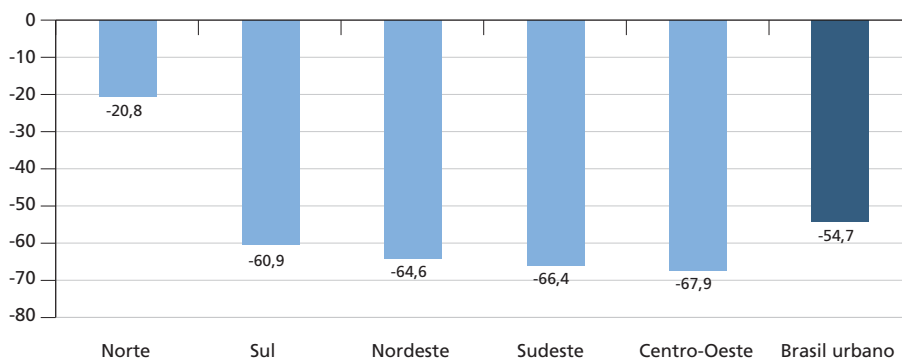
Na área de saneamento básico, os serviços de água canalizada provenientes da rede geral estão presentes em 83,1% dos domicílios brasileiros, embora existam significativas desigualdades entre o meio urbano, onde a cobertura deste serviço beneficia 92,5% dos domicílios, e a área rural, onde a canalização interna por rede geral atende a apenas 28,9% dos domicílios. Na zona rural o abastecimento de água é feito preponderantemente por poço ou nascente (67,2%), com ou sem canalização interna. Os níveis de cobertura dos serviços de provisão de água também variam significativamente consoante as grandes regiões, Unidades da Federação e grupos socioeconômicos. Tradicionalmente as áreas habitadas pela população de maior poder aquisitivo e os estados e regiões mais ricos do país, como é o caso das regiões Sudeste e Sul, apresentam melhores índices de acesso aos serviços de água.

O Brasil já conseguiu cumprir a meta 10 dos ODMs no que diz respeito a água potável, ao superar a meta de reduzir pela metade a proporção da população urbana sem acesso a água encanada de rede geral no interior do domicílio, considerando o Brasil como um todo e em quatro das cinco macrorregiões do país. Apenas na região Norte não será possível atingir esta meta até 2015, pois o indicador de acesso a água melhorou muito pouco entre 1992 e 2009, como se pode observar no gráfico 8.

GRÁFICO 8

Varição da proporção da população urbana sem acesso à água canalizada da rede geral por região geográfica (1992 e 2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 1992 (IBGE, 1993) e PNAD 2009 (IBGE, 2010).

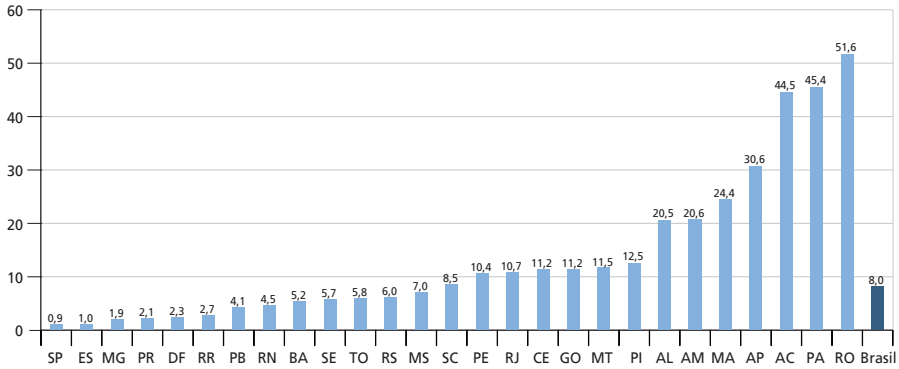
Elaboração dos autores.

O estado de São Paulo apresenta o melhor nível de cobertura por rede geral de água em áreas urbanas (99,1%) em 2009, ao passo que as piores *performances* neste serviço ficaram a cargo dos estados da região Norte, como Rondônia, Pará e Acre, onde cerca da metade da população urbana ainda não é coberta por água canalizada de rede pública (gráfico 5).

GRÁFICO 9

População urbana sem acesso à água canalizada de rede geral por Unidade da Federação (2009)

(Em %)



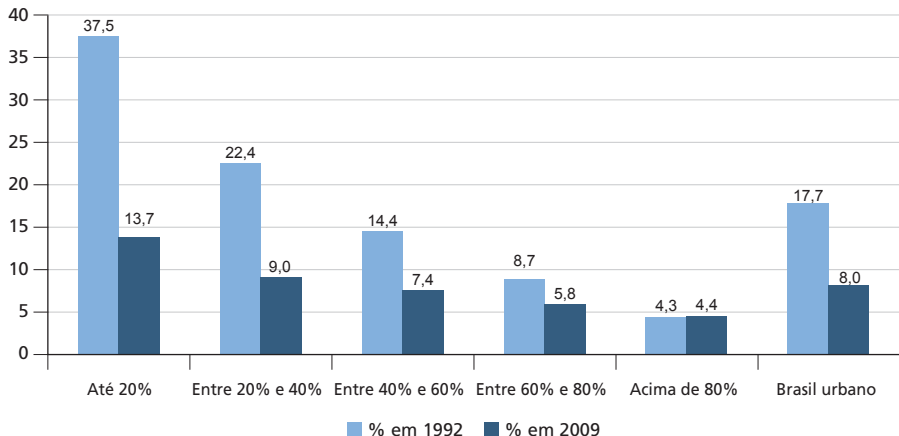
Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

Nas áreas urbanas tem ocorrido uma importante queda nos níveis de desigualdade do acesso à água entre os diferentes grupos socioeconômicos, mormente depois de 2003, embora a distância entre a cobertura do primeiro e do último quinto de renda ainda supere os 9 pontos percentuais. O gráfico 10 permite visualizar as desigualdades no acesso à água em áreas urbanas entre as diferentes faixas de renda, e os avanços nos indicadores de cobertura pelos serviços de rede pública de água entre a população de menor poder aquisitivo, ocorridos nos últimos 17 anos.

GRÁFICO 10

População urbana sem acesso à água canalizada de rede geral por quintil de renda mensal domiciliar (1992 e 2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 1992 (IBGE, 1993) e PNAD 2009 (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

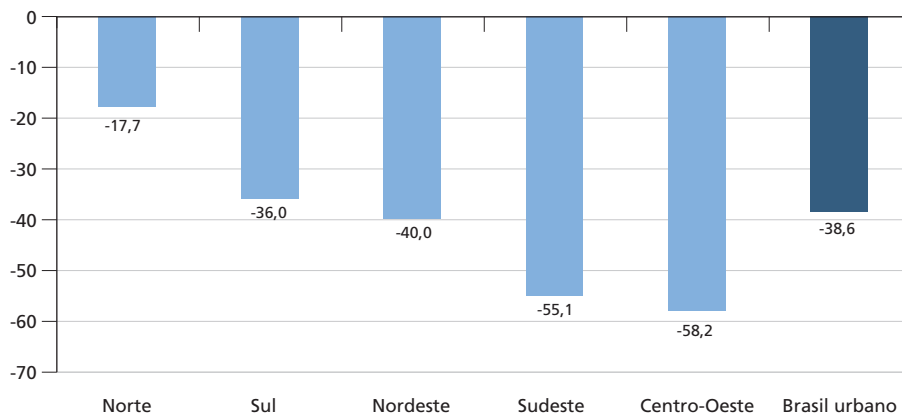
3.2 Acesso a esgoto adequado

Os serviços de coleta de esgoto através de rede geral beneficiam pouco mais da metade dos domicílios totais (52,1%) e 60,7% dos domicílios urbanos. A fossa séptica é o tipo de escoamento sanitário utilizado por cerca de 20% das moradias, enquanto a fossa rudimentar predomina nas áreas rurais, atendendo a 58,5% dos domicílios nestas localidades. O potencial poluidor decorrente da falta de coleta e tratamento adequado dos esgotos domésticos atinge níveis preocupantes e tem sido apontado pelos gestores públicos com um dos principais problemas ambientais brasileiros, devido à contaminação dos recursos hídricos.

Diferentemente do que acontece no caso da água, o Brasil não deverá alcançar a meta de reduzir pela metade a população urbana sem acesso a esgoto adequado até 2015, considerando-se os indicadores para o país como um todo. Esta meta foi atingida apenas nas regiões Sul e Sudeste (gráfico 11).

GRÁFICO 11

Varição da proporção da população urbana sem acesso ao esgoto de rede pública ou fossa séptica por região geográfica (1992 e 2009)
(Em %)



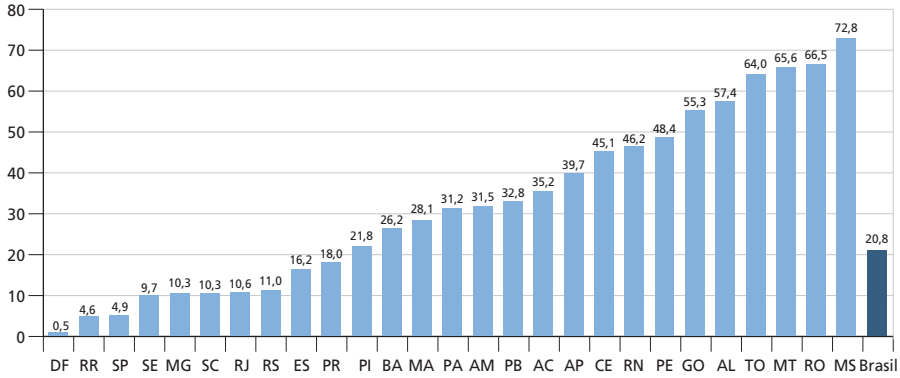
Fonte: Baseado em microdados da PNAD 1992 (IBGE, 1993) e PNAD 2009 (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

Mais uma vez, o estado de São Paulo, o Distrito Federal e os estados das regiões Sudeste e Sul apresentam os melhores níveis de acesso a esgotamento adequado, à semelhança do que acontece no caso da água. Na cobertura por rede geral de esgoto ou fossa séptica, também merecem destaque os estados de Roraima e Sergipe, que apresentam indicadores bem acima da média nacional (gráfico 12).

GRÁFICO 12

População urbana sem acesso ao esgoto por rede pública ou fossa séptica por Unidade da Federação (2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

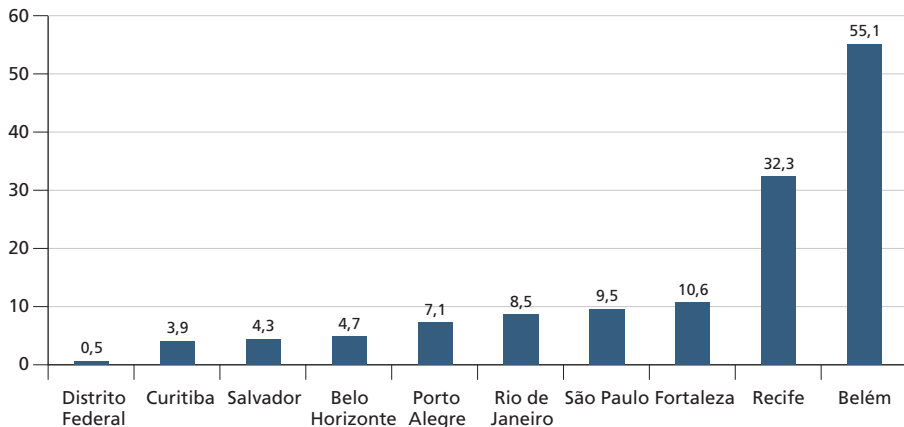
Elaboração dos autores.

Em geral, os níveis de cobertura de esgoto são maiores nas RMs, com exceção das metrópoles nordestinas como Fortaleza e Recife, nas quais os indicadores são bem inferiores aos das outras RMs, como mostra o gráfico 13. No Recife, por exemplo, mais da metade da população urbana ainda não possui uma solução adequada para a coleta dos seus esgotos domésticos, apresentando elevada suscetibilidade a doenças de veiculação hídrica.

GRÁFICO 13

População urbana sem acesso ao esgoto de rede geral ou fossa séptica por região metropolitana (2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

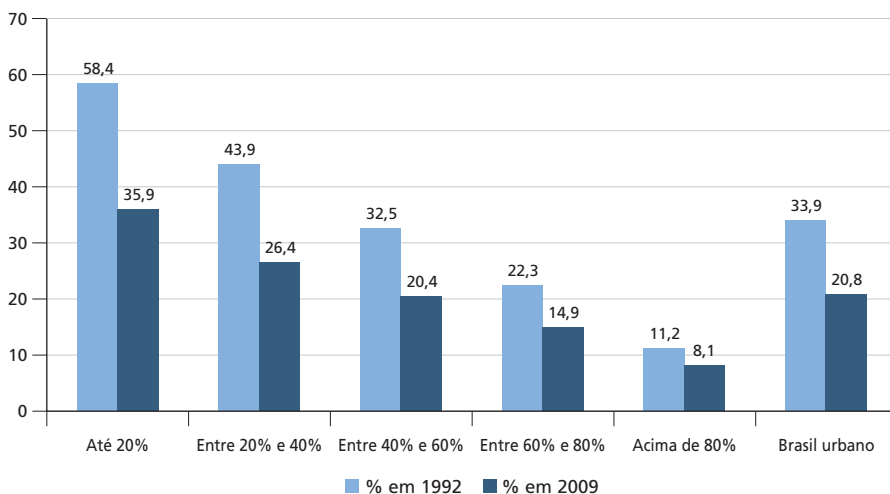
Elaboração dos autores.

A análise dos indicadores de acesso a esgoto adequado por faixa de renda (gráfico 14) destaca as melhorias ocorridas no acesso aos serviços de esgoto nos estratos de rendimento mais baixos. Contudo, tais avanços ainda não foram suficientes para cobrir a brecha de aproximadamente 28 pontos percentuais existentes entre os níveis de cobertura dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres.

GRÁFICO 14

População urbana sem acesso ao esgoto de rede geral ou fossa séptica por quintil de renda domiciliar mensal (1992 e 2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 1992 (IBGE, 1993) e PNAD 2009 (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

4 TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA⁶

O padrão de mobilidade urbana no Brasil vem se alterando bastante nos últimos anos com o aumento acelerado da taxa de motorização da população. Os reflexos disso sobre o transporte urbano caracterizam-se principalmente pelo aumento do tráfego nas vias urbanas e o conseqüente aumento das situações de congestionamentos.

A PNAD trata de questões relativas à mobilidade urbana utilizando duas variáveis principais: a posse de veículos privados nos domicílios e o tempo de percurso casa-trabalho dos trabalhadores que realizam este percurso de forma direta. Além dos resultados de 2009, utilizaram-se em alguns casos como base comparativa os dados da PNAD 2008 (IBGE, 2009), permitindo avaliar o comportamento destes indicadores no período considerado.

6. Esta seção sintetiza os resultados apresentados no Comunicado do Ipea nº 73 (Ipea, 2010b).

A seguir apresentam-se os principais resultados e cruzamentos realizados, considerando-se essas duas variáveis como foco de análise.

4.1 Posse de veículos privados

Quase a metade dos domicílios brasileiros (47%) dispõe de automóveis ou motocicletas para atendimento dos deslocamentos dos seus moradores. Este dado retrata o atual estágio do processo de mudança do perfil de mobilidade da população brasileira, que vem utilizando cada vez mais o transporte motorizado individual nos seus deslocamentos. De 2008 para 2009, por exemplo, o percentual de domicílios que possuíam automóvel ou motocicleta subiu de 45,2% para 47,0%, com tendência de elevação acentuada.

Mesmo com o aumento da disponibilidade de veículos privados, os dados mostram que grande parte da população brasileira ainda é muito dependente dos sistemas de transporte público, por não possuir outra alternativa de transporte. Isso indica que, se o uso do transporte individual é alto, gerando fortes problemas de mobilidade nos grandes centros urbanos, a situação pode piorar bastante sob esta perspectiva, pois a posse de veículos privados tende a crescer muito na faixa da população que ainda não dispõe de veículos privados. Resta ao poder público estabelecer políticas para mitigar as deseconomias urbanas geradas pelo aumento do transporte individual. O automóvel continua sendo o principal veículo de posse das famílias. Em 37,5% dos lares há registro de posse deste tipo de veículo, sendo que na área urbana este indicador é quase o dobro da área rural (tabela 1). Na zona rural, verifica-se que a posse de motocicletas é muito superior ao observado nas áreas urbanas, superando inclusive a posse de automóvel, indicando a grande praticidade destes veículos nas atividades e deslocamentos rotineiros realizados pela população do campo.

As motocicletas estão presentes em cerca de 15% dos lares brasileiros, percentual que tende a crescer rapidamente, devido ao aumento das vendas das motocicletas de baixa cilindrada entre as camadas mais pobres, em função dos menores preços. Uma externalidade negativa da posse de motocicletas pelas famílias brasileiras é o correspondente aumento das vítimas de trânsito.⁷

TABELA 1
Posse de automóvel e motocicletas pelas famílias brasileiras (2009)
(Em %)

Zona	Possui só carro	Possui só moto	Possui carro e moto	Não possui
Urbana	33,3	8,2	6,6	52,0
Rural	17,0	17,9	6,5	58,6
Total	30,9	9,6	6,6	53,0

Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

7. Estudos sobre custos de acidentes do Ipea mostram que os acidentes de moto possuem três vezes mais chances de terem vítimas do que os acidentes de automóvel.

Analisando-se a posse de veículos privados por faixa de renda (tabela 2), verifica-se que até mesmo nas camadas de renda mais baixas uma pequena parcela da população tem acesso aos veículos privados. Na faixa de renda *per capita* até um quarto do salário mínimo (SM), 17,7% das famílias possuem carro ou moto. Nesta faixa, há maior ocorrência de posse de motocicleta do que automóvel, por questões de preço, pode-se inferir (gráfico 15). Na faixa de renda *per capita* de um quarto até meio SM, 24,6% das famílias já usufruem da posse de veículos privados. A tendência é que nas faixas mais baixas de renda ocorram as maiores taxas de crescimento da posse de veículos privados em função das demandas historicamente reprimidas, das políticas de aumento de renda da população mais pobre e da ampliação de crédito para estas famílias.

TABELA 2

Posse de automóvel e motocicletas pelas famílias por faixa de renda domiciliar *per capita* em SM (2009)

(Em %)

Faixa de renda (SMs)	Possui só carro	Possui só moto	Possui carro e moto	Não possui
Sem renda	14,9	7,9	1,6	75,7
Até 1/4	5,2	11,4	1,1	82,3
De 1/4 a 1/2	10,9	11,8	2,0	75,4
De 1/2 a 1	20,4	11,6	4,5	63,5
De 1 a 2	36,3	10,3	9,3	44,1
De 2 a 3	52,0	7,0	12,6	28,3
De 3 a 5	62,5	3,5	12,8	21,1
Mais de 5	76,5	1,3	9,2	13,0

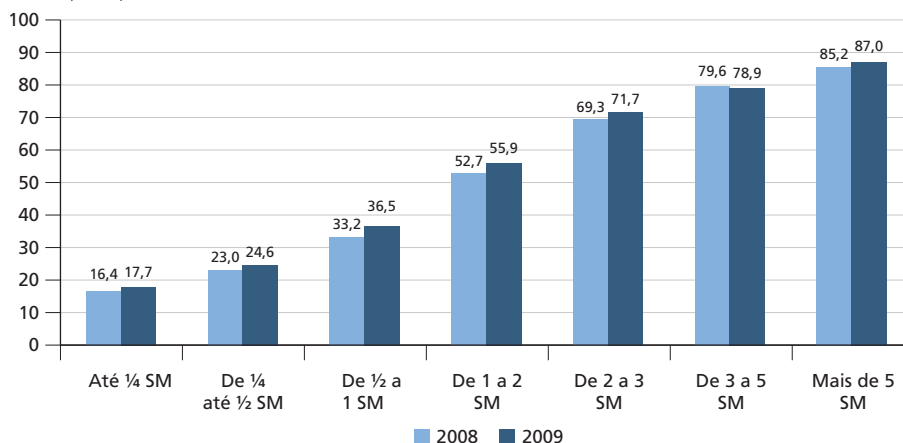
Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 15

Posse de automóvel e motocicletas por faixa de renda domiciliar *per capita* em SM (2008-2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2008 (IBGE, 2009) e PNAD 2009 (IBGE, 2010).

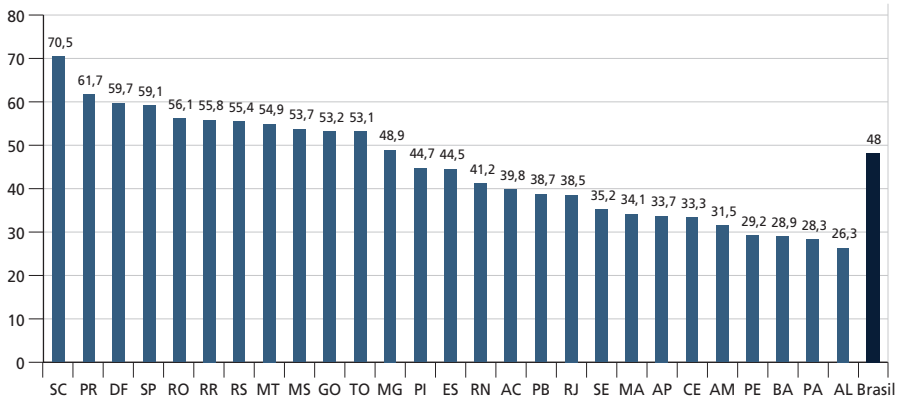
Elaboração dos autores.

Considerando-se a posse de veículos privados por Unidade da Federação, destacam-se os estados sulistas de Santa Catarina e Paraná, além do Distrito Federal. Em Santa Catarina, por exemplo, mais de 70% dos domicílios possuem carro ou moto. Em contra partida, os estados do Norte e Nordeste do país apresentam os menores índices de motorização por domicílio, sendo que Alagoas tem o menor percentual: 26,3%.

GRÁFICO 16

Posse de automóveis ou motocicletas por Unidade da Federação (2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

4.2 Tempos de deslocamento casa-trabalho

A maioria das pessoas que realizam o deslocamento casa-trabalho diretamente gasta menos de 30 minutos no percurso de ida (68%). Cerca de 10% das pessoas gastam mais de uma hora neste deslocamento. Observando-se a distribuição de tempo para pessoas que vivem em áreas rurais, verifica-se um percentual ligeiramente maior dos deslocamentos de até 30 minutos de duração, reflexo talvez da menor intensidade de trânsito nas áreas rurais.

TABELA 3
Tempo gasto no deslocamento casa-trabalho – somente percurso de ida (2009)
 (Em %)

Zona	Tempo de deslocamento			
	Até 30 minutos	De 30 minutos a 1 hora	De 1 a 2 horas	Mais de 2 horas
Urbana	68,0	22,5	7,8	1,7
Rural	72,6	19,8	5,8	1,9
Total	68,4	22,2	7,6	1,8

Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

Fazendo-se um corte pelo local de residência das pessoas, observa-se que os moradores dos municípios pertencentes às RMs gastam um tempo significativamente maior nos seus deslocamentos casa-trabalho do que os residentes em municípios não metropolitanos. Na tabela 4 verifica-se que no caso das RMs cerca de 50% dos trabalhadores que realizam este deslocamento de forma direta gastam menos de 30 minutos, enquanto para os residentes fora das RMs este percentual é de quase 80%. Isso pode ser reflexo das maiores distâncias percorridas nas RMs, mas também das piores condições de mobilidade a que estas populações estão submetidas, principalmente com referência às más condições de trânsito urbano.

TABELA 4
Tempo gasto no deslocamento casa-trabalho por localização da moradia – somente percurso de ida (2009)
 (Em %)

Tipo de município	Tempo de percurso			
	Até 30 minutos	De 30 minutos a 1 hora	De 1 a 2 horas	Mais de 2 horas
Metropolitana	50,9	31,9	14,6	2,6
Não metropolitana	77,6	17,1	4,0	1,3
Total	68,4	22,2	7,6	1,8

Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

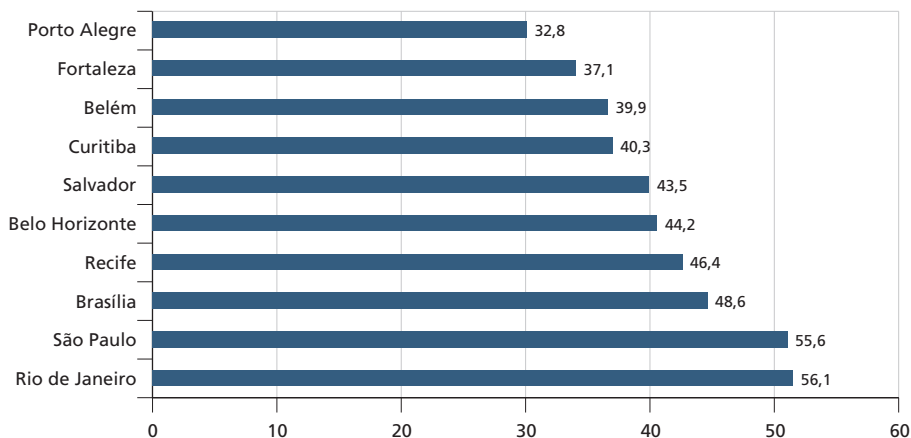
Elaboração dos autores.

Entre as RMs brasileiras, Porto Alegre possui o maior percentual de trabalhadores que se deslocam diretamente para o trabalho gastando um tempo inferior a 30 minutos. Pode-se considerar como hipóteses explicativas deste desempenho a configuração desta metrópole, que apresenta melhor distribuição das atividades econômicas, e conseqüentemente dos empregos, em toda a sua área, além dos atributos positivos do seus sistemas de trânsito e transporte. Como era de se esperar, as RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentam os menores percentuais de trabalhadores que realizam viagens casa-trabalho com tempos de deslocamentos curtos, em função do tamanho destas metrópoles e da maior complexidade dos seus sistemas de mobilidade urbana.

GRÁFICO 17

Trabalhadores com tempo de deslocamento casa-trabalho superior a 30 minutos por RM – somente percurso de ida (2009)

(Em %)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

Ao se considerar a posse de veículos privados, verifica-se que os maiores percentuais de trabalhadores com deslocamentos casa-trabalho inferiores a 30 minutos são os que dispõem de automóvel e motocicleta no domicílio. Isso pode indicar que, mesmo com o aumento do tráfego urbano prejudicando os tempos de percurso da população, as pessoas que não possuem veículo privado e, portanto, dependem de transporte público, passam mais tempo no trânsito do que as demais. Políticas de priorização do transporte público no tráfego urbano são importantes neste caso para corrigir estas iniquidades.

Uma análise por faixa de renda aponta que nos municípios não metropolitanos o percentual de pessoas que realizam deslocamentos em até 30 minutos aumenta com a renda *per capita*. Contudo, nas RMs estudadas este fenômeno ocorre com algumas distorções. Na faixa de renda *per capita* de até um quarto do SM, o percentual de pessoas que realizam deslocamentos casa-trabalho com tempo inferior a 30 minutos é superior ao mesmo indicador para as pessoas com renda superior a cinco SMs *per capita*. Na faixa de renda de até meio SM este percentual é superior ao observado na faixa de meio a 3 SMs.

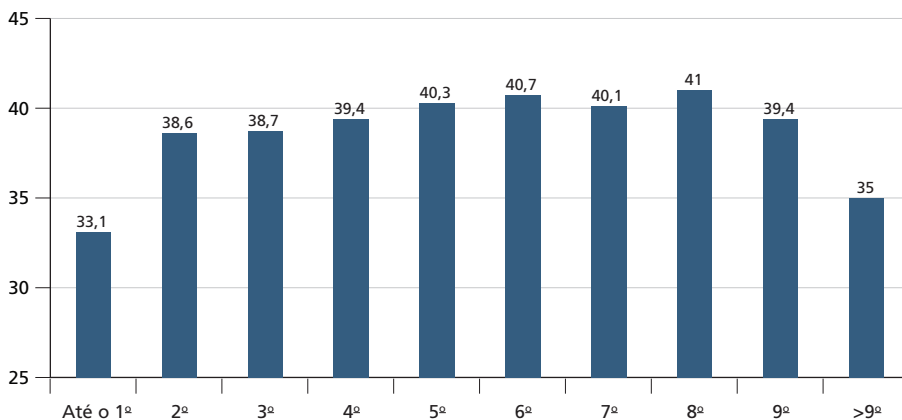
Em princípio poder-se-ia questionar esses resultados alegando que nessa faixa as pessoas morariam mais distante do trabalho e, portanto, deveriam gastar mais tempo, resultando em uma menor porcentagem de deslocamentos curtos. Uma hipótese para explicar o fenômeno é que os mais pobres, devido ao alto custo de transporte, ficariam restritos a um raio de distância menor

para procurar emprego ou exercer uma atividade remunerada, o que gera tempos de deslocamentos menores para esta parcela da população. Esta hipótese é corroborada pelo gráfico 18, que mostra que no estrato de renda mais baixo os tempos de percursos casa-trabalho dos trabalhadores são menores do que em outros estratos com renda mais elevada.

GRÁFICO 18

Tempo médio de deslocamento casa-trabalho por decis de renda (2009)

(Em minutos)



Fonte: Baseado em microdados da PNAD 2009 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores derivados da PNAD 2009 têm mostrado uma gradual melhora nas condições de acesso à moradia e ao saneamento básico adequado por parte da população brasileira. Contudo, não se pode deixar de registrar a existência de um contingente significativo de moradias inadequadas, de 9,1 milhões de domicílios não são servidos por rede geral de água e de 16,2 milhões de domicílios que não são cobertos pela rede geral de esgoto ou por fossas sépticas.

Os problemas habitacionais e o déficit de saneamento ambiental se concentram sobretudo na zona rural, periferias metropolitanas, municípios de pequeno porte e nas áreas habitadas pela população de menor poder aquisitivo. Isto coloca especiais desafios para que o poder público possa cumprir sua missão de garantir o direito à moradia adequada e ao saneamento ambiental para o conjunto da população brasileira, e exige políticas públicas mais eficientes, eficazes e integradas nos territórios e populações mais vulneráveis.

No que diz respeito à mobilidade urbana, cerca de metade dos domicílios brasileiros já dispõem de pelo menos um veículo privado para atender aos desloca-

mentos dos seus moradores. Se por um lado isto indica uma alta taxa de posse de veículos, comparada com outros países em desenvolvimento, com reflexos diretos sobre as condições de mobilidade do conjunto da população, por outro lado também mostra que a população, inclusive a parcela de menor renda, tem acesso a este desejado bem durável, existindo a possibilidade de aumento em termos de percentual de posse. A tendência é que cada vez mais domicílios de baixa renda tenham acesso ao veículo privado, já que mais da metade deles ainda não possuem automóvel ou motocicleta e as políticas de incentivo à sua compra são muito fortes.

Do ponto de vista do tempo de deslocamento casa-trabalho, 70% da população gastam até 30 minutos no percurso de ida diariamente. Este tempo pode vir a aumentar no futuro, em função do crescimento acelerado da taxa de motorização da população, conjugado com a falta de investimentos públicos nos sistemas de mobilidade.

Pelos números apresentados na seção 4 deste capítulo, pode-se verificar que a taxa de motorização da população ainda pode crescer, o que com certeza gerará impactos negativos sobre as condições de mobilidade e os tempos de deslocamento nas cidades, demandando investimentos vultosos por parte dos governos em melhorias das infraestruturas de mobilidade urbana nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

_____. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

COHRE; UN-HABITAT – UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **Source n. 4**: legal resources for housing rights–international and national Standards. Genebra: Centre on Housing Rights and Evictions, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010a.

_____. **Mobilidade urbana e posse de veículos:** análise da PNAD 2009. (Comunicado do Ipea, n. 73). Brasília: Ipea. 2010b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101214_comunicado-ipea73.pdf>.

MORAIS, M. P. Habitação. *In*: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, v. 19, 2011.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais**. Brasília: PIDESC, abr. 2000.

_____. **Indicators for monitoring the millennium development goals:** definitions, rationale, concepts and sources. New York: UN, 2003.

UN-HABITAT – UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **Guide to monitor target 11:** improving the lives of 100 million slum dwellers. Nairobi: UN-HABITAT, 2003.

_____. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Resolução A/RES/64/292**. 2010a.

_____. Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. **Resolução A/HCR/15/L.14**. 2010b.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ana Amélia Camarano

Doutora em Demografia pela London School of Economics, é Técnica de Planejamento e Pesquisa e coordena a área de População e Cidadania da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Desenvolve estudos nas áreas de políticas públicas, com ênfase em envelhecimento populacional, previdência social, juventude e projeções populacionais.

Endereço eletrônico: ana.camarano@ipea.gov.br

Ana Luiza Machado de Codes

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício no Núcleo de Gestão de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Atua em linhas de pesquisa ligadas ao acompanhamento e à análise de indicadores e políticas sociais.

Endereço eletrônico: ana.codes@ipea.gov.br

Carlos Henrique Leite Corseuil

Economista, doutor pela Universidade de Londres, é Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Desenvolve estudos na área de trabalho, com ênfase em informalidade e rotatividade dos trabalhadores.

Endereço eletrônico: carlos.corseuil@ipea.gov.br

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho

Mestre em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea. Desenvolve estudos nas áreas de transporte, mobilidade urbana e políticas públicas de acessibilidade.

Endereço eletrônico: carlos.carvalho@ipea.gov.br

Cláudia Mara Pedrosa

Psicóloga Social e doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), é pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na coordenação de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Dedicar-se a estudos nas áreas de políticas públicas e indicadores sociais, gênero, direitos das mulheres e saúde coletiva.

Endereço eletrônico: claudia.pedrosa@ipea.gov.br

Felipe V. de S. Araújo

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa em microeconomia e na utilização de modelos econométricos, foi pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea, na área de mercado de trabalho. Atualmente trabalha na programação de modelos matemáticos e estatísticos para fundos quantitativos no mercado de capitais. Endereço eletrônico: felvds@yahoo.com.br

Herton Ellery Araújo

Economista, especialista em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), é Técnico de Planejamento e Pesquisa e coordena o Núcleo de Gestão de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Desenvolve estudos nas áreas de cultura e demografia. Endereço eletrônico: herton.araujo@ipea.gov.br

Jorge Abrahão de Castro

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), é analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea. Endereço eletrônico: jorge.abrahão@ipea.gov.br

Katcha Poloponsky

Graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), no Ipea, na área de mercado de trabalho. Endereço eletrônico: katcha.poloponsky@ipea.gov.br

Lauro Ramos

Graduado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), é doutor em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. Desenvolve trabalhos na área de mercado de trabalho. Endereço eletrônico: lauro.ramos@ipea.gov.br

Luana Simões Pinheiro

Socióloga, com mestrado pela Universidade de Brasília (UnB), é doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da mesma instituição. É Técnica de Planejamento e Pesquisa, atualmente é coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Foi coordenadora-geral de Planejamento e Gestão da Informação na Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, entre 2007 e 2011. Entre seus temas de interesse e pesquisa estão gênero, trabalho, políticas públicas e indicadores sociais.

Endereço eletrônico: luana.pinheiro@ipea.gov.br

Maria da Piedade Moraes

Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea. Desenvolve estudos nas áreas de economia urbana, habitação, indicadores urbanos, e acompanhamento e avaliação de políticas públicas e agendas internacionais na área de desenvolvimento urbano e meio ambiente.

Endereço eletrônico: piedade@ipea.gov.br

Natália de Oliveira Fontoura

Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e trabalha na coordenação de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Nos últimos anos, tem trabalhado com questões relacionadas a políticas para as mulheres, igualdade de gênero e indicadores sociais.

Endereço eletrônico: natalia.fontoura@ipea.gov.br

Paulo Augusto Rego

Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), é pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Desenvolve estudos nas áreas de habitação e indicadores urbanos.

Endereço eletrônico: paulo.rego@ipea.gov.br

Sergei Suarez Dillon Soares

Economista, doutor pela Universidade de Brasília (UnB), é Técnico de Planejamento e Pesquisa e atua na área de Pobreza e Desigualdade da Diretoria de Estudos e Pesquisas Sociais (Disoc) do Ipea. Desenvolve estudos nas áreas de medida de pobreza e desigualdade, transferências de renda, educação, tributação e mercado de trabalho. Endereço eletrônico: sergei.soares@ipea.gov.br

Solange Kanso

Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), é pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Estuda e desenvolve trabalhos na área de demografia e saúde, com ênfase em envelhecimento populacional. Endereço eletrônico: solange.kanso@ipea.gov.br

Tatiana Dias Silva

Administradora, mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é Técnica de Planejamento e Pesquisa e atua na área de Igualdade Racial da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Desenvolve estudos e trabalhos nas áreas de políticas públicas, mundo do trabalho e igualdade racial. Endereço eletrônico: tatiana.silva@ipea.gov.br

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Laetícia Jensen Eble

Luciana Dias

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 11/13,2 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em Offset 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE

SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA